PUBLICAÇÃO DO
PROJETO TOUR-WHPO

TURISMO E PATRIMÓNIO MUNDIAL:

SELEÇÃO DE ABORDAGENS E EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO EM SÍTIOS DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM E INFLUÊNCIA PORTUGUESA (TOUR-WHPO)

Um projeto de cooperação do

Turismo de Portugal e
UNESCO World Heritage Centre

PUBLICAÇÃO DO
PROJETO TOUR-WHPO

TURISMO E PATRIMÓNIO MUNDIAL:

SELEÇÃO

DE ABORDAGENS E EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO EM SÍTIOS DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM E INFLUÊNCIA PORTUGUESA

(TOUR-WHPO)

Um projeto de cooperação do

TURISMO DE PORTUGAL

Esta publicação baseia-se no Projeto "Gestão Turísitica em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa" implementado em parceria pelo Turismo de Portugal e o Centro do Património Mundial da UNESCO

TURISMO DE
PORTUGAL

United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

World Heritage
Centre

Editado por
Margarida Alçada, Katri Lisitzin, and Kerstin Manz

© Turismo de Portugal / UNESCO, Janeiro 2013

A versão online desta publicação pode ser encontrada em:
http://www.tour-whpo.org

Design: Atelier Nunes e Pã - Portugal

Turismo de Portugal
Rua Ivone Silva, Lote 6
1050-124 Lisboa
Portugal

World Heritage Centre
7, Place de Fontenoy
75352 Paris 07 SP
France

Termo de Responsabilidade

Os autores são responsáveis pela escolha e apresentação dos factos contidos nesta publicação e pelas opiniões nela expressas, que não são necessariamente as da UNESCO e não comprometem a Organização.

As designações utilizadas e a apresentação dos materiais nesta publicação não implicam, por parte da UNESCO, qualquer tomada de posição sobre o estatuto jurídico de qualquer país, território, localidade ou zona, ou das suas autoridades, ou sobre a delimitação das suas fronteiras ou limites.

ÍNDICE

PREFÁCIO
PREÂMBULO
AGRADECIMENTOS
SIGLAS

A. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO
1. O Programa Património Mundial e Turismo Sustentável – enquadramento
2. Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa – a criação da rede
3. Apresentação das Experiências do Projeto
a. Breve Apresentação dos Sítios Piloto do Projeto
b. Breve Descrição dos Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa Participantes no Projeto

B. TURISMO EM SÍTIOS DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM E INFLUÊNCIA PORTUGUESA – SELEÇÃO DE ABORDAGENS E EXPERIÊNCIAS
1. Gestão e Monitorização
a. Enquadramento: o conceito de Valor Universal Excecional
b. Desenvolvimento de uma abordagem de gestão integrada
c. Envolvimento das partes interessadas
d. Monitorização
2. INTERPRETAÇÃO
a. Da interpretação às histórias
b. Trabalhar com um quadro interpretativo
c. Interpretar o valor do Património Mundial – transmitir as mensagens chave
3. IDENTIFICAÇÃO DAS ATRAÇÕES TURÍSTICAS
a. Listar e Mapear
b. Criar Produtos Turísticos

C. GESTÃO DO TURISMO EM SÍTIOS DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM PORTUGUESA – LIÇÕES APRENDIDAS E ETAPAS FUTURAS
1. Algumas Lições Aprendidas
2. Etapas Futuras

GLOSSÁRIO
BIBLIOGRAFIA
ANEXOS

PREFÁCIO

A Convenção do Património Mundial tem por principal objetivo a proteção dos bens culturais e naturais de Valor Universal Excecional (OUV). Estes bens são também alguns dos destinos turísticos mais conhecidos do mundo e constituem os ativos naturais e culturais necessários para uma rápida expansão da indústria turística. Na realidade, face aos milhões de turistas que anualmente visitam os bens do Património Mundial, o turismo tornou-se uma questão transversal importante e um problema de gestão em muitos sítios do Património Mundial.
Se desenvolvido de forma responsável, o turismo em sítios do Património Mundial poderá constituir-se como um meio para a preservação e conservação do património cultural e natural e um importante vetor do desenvolvimento sustentável.

Preservar os seus valores e o espírito do lugar, proporcionando simultaneamente às comunidades bem-estar socioeconómico e uma melhor qualidade de vida, representa uma oportunidade e um desafio para estes bens do Património Mundial. Constitui uma oportunidade para reforçar a cooperação e o diálogo entre as partes interessadas dos setores público e privado, instituições culturais e indústrias turísticas em prol de uma melhor gestão do turismo. O desafio é que, por vezes, as comunidades locais e os próprios sítios não tiram o melhor partido de todo o potencial valor do turismo e uma gestão não planeada ou danosa provoca efeitos negativos.

O Turismo de Portugal e o Centro do Património Mundial da UNESCO aceitaram este desafio e dispuseram-se a desenvolver um projeto que propõe abordagens eficientes e benéficas para o património, com o objetivo de promover a gestão de visitantes em sítios de origem e influência portuguesa.

O projeto conjunto demonstrou a importância e a perceção da ampla participação das partes interessadas no planeamento e gestão das atividades turísticas, do ponto de vista do destino patrimonial. Mediante a congregação de esforços entre as partes interessadas, os sítios do Património Mundial adquirem um valor acrescido em prol da conservação do património e do desenvolvimento local. O projeto tem demonstrado que o conhecimento dos pontos fortes e a apresentação dos recursos de cada sítio reforça a posição desses sítios no seio de uma economia onde o turismo funciona cada vez mais como uma indústria criativa que proporciona experiências de visita de alta qualidade. Esta abordagem também provou fazer a diferença quando se pretende fomentar o desenvolvimento e a comercialização de sítios patrimoniais como destinos turísticos sustentáveis.

Além disso, ao responder às necessidades dos sítios do Património Mundial e ao disponibilizar oportunidades de capacitação, esta iniciativa corresponde às metas globais do Programa do Centro do Património Mundial da UNESCO intitulado "Património Mundial e Turismo Sustentável", adotado em 2012 pelo Comité do Património Mundial.

Agradeço, portanto, ao Turismo de Portugal e a Portugal o seu empenho e apoio à salvaguarda e ao desenvolvimento sustentável do Património Mundial através da gestão sustentável do turismo.

Kishore Rao
Diretor do Centro do Património Mundial

PREFÁCIO

O Turismo de Portugal é o organismo central para a promoção de Portugal como um destino turístico. Pretende transmitir a beleza, a diversidade e a vitalidade do país às pessoas em Portugal e no estrangeiro. As nossas atividades incluem o desenvolvimento de estratégias de marketing com base em temas e eventos específicos, simultaneamente reunindo e otimizando as diversas atividades dos parceiros da indústria turística.

No âmbito das suas competências, o Turismo de Portugal apoia o desenvolvimento de destinos que sustentam ou potenciam o caráter geográfico dos lugares, definindo e avaliando políticas, bem como prestando informações e promovendo a formação para sustentar e qualificar as atividades turísticas. Os nossos objetivos de negócio são o aumento do volume do tráfego turístico e o reforço do perfil de Portugal como local de negócio, bem como o posicionamento do país como um destino turístico diversificado e atraente.

O *Touring Cultural* é um dos 10 produtos a desenvolver e consolidar, tal como sublinhado no nosso Plano Estratégico Nacional de Turismo. Existe nitidamente uma procura de turismo baseado no património. A cultura é cada vez mais um elemento importante entre os produtos turísticos, permitindo criar um fator de distinção num mercado global sobrelotado.

Estimando-se que a economia ligada ao turismo cresça nos próximos anos, acreditamos que, agora mais do que nunca, faz sentido investir no nosso património. O património, enquanto expressão criativa das nossas regiões, passível de poder aumentar a sua atratividade, tornou-se parte integrante do nosso futuro enquanto pilar da indústria turística e da economia da nação.

Detentor de uma das mais antigas fronteiras da Europa e com uma história ligada aos Descobrimentos, Portugal deixou no mundo vestígios duradouros, consubstanciados num património rico e diversificado. Existem em território português 14 bens do Património Mundial, alguns dos maiores legados da humanidade reconhecidos pela UNESCO, aos quais se juntam 26 outros bens do Património Mundial de origem ou influência portuguesa presentes nos quatro continentes.

Os bens do Património Mundial são, por excelência, aqueles que se destacam como expressões culturais e constituem elementos vitais de um turismo cultural em crescimento. São importantes impulsionadores de viagens, constituindo ícones de marketing para a indústria turística e fatores capazes de atrair visitantes ao diversificado património das regiões. Num tempo em que as restrições dos recursos podem limitar a nossa capacidade para operar ao nível dos bens do património, o turismo poderá constituir-se como uma importante fonte de receitas para a sua conservação e preservação a longo prazo. Será fundamental desenvolver experiências de qualidade para os visitantes dos sítios do Património Mundial, baseadas em produtos e serviços que possibilitem uma melhor compreensão e apreço pelo seu Valor Universal Excecional e contexto cultural.

No entanto, transformar os sítios do Património Mundial em destinos turísticos é um processo longo e coletivo que visa qualificar a experiência global dos visitantes e promover os destinos patrimoniais num mercado cada vez mais competitivo. São necessárias competências para criar um destino turístico de alto nível e são necessários produtos inovadores a fim de ter sucesso num mercado também ele altamente competitivo. Para garantir a sustentabilidade desses destinos, os gestores têm de encontrar soluções que permitam preservar e reforçar os valores originais dos sítios, simultaneamente fazendo sobressair a atratividade dos lugares e trazendo uma maior prosperidade às comunidades envolvidas.

Neste contexto, o Turismo de Portugal estabeleceu uma parceria com o Centro do Património Mundial da UNESCO, para desenvolver um projeto com o objetivo de qualificar sítios do Património Mundial portugueses e de origem ou influência portuguesa como destinos turísticos, através do reforço das competências para utilização dos valores patrimoniais como um recurso no processo criativo de desenvolvimento do turismo sustentável.

Com este projeto intitulado *Gestão Turística dos sítios do Património Mundial de Origem Portuguesa* (Tour-WHPO) procurámos contribuir para um novo paradigma, capacitando a Rede WHPO, partilhando desafios comuns e boas práticas entre os profissionais e criando um processo de sinergias para a promoção dos melhores testemunhos que, no seu conjunto, constroem a nossa identidade e contribuem para o nosso futuro sustentável – um futuro que se preocupa com o bem-estar das pessoas, com a preservação das suas tradições e culturas, e com a diversidade a longo prazo.

De acordo com os valiosos resultados já alcançados, será desejável que esta experiência seja partilhada e utilizada por um número crescente de sítios, criando oportunidades de trabalho em rede para promover a capacitação e a colaboração – quer os sítios incluídos nas Listas Indicativas Nacionais, a fim de ficarem mais bem preparados para as oportunidades e desafios que um eventual reconhecimento internacional possa trazer, quer outros bens patrimoniais que constituem importantes complementos dos sítios do Património Mundial, uma vez que são parte do espírito do lugar e contribuem para criar experiências de viagem mais ricas. Ao construirmos grandes destinos estamos também a construir excelentes lugares para viver.

Frederico Costa
Presidente do Turismo de Portugal

PREÂMBULO

A procura turística a nível mundial tem estado a aumentar e a diversificar-se, especialmente nos destinos culturais, e os gestores dos sítios do Património Mundial têm de responder a uma ampla variedade de impactos que daí resultam – desde a gestão das visitas à competição pelo interesse dos visitantes, passando pelo investimento económico como um destino turístico. Contudo,a experiência ao nível dos sítios ainda revela que o conhecimento mútuo e o diálogo entre o "mundo do turismo" e o "mundo do património" continua a ser um dos principais obstáculos no processo de identificação de soluções e de respostas a estes desafios. No entanto, se os gestores não estiverem adequadamente preparados para responder a estas questões, o resultado poderá ser um turismo social, cultural e economicamente disruptivo, que tem efeitos devastadores em ambientes frágeis, nos tecidos sociais e nas comunidades locais.

Assim, as apostas são altas, mas os objetivos também são ambiciosos: proteger os sítios do Património Mundial e seu Valor Universal Excecional, garantindo que o turismo proporciona benefícios para a conservação dos bens, alcançar o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, bem como oferecer aos visitantes uma experiência de qualidade. Isto exigirá competências para planear e implementar ações eficientes que conciliam a preservação do património e os benefícios económicos e ajudam a atenuar as pressões associadas às visitas. A gestão diária dos sítios patrimoniais no mundo indica que não é fácil essa gestão estar à altura destas grandes expectativas e que há uma necessidade contínua de recursos adequados, de formação e desenvolvimento de competências.
Tais competências podem ser adquiridas através de programas de formação para profissionais. Mas a aprendizagem também pode ser conseguida através do intercâmbio de experiências e de boas práticas entre os sítios do Património Mundial. Esta convicção esteve no cerne do projeto "Gestão do Turismo em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa (Tour-WHPO)".

Arquitetado sobre a "Rede de Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa (WHPO)", fundada em 2010 (ver também capítulo. 2) e valorizando a importância e o apoio que o Turismo de Portugal tem dado à gestão do turismo em sítios do Património Mundial, este projeto pretendeu reunir gestores e outras partes interessadas dos sítios do Património Mundial em Portugal e de sítios do Património Mundial com património de influência portuguesa para partilhar experiências e estudar as etapas concretas do planeamento sustentável de visitas nos sítios. O formato de workshops interativos foi considerado o contexto mais propício para a aprendizagem, permitindo questionar e discutir abertamente as questões em apreço.

Portugal acolheu os dois workshops do projeto nos seus sítios do Património Mundial – no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, e no Centro Histórico de Évora – permitindo assim que todos os participantes apreciassem o património de uma perspetiva "meta-turística" – vivenciando os sítios enquanto discutiam aspetos relacionados com a sua apresentação, condições de visita e infraestrutura turística.

Espera-se que este duplo efeito seja igualmente um dos resultados a longo prazo para os participantes do projeto: não só terem tido a oportunidade de experimentar abordagens específicas do planeamento do turismo em sítios do Património Mundial, como também, enquanto membros da Rede WHPO, terem reforçado o resultado da aprendizagem através da experiência pessoal de identificar camadas de história e património partilhados, para além das fronteiras geográficas.

Estamos confiantes que os sítios participantes e todos os sítios envolvidos na Rede do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa (WHPO), além de beneficiarem com este projeto, irão também atuar como plataformas para a divulgação de boas práticas e lições aprendidas a outros sitos do Património Mundial e a outros destinos do património cultural.

Margarida Alçada
Turismo de Portugal

Kerstin Manz
Centro do Património Mundial da UNESCO

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste projeto só foi possível devido ao empenho de um grande número de pessoas dedicadas que apoiaram o projeto ao longo da sua preparação e implementação.

Gostaríamos, pois, de agradecer em particular:

- Museus Nacionais do Quénia (National Museums of Kenya): Dr. Idle Omar Farah e sua equipa em Forte Jesus
- Município de Évora: Dr. José Ernesto de Oliveira (presidente), Dra. Cláudia Sousa Pereira (Vereadora) e Dr. Nuno Domingos e sua equipa de Planeamento
- Fundação do Vale do Coa: Dr. Fernando Real e Dr. António Batarda Fernandes
- Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém em Lisboa: Dra. Isabel Cruz de Almeida e sua equipa

- Comissão Nacional da UNESCO: Embaixador Fernando Andresen Guimarães, Dra. Manuela Galhardo e Dra. Clara Bertrand Cabral
- ICOMOS Portugal: Dra. Ana Paula Amendoeira
- ICCROM: Dr. Gamini Wijesuriya e Dr. Joseph King
- Fundo Africano do Património Mundial (African World Heritage Fund): Dr. Jacob Nyangila e Dra. Inge Herbert
- TUI Travel Portugal: Dra. Jasmin Lotter
- TOI Secretariado: Dra. Cristina Civili

- Turismo de Portugal: Dra. Teresa Ferreira, Dra. Maria José Coelho e Dr. Alberto Marques
- Centro do Património Mundial: Dr. Peter DeBrine, Dra. Lise Sellem, Dra. Ida Federica Pugliese e Dr. Carlos Eduardo Serrano Vazquez, Dr. Lazare Eloundou and Dra. Jana Weydt
- Dr. Arthur D. Pedersen

Finalmente, gostaríamos de agradecer a todos os participantes - os protagonistas dos dois workshops do projeto - pelo seu entusiasmo, compromisso profissional e valiosas contribuições.

SIGLAS

DMO	Destination Management Organization (Organização para a Gestão de Destinos)
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (Centro Internacional de Estudo para a Conservação e Restauro de Bens Culturais)
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios)
IUCN	International Union for the Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza)
ONG	Organização Não Governamental
MNQ	Museus Nacionais do Quénia
OUV	Valor Universal Excecional
PAVC	Parque Arqueológico do Vale do Coa
PSML	Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A.
PUP	Planeamento da Utilização Pública (Public Use Planning)
ROS	Recreational Opportunity Spectrum (espectro de Oportunidades de Lazer)
TO	Operador Turístico
TOI	Tour Operators' Initiative (Iniciativa de Operadores Turísticos)
Tour-WHPO	Gestão do Turismo em Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa
TP	Turismo de Portugal
TUI	Touristik Union International (União Turística Internacional)
UNESCO	United Nations' Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNWTO	United Nations' World Tourism Organization (Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas)
WHC	World Heritage Centre (Centro do Património Mundial)
WHPO	World Heritage Sites of Portuguese Origin and Influence (Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa)
WHST	World Heritage and Sustainable Tourism Programme (Programa Património Mundial e Turismo Sustentável)

A. INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO

A.1 O PROGRAMA PATRIMÓNIO MUNDIAL E TURISMO SUSTENTÁVEL – enquadramento

Durante mais de uma década, o Centro do Património Mundial tem desenvolvido esforços para apoiar os sítios do Património Mundial no planeamento do turismo e na gestão das visitas, a pedido do Comité de Património Mundial. Em 2012, o Comité renovou o seu pedido através da adoção do (novo) Programa Património Mundial e Turismo Sustentável do Centro do Património Mundial (ver Anexo 3). O Programa destina-se a servir como enquadramento internacional para a realização cooperativa e coordenada de resultados partilhados e sustentáveis relacionados com o turismo em sítios do Património Mundial. Para atingir os seus objetivos, o Programa é implementado a partir de uma abordagem estratégica, trabalhando em parceria com os principais interessados: autoridades nacionais, gestores dos sítios, setor do turismo, organizações de gestão dos destinos turísticos, bem como comunidades locais.

O conceito-chave: uma abordagem ao destino turístico - um destino turístico Património Mundial é um espaço geográfico no qual tem lugar toda a experiência turística. No caso de destinos turísticos do Património Mundial, abrange o próprio bem do Património Mundial e a área envolvente.

Atendendo a que os sítios do Património Mundial são atrações turísticas vitais, a utilização de todo o seu potencial valor requer uma abordagem mais ampla enquanto destino turístico, que espelhe as condições e necessidades locais. Para melhorar a sustentabilidade de um destino turístico, são necessárias parcerias colaborativas eficazes, envolvendo as partes interessadas para melhorar a sustentabilidade de um destino turístico. Por conseguinte, o Programa contém formas de orientar os destinos turísticos a se desenvolverem em sintonia com a preservação dos valores patrimoniais (em particular com o valor Universal Excecional dos sítios), possibilitando o reforço dos valores do património, tanto dentro como fora dos bens protegidos e garantindo que o desenvolvimento do turismo não compromete o valor e a potencial contribuição do Património Mundial para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.
Prioritariamente, é concedido apoio para a elaboração e implementação de planos de desenvolvimento turístico que considerem o destino como um todo, incluindo os valores patrimoniais existentes fora do bem do Património Mundial. Para tal, será imprescindível criar experiências de qualidade para os visitantes dos destinos turísticos do Património Mundial, baseadas em produtos e serviços turísticos sustentáveis, que permitam uma melhor compreensão e fruição dos valores do Património Mundial (OUV) e promovam a conservação do património material e

imaterial no destino turístico. É essencial que qualquer planeamento de um destino turístico seja precedido de uma avaliação da capacidade do bem do Património Mundial em termos da quantidade e tipologia de visitantes que pode receber, bem como da respetiva infraestrutura que pode acomodar.

Estes objetivos complexos e ambiciosos só poderão ser alcançados através da criação de sinergias e da valorização de iniciativas já implementadas, por forma a potenciar os mecanismos regulamentares existentes relacionados com a Convenção do Património Mundial, bem como as parcerias do Centro do Património Mundial já estabelecidas com entidades públicas e privadas e atendendo aos seus respetivos instrumentos de orientação política e tomada de decisão.

Assim, o novo Programa Património Mundial e Turismo Sustentável visa contribuir para um novo paradigma norteado pela Convenção do Património Mundial que promove o turismo como um veículo para assegurar a conservação, apresentação e transmissão dos bens do Património Mundial, sendo o desenvolvimento sustentável o seu objetivo final. Tal requer, entre outros, um diálogo aberto com o setor do turismo – tanto as empresas privadas como a administração governamental envolvida – e uma especial atenção ao desenvolvimento da comunidade local.

OBJETIVOS DO PROGRAMA PATRIMÓNIO MUNDIAL E TURISMO SUSTENTÁVEL

***Objetivo A**: Integrar os princípios do turismo sustentável nos mecanismos da Convenção do Património Mundial.*
***Objetivo B**: Promover um ambiente propício através da defesa de políticas, estratégias, contextos e instrumentos que fomentem o turismo sustentável como um importante veículo para proteger e gerir o património cultural e natural de Valor Universal Excecional.*
***Objetivo C**: Promover o empenho alargado das partes interessadas no planeamento, desenvolvimento e gestão do turismo sustentável, prosseguindo uma abordagem de destino turístico, tendo em vista a conservação do património e a capacitação das comunidades locais.*
***Objetivo D**: Zelar para que as partes interessadas no Património Mundial adquiram as competências e instrumentos para gerir o turismo de forma eficiente, responsável e sustentável, atendendo ao contexto e necessidades locais.*
Objetivo E: Promover produtos e serviços turísticos de qualidade que incentivem o comportamento responsável entre todas as partes interessadas e promovam uma compreensão e apreciação do conceito de Valor Universal Excecional e de proteção do Património Mundial.

A nível local – em sintonia com o objetivo do projeto Tour-WHPO – o Programa procura concretamente (a) promover o amplo empenho das partes interessadas no planeamento, desenvolvimento e gestão do turismo sustentável, seguindo uma abordagem de destino turístico para alcançar a conservação do património e dando prioridade à capacitação das comunidades locais, (b) facultar às partes interessadas do Património Mundial as competências e instrumentos necessários para gerir o turismo de forma eficaz, responsável e sustentável com base no contexto e necessidades locais, e (c) promover produtos e serviços turísticos de qualidade que incentivem o comportamento responsável entre todas as partes interessadas e promovam uma compreensão e apreciação do conceito de Valor Universal Excecional e da proteção do Património Mundial.

Subentendendo-se que a capacitação é o instrumento-chave para atingir os objetivos acima mencionados a nível local, o projeto Tour-WHPO tem procurado contribuir para a identificação das necessidades dos sítios, apoiando uma plataforma de intercâmbio e prestando informações sobre os instrumentos disponíveis e as abordagens relativas à gestão sustentável do turismo.

A.2 PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM E INFLUÊNCIA PORTUGUESA - a criação da Rede

FIGURA 1

O logótipo da Rede do Património Mundial de Origem Portuguesa foi criado em 2006, no decurso do desenvolvimento desta iniciativa conjunta.
© Universidade de Coimbra (Portugal)

A ideia de promover a cooperação entre sítios portugueses do Património Mundial e sítios do Património Mundial que sofreram influências portuguesas ao longo dos tempos surgiu a partir de uma iniciativa conjunta da Universidade de Coimbra (Portugal), do ICOMOS Portugal e das autoridades nacionais da área da cultura, nomeadamente a Comissão Nacional da UNESCO de Portugal e o IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. Em 2006 foi organizada pela Universidade de Coimbra uma primeira reunião internacional desta iniciativa à qual se deu o nome "Património Mundial de Origem Portuguesa" (abreviada como WHPO, iniciais de "World Heritage of Portuguese Origin").

Deliberadamente de natureza académica e científica, a iniciativa correspondeu a um processo pioneiro na história da cooperação cultural portuguesa. A originalidade deste projeto reside no facto de, pela primeira vez, terem sido desenvolvidos esforços para reunir bens culturais do Património Mundial de influência portuguesa com o objetivo de discutir métodos eficazes de cooperação relativos à conservação e gestão de bens do Património Mundial e de bens incluídos nas Listas Indicativas dos Estados Parte participantes.

A ampla participação e a avaliação positiva do primeiro Encontro refletiu a importância desta iniciativa de cooperação e levou à criação formal da chamada Rede WHPO durante o II Encontro Internacional em 2010, à qual se associaram outras instituições parceiras, entre as quais o Turismo de Portugal.

A Rede do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa foi criada num espírito de partilha e apoio mútuo, bem patente na declaração de Coimbra de 2010, a qual estabeleceu também os principais objetivos desta iniciativa.

Ana Paula Amendoeira

EXTRATO DA *DECLARAÇÃO DE COIMBRA*

[...]
Conhecemos a dimensão conflitual da história que partilhamos e do património que queremos conhecer, conservar, utilizar e viver. Sabemos, como nos disse o poeta Fernando Pessoa, que "a civilização consiste em dar a qualquer coisa um nome que lhe não compete, e depois sonhar com o resultado. E, realmente, o nome falso e o sonho verdadeiro criam uma nova realidade. O objeto torna-se realmente outro, porque o tornamos outro. Manufaturamos realidades".

"O mar foi ontem o que o património pode ser hoje, basta vencer alguns Adamastores" (Mia Couto), já não os do escritor Luis de Camões, mas os das barreiras criadas ao longo da história, nestes territórios tão vastos e tão diferentes, tão complexos e tão comuns, e cujas consequências ditaram em parte o nosso mundo tão desigual. Queremos vencê-los, com o conhecimento e com a cultura. Conhecer, investigar, estudar cada vez mais, e em rede, e cooperar, pondo à disposição de todos, tudo o que conseguirmos obter, para gerir, salvaguardar e proteger o nosso espantoso, e por vezes genial, património partilhado, e tudo o que formos construindo para uma cultura de qualidade e de esperança nos nossos territórios, a partir dos valores de liberdade, de paz e de conhecimento: "nenhum povo é grande por ter apenas faustos para contar, mas pelas liberdades que souber viver e pelo amor que tiver para dar". Este ensinamento do escritor timorense Fernando Silvan, mostra-nos como o mais jovem país do mundo, Timor Leste, nos pode dar lições de valores fundamentais.

Reconhecemos, ainda e sempre, a importância e a atualidade das palavras históricas e visionárias de grandes líderes do continente africano, tais como Léopold Senghor, que nunca se cansou de afirmar que "a cultura é o princípio e o fim do desenvolvimento" e elas são um pilar para o futuro deste projeto de Rede cuja formação a Universidade de Coimbra hoje se honra de acolher no seu ato fundador.
|...]

FOTO 1
O II Encontro Internacional Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa decorreu na Universidade de Coimbra em outubro de 2010 e reuniu participantes dos quatro continentes. Também proporcionou a primeira ocasião para apresentar e preparar a ideia do projeto conjunto Tour-WHPO.

© Universidade de Coimbra

Entre os exercícios realizados no âmbito do projeto Tour-WHPO, uma atividade específica visou estabelecer um quadro interpretativo que poderá ser utilizado como denominador comum da Rede WHPO.

Durante o primeiro workshop, a história comum de intercâmbios e as características comuns dos sítios foram utilizadas como base para um trabalho de grupo que visava a identificação de grandes eventos, produtos e personalidades ligadas ao posicionamento de cada sítio do Património Mundial na Rede WHPO e sua relação

com a influência portuguesa. Os participantes debateram o tema da interação entre as várias culturas ao longo de séculos e os resultados desse intercâmbio em termos de património tangível e intangível.

Ao chamar a atenção para a importância dos intercâmbios e para os valores do património mutuamente partilhado nos diferentes terrritórios, pretendeu-se revelar outra face da história de cada sítio do Património Mundial e adicioná-la às mensagens e interpretação de cada sítio. Enquanto a influência tangível da cultura portuguesa em locais do Património Mundial fora de Portugal é muitas vezes referida ao descrever os valores dos sítios, os sítios do Património Mundial em Portugal, por vezes, não relacionam a sua história com outros territórios ou continentes. Além da bem conhecida história dos Descobrimentos, as menos conhecidas histórias das influências sentidas em Portugal por via das mercadorias, hábitos e saberes importados estão pouco divulgadas. Estes temas permitirão igualmente estabelecer uma ligação concreta com os valores do património imaterial, incluindo os ligados à alimentação.

FOTO 2

Após um *brainstorming* conjunto sobre a história comum dos sítios WHPO, os participantes debateram aspetos específicos que posteriormente alimentaram a primeira versão do quadro interpretativo; Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa (Portugal). © Jon Kohl

"O projeto é uma ferramenta para divulgar a diversidade cultural dos diferentes países no mundo. E, ao mesmo tempo, uma homenagem aos portugueses que trouxeram a sua cultura para essas paragens. É um diálogo permanente no tempo e no espaço. É uma forma de reunir a cultura portuguesa que se espalhou por todos os continentes desde o início das viagens dos Descobrimentos."

Afirmação de Nelsys Fusco-Zambetogliris, Colónia do Sacramento (Uruguai).

A.3 APRESENTAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DO PROJETO

FOTO 3

O primeiro workshop Tour-WHPO realizou-se no Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa, e reuniu 26 representantes de sítios do Património Mundial em Portugal e de sítios do Património Mundial de influência portuguesa, bem como representantes de instituições parceiras, incluindo o IGESPAR e o ICOMOS-Portugal.
© Jon Kohl

Gerir o turismo diariamente em sítios do Património Mundial nem sempre é fácil. Encontrar o equilíbrio certo entre a qualidade de vida dos habitantes e a qualidade da experiência dos visitantes, garantindo – sobretudo – que os valores patrimoniais não são postos em causa, pode ser um desafio.

Tendo em mente o amplo espectro de sítios do Património Mundial, poderá ser difícil facultar orientações específicas sobre o planeamento do turismo. Cada bem do Património Mundial é único no carater, nos tipos de atrações que oferece e nos desafios de gestão específicos que coloca. Até os visitantes são diferentes.

Como primeiro passo, é importante compreender que os requisitos da visita e as estratégias de turismo devem fazer parte integrante do ciclo de gestão global de um sítio do Património Mundial. Tal garante não só a compatibilização entre os objetivos de conservação e as metas de desenvolvimento turístico, mas cria também sinergias entre ambos e aumenta o potencial dos respetivos benefícios para as comunidades locais.

Para responder a alguns dos desafios, este projeto foi desenvolvido a partir de recursos materiais existentes para o Património Mundial e para o planeamento da utilização pública e, ao fazê-lo, visou igualmente testar a eficácia destes recursos materiais para uma ampla tipologia de sítios do Património Mundial, particularmente aqueles situados em contexto urbano.

Os dois workshops do projeto que decorreram em Portugal foram realizados com base em documentos de referência, incluindo o "Practical Manual for World Heritage Site Managers on Managing Tourism at World Heritage Sites", publicado pela UNESCO em 2002 na série World Heritage Papers, bem como em manuais de consulta publicados pelos Órgãos Consultivos da Convenção, tais como o "Resource Manual on Managing Natural World Heritage Properties" preparado pela UNESCO-IUCN.

Foi dada especial atenção ao Manual de Planeamento da Utilização Pública de Jon Kohl. O Planeamento da Utilização Pública é uma das várias maneiras de conceber o planeamento participativo e a gestão. O conceito surgiu a partir de experiências em áreas naturais protegidas e foi atualizado nos últimos anos mediante a sua aplicação em sítios selecionados do Património Mundial e noutras áreas protegidas em todo o mundo. Partindo de uma abordagem ampla ao planeamento turístico de sítios e disponibilizando também exercícios práticos, o manual foi utilizado como guia para apresentar aos participantes as técnicas de mediação de reuniões e de envolvimento das partes interessadas, como criar um quadro interpretativo, identificar atrações dos sítios e mapear o seu potencial para proporcionar experiências de qualidade aos visitantes e, finalmente, a forma de definir produtos turísticos.

PLANEAMENTO DA UTILIZAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

*O Planeamento da Utilização Pública é entendido como uma abordagem participativa de planeamento para qualquer "**utilização turística, educativa, interpretativa, recreativa e de investigação dos visitantes que participam em atividades que não retiram (exceto no que se refere ao desporto e pesquisa) ou introduzem recursos numa área do património natural ou cultural**" a nível do sítio. (Manual PUP).*

Nos últimos anos, esta abordagem proposta pelo Manual de Planeamento da Utilização Pública foi aplicada e experimentada em vários bens do Património Mundial em todo o mundo. Enquanto as primeiras experiências foram obtidas em locais do Património Mundial naturais, o trabalho de planeamento mais recente foi também realizado em sítios do Património Mundial culturais, como por exemplo em Hoi-An, no Vietname (Ver artigo na World Heritage Review, 58). Tem por objetivo servir de guia na formação de formadores. A estrutura do manual, dividida em módulos de formação separados, foi considerada a mais adequada para familiarizar os participantes do projeto de forma faseada com os aspetos-chave do planeamento turistico participativo.

METODOLOGIA DO PROJETO

O projeto foi estruturado em duas atividades distintas: em Portugal, realizaram-se dois workshops de formação, tendo o primeiro decorrido em dezembro de 2011 (Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa) e o segundo em abril de 2012 (Évora), o que permitiu a ampla participação de representantes de sítios WHPO (consulte a

lista dos Sítios WHPO que participam no capítulo A.3.b. e a lista de participantes no workshop no Anexo 2). Os participantes de África, Ásia, Europa e América Latina contribuíram com as suas opiniões e experiências enquanto aprendiam e ensaiavam:

- como facilitar a participação das partes interessadas,
- como desenvolver mensagens dos seus sítios para diferentes tipos de públicos,
- o que poderá constituir uma atração nos seus sítios , e
- que tipo de experiências os seus sítios poderiam oferecer aos visitantes.

Após o primeiro workshop introdutório, foi realizado trabalho de campo adicional em três locais do Património Mundial: no Centro Histórico de Évora (Portugal), na componente portuguesa do bem Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Coa e de Siega Verde (Portugal/Espanha) e no Forte de Jesus, Mombaça (Quénia). Estas experiências revelaram a necessidade de testar com maior profundidade as abordagens do Planeamento da Utilização Pública em sítios de diferentes tipologias e conduziram a medidas concretas no processo de planeamento referente a cada sítio. Ao longo deste processo, foi oferecida assistência e orientação aos sítios participantes pelo consultor do projeto e autor do manual de planeamento.

FOTO 4

O segundo workshop Tour-WHPO juntou 25 participantes de nove países dos quatro continentes, bem como representantes de entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas. Foi acolhido pela cidade de Évora, o que sublinhou o apoio das autoridades locais ao projeto.
© Turismo de Portugal, Margarida Alçada

SOBRE ESTA PUBLICAÇÃO

Esta publicação oferece "instantâneos" de várias abordagens e experiências práticas que foram consideradas as mais importantes para os sítio do Património Mundial enquanto destinos turísticos, no âmbito do projeto Tour-WHPO.
O objetivo foi mostrar as realizações e experiências mais ricas de cada um dos sítios do Património Mundial participantes.
Procurámos ainda situar as experiências e resultados no contexto mais lato do Programa Património Mundial e Turismo Sustentável da UNESCO e da Estratégia de Capacitação para o Património Mundial, bem como inspirar o alargamento deste trabalho para se tornar um exemplo de boas práticas e contribuir para o conjunto de conhecimentos atuais sobre a gestão sustentável do turismo em sítios do Património Mundial. A experiência revelou que alguns conceitos e técnicas não são facilmente adaptáveis a qualquer contexto cultural e institucional, mas podem complementar de forma valiosa as diretivas políticas e regulamentos de planeamento.

A parte central desta publicação proporciona uma visão geral sobre a gestão e a monitorização de questões que devem ser consideradas no planeamento turístico nos sítios do Património Mundial e na sua envolvente, situando a abordagem do Planeamento da Utilização Pública no âmbito do Património Mundial e dos seus princípios fundamentais, referindo os principais documentos e outros recursos relacionados com o turismo. Também situa as experiências do projeto ao nível dos sítios, dentro de um contexto de Património Mundial.
Numa etapa posterior, são apresentadas as atividades do projeto nos diferentes sítios relativas à interpretação, identificação de atrações e desenvolvimento de produtos turísticos, de acordo com três fases: o contexto do Património Mundial, a abordagem do Planeamento da Utilização Pública e as experiências selecionadas a partir de Estudos de Caso.

A.3.a. Breve Apresentação dos Sítios Piloto do Projeto

Como referido acima, três dos sítios Património Mundial participantes decidiram aplicar a abordagem de planeamento turístico a nível local. Cada um destes sítios piloto apresenta uma tipologia diferente e, por conseguinte, asseguraram uma base diversificada para teste da abordagem. Assim, as experiências dos seguintes bens do Património Mundial representam o cerne dos estudos de caso.

FORTE DE JESUS, MOMBAÇA (QUÉNIA)

O Forte, construído pelos portugueses em 1593-1596 segundo os planos de Giovanni Battista Cairati, para proteger o porto de Mombaça, é um dos mais excecionais e bem preservados exemplos de uma fortificação portuguesa do século XVI e constitui uma referência na história deste tipo de construções. O esquema e a estrutura do Forte refletem o ideal da Renascença, segundo o qual a perfeição das proporções e a harmonia geométrica devem inspirar-se no corpo humano. O bem abrange uma superfície de 236 hectares que inclui os fossos do Forte e a envolvente imediata.

Forte de Jesus, Mombaça, foi inscrito na lista do Património Mundial em 2011 e é, portanto, um jovem membro da família "Património Mundial" com uma experiência recente na preparação de um dossiê de candidatura exaustivo e em conformidade com a exigência de apresentação de um plano de gestão do Património Mundial. Juntamente com sua inscrição, o bem elaborou uma Declaração de Valor Universal Excecional que constitui a base para a sua gestão.
Este sítio é um monumento único, gerido pela delegação local do organismo público nacional intitulado Museus Nacionais do Quénia (NMK-National Museums of Kenya).

FOTO 5
O bem do Património Mundial Forte de Jesus, Mombaça (Quénia), inscrito como um monumento singular em 2011.
© UNESCO/Lucia Iglesias

CENTRO HISTÓRICO DE ÉVORA (PORTUGAL)

Esta cidade-museu, cujas raízes remontam à época romana, chegou à sua idade de ouro no século XV, quando se tornou na residência dos reis portugueses. A sua qualidade singular decorre das casas caiadas de branco decoradas com azulejos e varandas de ferro forjado, datando do século XVI ao século XVIII. Os seus monumentos tiveram uma profunda influência na arquitetura portuguesa no Brasil.

O centro histórico de Évora foi inscrito na Lista do Património Mundial em 1986 e, desde então, tem vindo a acumular uma experiência substancial no que se refere à gestão do centro histórico enquanto bem do Património Mundial. É um sítio urbano complexo que enfrenta vários desafios devido às suas diversas funções e utilizadores. O bem irá em breve apresentar a sua Declaração Retrospetiva de Valor Universal Excecional, a qual passará a ser a principal referência para a sua conservação e decisões de gestão. Com um número relativamente baixo de turistas, as autoridades da cidade sentiram que a abordagem de planeamento turístico proposta pelo projeto poderia constituir um benefício adicional para gestão global implementada pelo município.

FOTO 6
O bem do Património Mundial Centro Histórico de Évora (Portugal) inscrito em 1986.
© UNESCO, Thérin-Weibe

SÍTIOS PRÉ-HISTÓRICOS DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO RIO COA E DE SIEGA VERDE (PORTUGAL/ESPANHA)

As duas componentes dos Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Côa (Portugal) e de Siega Verde (Espanha) localizam-se nas margens dos rios Águeda e Coa, afluentes do Rio Douro, e documentam a ocupação humana contínua desde o final do Paleolítico. Centenas de painéis com milhares de figuras de animais (5.000

em Foz Côa e cerca de 440 em Siega Verde) foram esculpidos ao longo de vários milénios, representando o mais notável conjunto ao ar livre da arte paleolítica na Península Ibérica.

O Vale do Côa e Siega Verde oferecem a melhor ilustração dos temas e organização iconográfica da arte rupestre paleolítica, utilizando as mesmas formas de expressão em cavernas e ao ar livre, contribuindo assim para uma maior compreensão deste fenómeno artístico. No seu conjunto formam um único sítio da era pré-histórica, rico em provas materiais de ocupação humana no Paleolítico Superior.

O Vale do Côa foi inscrito na Lista do Património Mundial em 1998 e, recentemente, tornou-se um bem transnacional em série com a integração da componente espanhola de Siega Verde (extensão em 2010). No âmbito do projeto, as atividades foram apenas desenvolvidas pela componente portuguesa deste sítio arqueológico, o Vale do Côa, que corresponde à figura de um parque arqueológico, gerido por uma entidade pública – a Fundação Côa Parque. O sítio localiza-se numa área remota, o que não facilita o acesso e as visitas, em particular pelos turistas internacionais.

"O número de visitantes estrangeiros no Parque (arqueológico) sempre foi baixo. Neste sentido, a principal razão que determinou a participação do Parque no projeto Tour-WHPO e o levou a tornar-se um sítio piloto foi a vontade de ampliar o perfil internacional do Parque e da arte rupestre que gere."

Antonio Batarda (PAVC, Vale do Coa)

FOTO 7

O bem do Património Mundial "Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde" (Portugal/Espanha); a componente portuguesa do Vale do Coa foi inscrita em 1998 e posteriormente alargada a Espanha, como bem transnacional, em 2010. © Jon Kohl

A.3.b. Breve Descrição dos Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa participantes no Projeto

Participaram nas atividades do projeto representantes dos seguintes sítios do Património Mundial. As descrições breves correspondem aos textos incluídos no website do Centro do Património Mundial. A lista de participantes, bem como a lista completa de todos os bens do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa, encontra-se disponível nos Anexos 1 e 2.

— **CENTRO HISTÓRICO DE OURO PRETO (BRASIL)**
Fundada nos finais do século XVII, a cidade de Ouro Preto foi o principal centro da corrida ao ouro no período setecentista conhecido como a Idade Dourada do Brasil. Com a escassez dos recursos auríferos no século XIX a influência de Ouro Preto diminuiu, mas as muitas igrejas, pontes e fontes permaneceram como testemunho da sua prosperidade no passado e do talento excecional de um escultor barroco português, António Francisco Lisboa, mais conhecido como Aleijadinho.

FOTO 9
Bem do Património Mundial "Centro Histórico de Ouro Preto" (Brasil) inscrito em 1983
© Thérin-Weibe / UNESCO

CIDADE VELHA, CENTRO HISTÓRICO DE RIBEIRA GRANDE (CABO VERDE)

A cidade de Ribeira Grande, renomeada Cidade Velha nos finais do século XVIII, foi o primeiro entreposto colonial nos trópicos. Localizada a sul da Ilha de Santiago, a cidade mantém parte do impressionante traçado original das ruas, incluindo os vestígios de duas igrejas, uma fortaleza real e o Largo do Pelourinho, com um pilar em mármore do século XVI.

FOTO 10

Bem do Património Mundial "Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande" (Cabo Verde) inscrito em 2009 © CRATerre / UNESCO

FORTES E CASTELOS DE VOLTA, DE ACCRA E SEUS ARREDORES, E DAS REGIÕES CENTRAL E OESTE (GANA)

Os vestígios dos entrepostos comerciais, erigidos entre 1482 e 1786, podem ainda ser encontrados ao longo da costa do Gana, entre Keta e Beyin. Constituíam elos das rotas comerciais estabelecidas pelos portugueses nas várias regiões do mundo, durante a grande epopeia marítima.

FOTO 11

Bem do Património Mundial "Fortes e Castelos de Volta, de Accra e seus Arredores, e das Regiões Central e Oeste" (Gana) inscrito em 1979
© Jacob Nyangila (AWHF)

IGREJAS E CONVENTOS DE GOA (ÍNDIA)

As igrejas e os conventos de Goa, antiga capital da Índia Portuguesa - em particular a igreja do Bom Jesus, onde se encontra o túmulo de São Francisco Xavier - ilustram a evangelização da Ásia. Estes monumentos tiveram um papel determinante na difusão dos vários estilos artísticos portugueses - Manuelino, Maneirismo e Barroco - em todos os países asiáticos onde as missões religiosas se estabeleceram.

FOTO 12

Bem do Património Mundial "Igrejas e Conventos de Goa" (Índia) inscrito em 1986 © UNESCO

CENTRO HISTÓRICO DE ANGRA DO HEROÍSMO NOS AÇORES (PORTUGAL)
Situado numa das ilhas do arquipélago dos Açores, foi porto de escala obrigatório desde o século XV até ao advento do navio a vapor no século XIX. As fortificações de São Sebastião e de São João Batista, com 400 anos, são exemplos únicos da arquitetura militar. Danificada por um terramoto em 1980, Angra tem vindo desde então a ser restaurada.

FOTO 13
Bem do Património Mundial "Centro Histórico de Angra do Heroísmo nos Açores" (Portugal) inscrito em 1983
© Turismo de Portugal

CONVENTO DE CRISTO EM TOMAR (PORTUGAL)

Originalmente concebido como um monumento simbolizando a Reconquista, o Convento dos Cavaleiros Templários de Tomar (transferido em 1344 para os Cavaleiros da Ordem de Cristo) veio simbolizar justamente o oposto durante o período manuelino – a abertura de Portugal a outras civilizações.

FOTO 14

Bem do Património Mundial "Convento de Cristo em Tomar" (Portugal) inscrito em 1983
© Turismo de Portugal, Victor Hugo

MOSTEIRO DA BATALHA (PORTUGAL)

O mosteiro dos dominicanos da Batalha foi construído para comemorar a vitória dos portugueses sobre os castelhanos na batalha de Aljubarrota em 1385. Seria o principal projeto arquitetónico da monarquia portuguesa durante os dois séculos seguintes. Aqui evoluiu um estilo gótico nacional e muito original, profundamente influenciado pela arte manuelina, como demonstra a sua obra-prima, o Claustro Real.

FOTO 15
Bem do Património Mundial "Mosteiro da Batalha" (Portugal) inscrito em 1983
© Turismo de Portugal

MOSTEIRO DOS JERÓNIMOS E TORRE DE BELÉM EM LISBOA (PORTUGAL)

Erguido na entrada do porto de Lisboa, o Mosteiro dos Jerónimos – cuja construção começou em 1502 - exemplifica o melhor da arte portuguesa. A vizinha torre de Belém, construída para comemorar a expedição de Vasco da Gama, é uma memória das grandes descobertas marítimas que lançaram as fundações do mundo moderno.

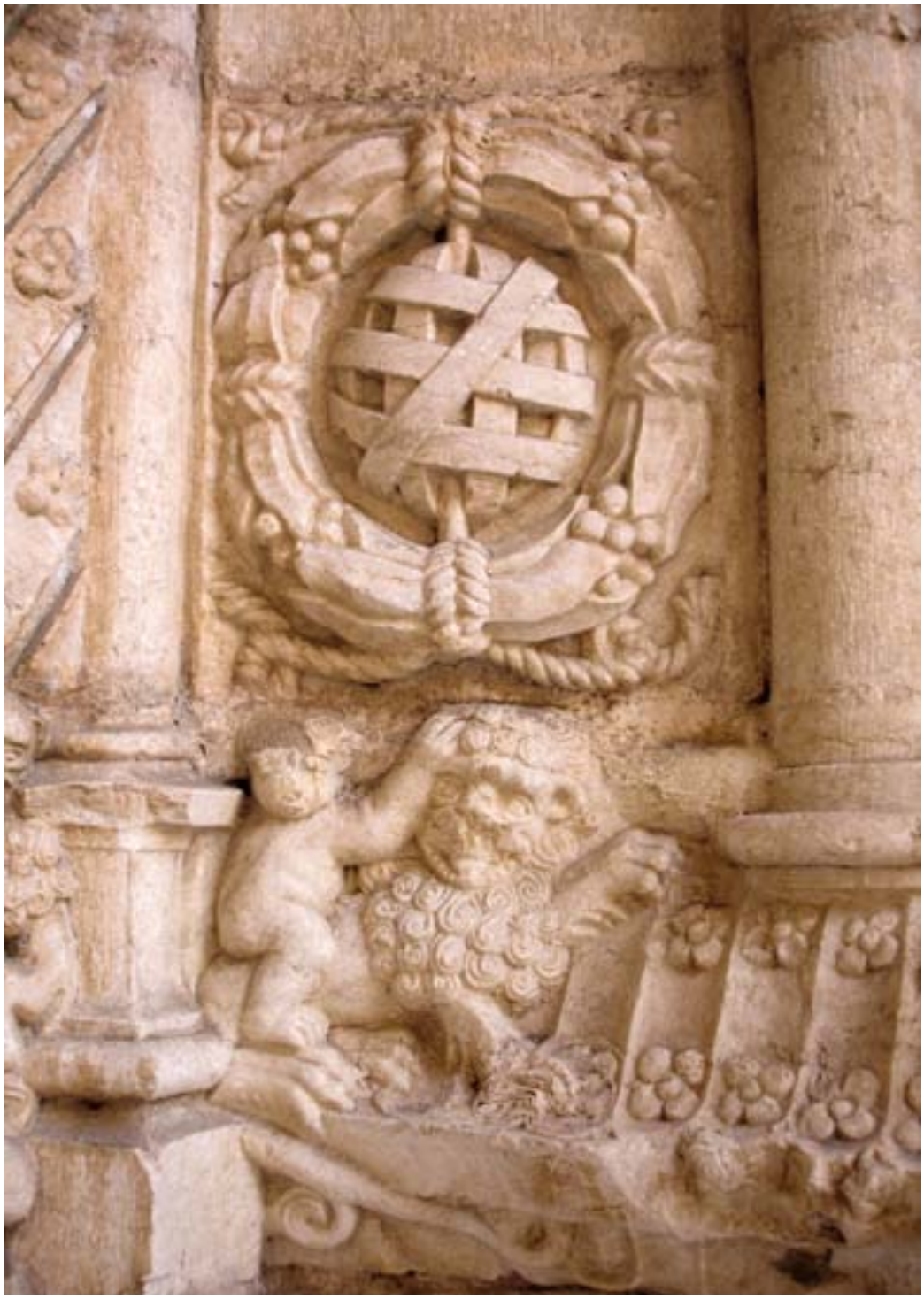


FOTO 16

Bem do Património Mundial "Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém em Lisboa" (Portugal) inscrito em 1983
página 35 © UNESCO, Kerstin Manz
página 36 © Turismo de Portugal, António Sacchetti

MOSTEIRO DE ALCOBAÇA (PORTUGAL)

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, situado a norte de Lisboa, foi fundado no século XII pelo Rei Afonso I. O seu tamanho, a pureza do seu estilo arquitetónico, a beleza dos materiais e o cuidado com que foi construído tornam-no uma obra-prima da arte gótica cisterciense.

FOTO 17

Bem do Património Mundial "Mosteiro de Alcobaça" (Portugal) inscrito em 1989
© Turismo de Portugal, Victor Hugo
página 38 Victor Hugo

PAISAGEM CULTURAL DE SINTRA (PORTUGAL)

Sintra foi, no século XIX, o primeiro centro da arquitetura romântica europeia. Fernando II soube transformar as ruínas de um mosteiro em castelo, onde a nova sensibilidade se exprimiu pela utilização de elementos góticos, egípcios, islâmicos e da Renascença, e pela criação de um parque conjugando espécies arbóreas locais e exóticas. Outras residências de prestígio foram construídas na serra vizinha segundo o mesmo modelo e fizeram deste local um exemplo único de parques e jardins que influenciou o desenvolvimento da arquitetura paisagística em toda a Europa.

FOTO 18

Bem do Património Mundial "Paisagem Cultural de Sintra" (Portugal) inscrita em 1995
em cima © Turismo de Portugal
em baixo © Jon Kohl

CENTRO HISTÓRICO DO PORTO (PORTUGAL)

A cidade do Porto, construída ao longo das encostas, com vista para a foz do Rio Douro, é uma excecional paisagem urbana com 2.000 anos de história. O seu crescimento contínuo ligado ao mar (os romanos deram-lhe o nome de Portus) pode ser testemunhado pelos muitos e variados monumentos - a Catedral com o seu coro românico, a Bolsa de estilo neoclássico, e a Igreja de Santa Clara em estilo manuelino, tipicamente português.

FOTO 19

Bem do Património Mundial "Centro Histórico do Porto" (Portugal) inscrito em 1996
© Turismo de Portugal, em cima e página 40 João Paulo

ALTO DOURO VINHATEIRO (PORTUGAL)

O vinho tem sido produzido por proprietários tradicionais na região do Alto Douro desde há 2.000 anos. Principal produto desde o século XVIII, o vinho do Porto é mundialmente famoso devido à sua qualidade. Essa longa tradição de viticultura gerou uma paisagem cultural de excepcional beleza que reflete a evolução tecnológica, social e económica.

FOTO 20

Bem do Património Mundial "Alto Douro Vinhateiro" (Portugal) inscrito em 2001
© Turismo de Portugal, em cima J. P. SottoMayor, em baixo Francisco Piqueiro, página 43 Francisco Piqueiro

CENTRO HISTÓRICO DE GUIMARÃES (PORTUGAL)

A cidade histórica de Guimarães está associada à emergência da identidade nacional portuguesa no século XII. Exemplo excecionalmente bem preservado e autêntico da evolução de um povoado medieval até uma cidade moderna, a sua rica tipologia de construção exemplifica o desenvolvimento específico da arquitetura portuguesa do século XV ao século XIX através da utilização consistente de materiais e técnicas tradicionais de construção.

FOTO 21

Bem do Património Mundial "Centro Histórico de Guimarães" (Portugal) inscrito em 2001
© Turismo de Portugal, João Paulo

PAISAGEM DA CULTURA DA VINHA DA ILHA DO PICO (PORTUGAL)

Este bem com 987 ha situado na ilha vulcânica do Pico, a segunda maior ilha do arquipélago dos Açores, consiste numa notável rede de longos muros de pedra, espaçados entre si, que correm paralelos à costa e penetram em direção ao interior da ilha. Estes muros foram erguidos para proteger do vento e da água do mar as videiras, que são plantadas em milhares de pequenos recintos retangulares (currais), colados uns aos outros. Remontando ao século XV, a presença desta viticultura manifestou-se através desta extraordinária manta de retalhos de pequenos campos, de casas e quintas do início do século XIX, de adegas, de ermidas e portinhos. A paisagem modelada pelo homem, de uma beleza extraordinária, é o melhor testemunho que subsiste de uma atividade outrora muito ativa.

FOTO 22
Bem do Património Mundial "Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico" inscrito em 2004
© Kerstin Manz

ILHA DE GOREIA (SENEGAL)

A Ilha de Goreia situa-se ao largo da costa senegalesa, fronteira à cidade de Dakar. Entre os séculos XV e XIX, foi o maior centro comercial de escravos da costa africana. Governada sucessivamente por portugueses, holandeses, ingleses e franceses, a sua arquitetura caracteriza-se pelo contraste entre os sombrios edifícios que albergavam as celas dos escravos e as elegantes casas dos comerciantes negreiros. Assume-se na atualidade como um local de reflexão sobre a exploração esclavagista do ser humano e como um santuário de reconciliação.

FOTO 23

Bem do Património Mundial "Ilha de Goreia" (Senegal) inscrito em 1978 © Our Place – The World Heritage Collection/UNESCO

RUÍNAS DE KILWA KISIWANI E DE SONGO MNARA (TANZÂNIA)

Os vestígios arqueológicos destes dois grandes portos da África Oriental, admirados pelos antigos exploradores europeus, situam-se em duas pequenas ilhas próximas da costa. Entre o século XIII e XVI, os mercadores de Kilwa e de Songo transacionaram ouro, prata, pérolas, perfumes, faianças e louças árabes e persas, e porcelanas chinesas; grande parte do comércio efetuado no oceano Índico passava pelas suas mãos.

FOTO 24

Bem do Património Mundial "Ruínas de Kilwa Kisiwani e de Songo Mnara" (Tanzânia) (a adicionar no layout) inscrito em 1981 © UNESCO

BAIRRO HISTÓRICO DA CIDADE DE COLÓNIA DO SACRAMENTO (URUGUAI)
Fundada pelos portugueses em 1680 no Rio da Prata, a cidade assumiu uma função estratégica de defesa contra o império espanhol. Disputada durante um século, foi, finalmente, perdida pelos seus fundadores. A paisagem urbana bem preservada ilustra a sucessiva fusão existente dos estilos português, espanhol e pós-colonial.

FOTO 25
Bem do Património Mundial "Bairro Histórico da Cidade de Colónia do Sacramento" (Uruguai) inscrito em 1995
© Lucia Iglesias

Além dos representantes dos sítios do Património Mundial acima mencionados, participaram também representantes da Direção Regional de Cultura do Algarve e do Fundo Africano do Património Mundial (AWHF).

B. TURISMO EM SÍTIOS DO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM E INFLUÊNCIA PORTUGUESA – abordagens e experiências selecionadas

B.1 GESTÃO E MONITORIZAÇÃO

"La propuesta de Turismo para el Plan consiste en un proyecto de difusión territorial y recualificación turística, a través de mecanismos de coordinación y metodologías de participación comunitaria. Se parte de la sociedad, desde su trama y espesor, para (re)valorizar su(s) cultura(s) y condicionar el turismo para evitar que él nos condicione a nosotros. [..] El impacto esperado es el aumento de la calidad y competitividad del destino a través de la (re)valorización del Patrimonio y del espacio turístico, en el marco de la sostenibilidad y de la rentabilidad socioeconómica con énfasis en el desarrollo local."

Siedlecki Huerta (2011), sobre o papel do turismo no Plano de Gestão do sítio do Património Mundial Colónia do Sacramento, recentemente aprovado.

FOTO 26

Vista aérea do núcleo histórico da Cidade de Colónia do Sacramento rodeado pelo Rio da Prata (Uruguai). © José del Cerro

B.1.a. Enquadramento: O conceito de Valor Universal Excecional do Património Mundial

O conceito de 'Valor Universal Excecional' está subjacente à Convenção do Património Mundial. É a pedra angular de todos os bens inscritos. O principal propósito das nomeações é explicar em que consiste um bem, porque demonstra um potencial Valor Universal Excecional e como é que esse valor será sustentado, protegido, conservado, gerido, monitorizado e transmitido. Todas as políticas, objetivos e ações devem dar prioridade e ter em consideração os valores que justificaram a inscrição de um bem na lista do Património Mundial.

O **Valor Universal Excecional** assenta em três pilares: 1) os critérios para a sua inscrição, 2) a sua condição – noções de autenticidade e integridade e 3) a conservação e gestão. Os critérios explicam a razões pelas quais o bem foi inscrito, justificam a sua importância global.

A **Autenticidade** (apenas para os bens culturais) indica que o valor é expresso de forma correta e credível através de atributos (elementos-chave) como a forma, design, materiais, função, tradições, configuração, linguagem e – é importante não esquecer – o espírito do lugar.

O património natural e cultural também deve satisfazer a condição de **integridade** relativamente à totalidade do sítio. Por exemplo, é suficientemente grande para incluir todas as características-chave necessárias? É suficientemente robusto para enfrentar as mudanças que ocorrerão ao longo do tempo e está em bom estado de conservação?

Manter o Valor Universal Excecional do sítio é a finalidade de todas as medidas de conservação e de desenvolvimento, bem como a base para a sua apresentação e promoção. Assim, a compreensão partilhada por todos os envolvidos dos valores e responsabilidades necessárias, através da assinatura da Convenção do Património Mundial, é essencial para a tomada de decisões sobre todas as intervenções relativas ao sítio. Nos sítios do Património Mundial, as políticas e os objetivos deverão estar em conformidade com o Valor Universal Excecional tal como definido no momento da inscrição de um sítio na lista do Património Mundial.

Os sítios-piloto Tour-WHPO chegaram à conclusão que, por vezes, é necessário rever o dossiê de candidatura para obter orientações sobre o valor do Património Mundial. Ficou claro que nos sítios inscritos há mais tempo isto pode necessitar de uma atenção especial em comparação com aqueles que recentemente trabalharam no processo de candidatura e acompanharam todo o processo de preparação da proposta de inscrição e avaliação do sítio.

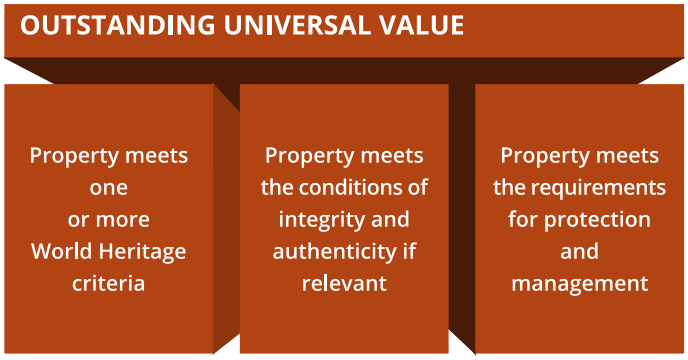


Illustration of the three pillars of Outstanding Universal Value within the World Heritage Convention. All three must be in place for a property to be judged to have Outstanding Universal Value.

FIGURA 2

Os três pilares do Valor Universal Excecional. Fonte: IUCN (2007)

B.1.b . Desenvolvimento de uma abordagem de gestão integrada

ABORDAGEM

Os sítios do Património Mundial sempre atraíram visitantes. O turismo faz parte da complexidade crescente dos desafios de gestão e é agora reconhecido como tendo dimensões culturais, ecológicas, socioeconómicas e políticas (World Heritage Paper, 31). Um turismo inadequadamente gerido pode ter consequências graves, comprometendo assim o valor dos sítios (Património Mundial), privando as comunidades locais dos benefícios e, eventualmente, degradando o próprio destino turístico. Assim, o desenvolvimento do turismo sustentável requer uma abordagem de gestão proactiva que respeite a capacidade do bem para aceitar as visitas sem degradar ou ameaçar os valores patrimoniais.

Um bem do Património Mundial já deverá ter um sistema de gestão em vigor. Em muitos sítios, é preparado um plano ou estratégia de gestão turística separado, recorrendo muitas vezes a consultores externos. Para poder ser eficaz - para ser compreendida e implementada - a estratégia de turismo deverá estar integrada no plano geral de gestão do bem.

Um plano de gestão do património é um acordo, um 'contrato público' entre a organização da gestão, a comunidade e todas as partes interessadas no bem. É também uma ferramenta para determinar as responsabilidades e os diferentes papéis no processo de implementação, e estabelece um quadro para a tomada de decisões. A gestão deve equilibrar a conservação e os interesses da comunidade a fim de garantir um desenvolvimento local sustentável.

Um plano de gestão eficaz deverá dar instruções claras e orientação, constituindo-se, portanto, como um documento que responde aos desafios-chave da gestão, incluindo o turismo, e integra as diferentes contribuições das partes interessadas e grupos envolvidos. Para que a sua implementação seja eficaz, é essencial que os objetivos e ações do plano de gestão estejam integrados nos processos de planeamento da região, quer sejam planos territoriais ou urbanos, planos socioeconómicos ou ambientais. Esta abordagem, também chamada

gestão baseada em valores, requer o envolvimento precoce de todas as partes interessadas.

O Plano de Ação é um elemento fundamental do Plano de Gestão. A sua função é dar uma visão geral sobre as ações concretas que permitem implementar os objetivos específicos do Plano de Gestão. Esses planos ou projetos podem estar em diferentes fases; em vias de financiamento ou já em curso. É importante que as ações ou projetos sejam viáveis e partilhados por todas as partes interessadas. Se não forem atuais e realistas, não passarão de uma 'lista de intenções' em vez de constituírem uma ferramenta estratégica.

PARA REFLETIR

UM PLANO DE GESTÃO NÃO É

- *um plano de gestão turística*
- *um plano de negócios*
- *um plano de conservação urbana*
- *um plano de restauro de um monumento*
- *um plano de conservação da natureza*

MAS coordena, estabelece prioridades e fornece uma ferramenta para a tomada de decisões.

EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO DE PLANEAMENTO DA UTILIZAÇÃO PÚBLICA

Os sítios-piloto do projeto Tour-WHPO confirmaram a necessidade de haver um consenso acerca do significado e valor do bem, uma vez que os objetivos de gestão devem estar clara e compreensivelmente ligados aos valores dos sítios. Os alicerces de uma gestão do património bem-sucedida consistem em atender às expetativas e necessidades da comunidade local e em desenvolver um mecanismo de partilha dos benefícios. É importante lembrar que os benefícios não são apenas avaliados em termos económicos!

A orientação para o planeamento da utilização pública seguida no decurso do projeto Tour-WHPO sublinha a importância da existência de um plano atualizado – de preferência mensalmente – e a necessidade de desenvolvimento de competências para que as partes interessadas possam implementar o plano sem apoio externo.

FIGURA 3

A "estratégia para a sustentabilidade", desenvolvida pela Parques de Sintra-Monte da Lua (PSML), com vista a alcançar a estabilidade económica necessária ao desenvolvimento da principal missão da entidade gestora do sítio. Fonte: PSML

EXPERIÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS DE SINTRA - SUSTENTAR UMA ESTRUTURA DE GESTÃO USANDO UM MODELO DE NEGÓCIO

A entidade gestora do sítio da Paisagem Cultural de Sintra, a Parques de Sintra-Monte da Lua (PSML), é uma das mais recentes estruturas de gestão do Património Mundial criadas em Portugal. Foi constituída como empresa pública, gerida por um Conselho de Administração. Do ponto de vista financeiro funciona de acordo com as regras do mercado privado no sentido em que não recebe financiamento público, dependendo apenas das receitas das visitas e de subvenções resultantes da aprovação de projetos submetidos a entidades públicas e privadas (por exemplo, EEA Grants). O modelo de negócio da PSML está, portanto, focado em garantir a estabilidade financeira e a sustentabilidade económica para cumprir o seu principal papel de gestor da conservação de um sítio do Património Mundial.

LIÇÕES APRENDIDAS

É fundamental garantir o financiamento para a gestão diária do sítio. O turismo pode desempenhar um papel importante na gestão do bem desde que a prioridade continue a ser a conservação do sítio, ao invés do aumento do número de visitantes. A estrutura também deve ser suficientemente flexível para gerir o seu próprio orçamento.

B.1.c. Envolvimento das partes interessadas

Atendiendo el espíritu que lidera el proceso de elaboración del Plan de Gestión del sitio Patrimonio Mundial "nunca se debe olvidar que el patrimonio es un barrio, sus casas y calles, un paisaje, un subsuelo que guarda trazas arqueológicas, donde hay autoridades para su gobierno y especialistas para su investigación, pero donde lo esencial es su significado para la sociedad y el aprecio que ésta siente por "su" patrimonio". Es en este sentido que se convocaron a decenas de instituciones públicas y privadas durante la elaboración del plan para que volcaran sus ideas.".
Pereira e Fusco-Zambetogliris (2012) Colónia do Sacramento, Uruguai

A gestão do turismo envolve uma grande variedade de partes interessadas e especialistas, que podem ter diferentes perspetivas sobre o futuro desenvolvimento do sítio e diversas opiniões sobre as ações mais adequadas. A base de uma gestão colaborativa está na aprendizagem das expetativas de uns e outros, bem como no conhecimento dos pontos de vista relativos aos benefícios e potencialidades que o turismo pode originar. Caso contrário, agendas concorrentes podem levar a longos e desnecessários conflitos de interesses e prioridades.

EXPERIÊNCIAS DO TRABALHO DE PLANEAMENTO DA UTILIZAÇÃO PÚBLICA

O primeiro passo no planeamento da utilização pública indica como formar uma equipa principal de planeamento, realizar uma análise organizacional, conhecer o contexto de planeamento (ou seja, identificar todas as políticas e expressões de vontade que afetam e orientam o planeamento estratégico), efetuar entrevistas iniciais com as partes interessadas, preparar a logística e, entre outros, delinear os termos de referência destinados a estabelecer acordos sobre a forma de conduzir o processo de planeamento.
Enfatizou-se que estas atividades e, sobretudo, os termos de referência, requerem que o sítio patrimonial negoceie de forma transparente as suas intenções com outras partes interessadas. Embora o objetivo seja disponibilizar técnicas adicionais e criar oportunidades para uma partilha de poder e uma tomada de decisões conjunta, o sucesso de qualquer orientação externa depende essencialmente da vontade e capacidade do sítio em aplicar as técnicas sugeridas.

Jon Kohl

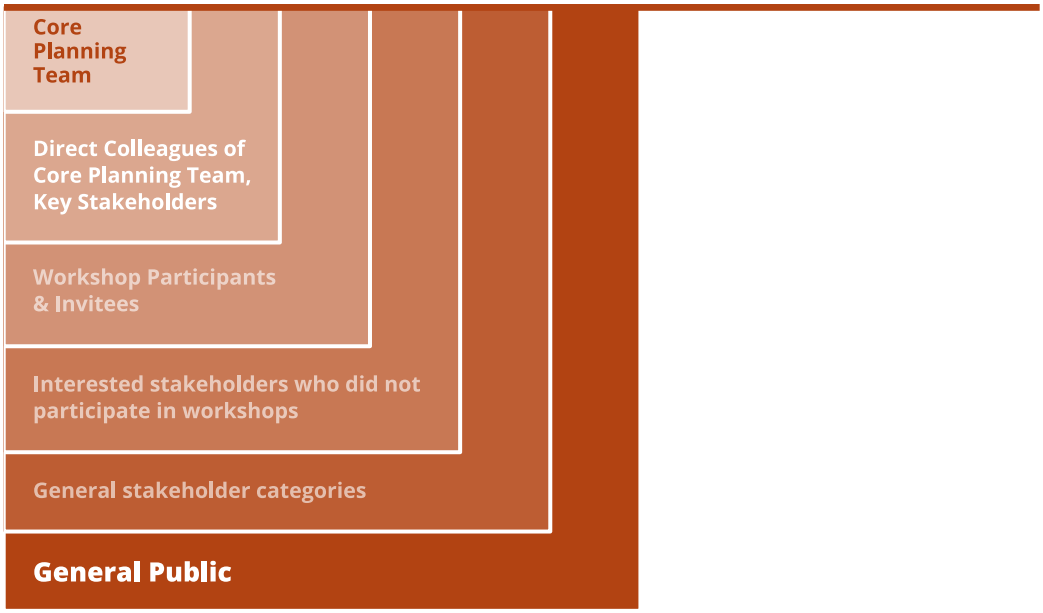


FIGURA 4

A abordagem do planeamento da utilização pública propõe uma estrutura hierarquizada em grupos das partes interessadas e dos atores-chave envolvidos nas atividades de planeamento.
Fonte: Kohl, Jon (2012)

FOTO 27

Reuniões como esta da equipa de planeamento principal no sítio piloto de Évora são o primeiro passo no processo de planeamento e envolvimento das partes interessadas. © Jon Kohl

CONTEXTO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

O Programa Património Mundial e Turismo Sustentável identificou um conjunto de partes interessadas nas áreas do Património Mundial e do turismo sustentável e as suas possíveis funções. Alguns destes atores nem sempre são incluídos na gestão do Património Mundial, tais como o setor privado do turismo e as chamadas Organizações de Gestão de Destinos, que costumam desenvolver atividades de marketing.

Uma apreciação informada do Valor Universal Excecional do sítio e das implicações dos potenciais impactos adversos do turismo nos valores do património são essenciais para a tomada de decisões por um vasto leque pela das partes interessadas na área do turismo incluindo:

a) Os Estados Parte, que desejam estabelecer e implementar políticas e estratégias para alcançar os objetivos de desenvolvimento e benefícios a longo prazo para as comunidades locais e outras;
b) A indústria do turismo, que deseja obter lucros comerciais a longo prazo;
c) Os visitantes, que pretendem a total fruição do património, orientações para um comportamento adequado e potencial incentivo para contribuir para a sua manutenção e proteção;
d) As comunidades locais, que procuram a melhoria da sua qualidade de vida mantendo a integridade e o acesso ao património natural e cultural representativo da sua história e identidade.

Programa Património Mundial e Turismo Sustentável (WHC-12/36.COM/5E)

No entanto, "uma abordagem participativa" não significa apenas incluir um maior número de partes interessadas, mas também enfatizar a perspetiva do visitante. No início de qualquer processo consultivo deverão ser estabelecidos os meios de comunicação e de partilha de informações, e os objetivos e metas previamente acordados - e ser-lhes atribuído tempo suficiente.

PARA REFLETIR

Existem diferentes graus de participação e interesses na partilha do poder.

As atividades turísticas conduzem a mudanças socioeconómicas ao longo do tempo. Embora possa ser difícil disponibilizar orientações gerais sobre planeamento devido às diferentes realidades sociais, económicas e políticas dos locais, o trabalho conjunto com a comunidade tem provado ser uma forma de redefinir e fortalecer o sentido de identidade da comunidade.

Restaurar a vitalidade e o espírito de um sítio é uma operação complicada que não pode ser obtida através de um investimento monetário (como é o caso do restauro físico do património). Em vez disso, tende a envolver questões sociais que afetam as comunidades locais, que muitas vezes não controlaram a situação em que se encontram. É importante ter em mente que qualquer solução que se tente substituir os verdadeiros protagonistas do sítio corre o risco de o tornar um parque temático.
Viñals, MJ. e Morant, M. (2012): Heritage, tourism and local community interactions within the framework of site management. p 43 in World Heritage Paper, 31

Parte interessada

Quais são as suas principais preocupações relativamente ao desenvolvimento da utilização pública no sítio?

Quais são os obstáculos ou conflitos que impedem o desenvolvimento sensato do turismo no sítio?

Descreva os seus interesses pessoais, económicos, políticos, espirituais ou recreativos no sítio e como deverão ser considerados no processo de planeamento?

FIGURA 5

A abordagem do planeamento da utilização pública propõe a colocação de algumas perguntas-chave (acima referidas) para identificar as preocupações e interesses dos diferentes grupos de partes interessadas e estruturar o foco do processo de participação e facilitação.
Fonte: Kohl, Jon (2012).

FOTO 28

Jovens usando o espaço público à saída do Forte de Jesus, Mombaça. Tal como as empresas locais ou outros habitantes, estes jovens são uma parte interessada; os seus interesses devem igualmente ser tidos em consideração no processo de planeamento.
© Jon Kohl

Podemos identificar as pessoas interessadas de diferentes formas, como por exemplo fazendo as seguintes perguntas:

- *Quem conhece o património natural e cultural local?*
- *Quem é dono de lugares do património na área?*
- *Quem guarda, cuida ou tem a responsabilidade legal do património local?*
- *Quem trabalhou ou ganhou a vida nos lugares do património local?*
- *Quem está interessado em usar lugares do património local, agora ou no futuro?*
- *Quem está interessado em proteger ou conservar lugares do património local?*
- *Quem está interessado nos seus objetivos? Quem apoiaria ações com vista a atingir os seus objetivos?*
- *Quem será afetado pela realização dos seus objetivos, de forma positiva ou negativa?*
- *Quem teve metas semelhantes às suas no passado?*
- *Quem precisa de ser informado sobre o progresso realizado para alcançar os seus objetivos?*

Fonte: Protecting Local Heritage Places: A Guide for Communities, Australian Heritage Commission, 2000, pp.11-13.

FOTO 29

Em muitos sítios do Património Mundial, as escolas são um grande e crucial grupo de visitantes devido às visitas regulares que efetuam e à programação pedagógica ligada ao sítio. Quanto maior for a percentagem de escolas no número total de visitas, mais importante será considerar as suas necessidades e interesses no momento do planeamento da utilização pública dos sítios do Património Mundial.
© Jon Kohl

PARA REFLETIR

Tenha em atenção que a participação é um processo contínuo - não um exercício que deva ser feito de uma só vez. Dê-lhe tempo suficiente!

EXPERIÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS DE ÉVORA – COMO CRIAR UM ACORDO ENTRE AS PARTES INTERESSADAS

O sítio do Património Mundial "Centro Histórico de Évora" tinha estado a trabalhar na revisão do seu Plano de Gestão do Património Mundial prevendo a sua finalização em 2012. Assim, o projeto Tour-WHPO foi visto como uma oportunidade adicional para melhorar o documento de planeamento global da gestão através da integração de uma componente relativa ao turismo.
Ao envolver-se no projeto como um sítio-piloto, Évora constituiu-se como um exemplo ideal de um bem do Património Mundial urbano e complexo. Após o primeiro workshop de formação do Tour-WHPO, a cidade de Évora criou uma equipa principal de planeamento composta por cinco membros de diferentes departamentos municipais. O apoio político e institucional do Presidente da Câmara e da Vereadora, bem como o compromisso pessoal do chefe da equipa de planeamento, foram pré-requisitos cruciais para a realização das atividades de planeamento turístico.

FOTO 30

A equipa principal de planeamento de Évora durante uma das suas sessões de trabalho.
© Jon Kohl

Após as primeiras etapas de coordenação, a equipa começou a identificar e a envolver as partes interessadas no processo de planeamento. Um número substancial e uma grande diversidade de grupos de partes interessadas foram convidados a participar no processo de planeamento, sublinhando a validade da abordagem participativa proposta, que permitiu reunir pela primeira vez na cidade uma grande variedade de intervenientes.
Em novembro de 2012, as seguintes entidades assinaram um acordo que determina os termos de referência deste compromisso de planeamento.

- ***Câmara Municipal de Évora***
- ***Direção Regional de Cultura do Alentejo***
- ***Universidade de Évora***
- ***Fundação Eugénio de Almeida***
- ***Arquidiocese de Évora***
- ***Entidade Regional de Turismo do Alentejo***
- ***Associação de Vendedores***
- ***Associação dos Diretores de Hotéis de Portugal***
- ***Associação de Guias Intérpretes do Alentejo (AGIA)***
- ***Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP)***
- ***Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos (APECATE)***
- ***Coleção B***
- ***CENDREV***
- ***Pé de Xumbo***
- ***Eborae Mvsica***
- ***Associação "Do Imaginário"***

(ver documento completo no Anexo 9.a.).

LIÇÕES APRENDIDAS

Embora a participação plena das partes interessadas e a regularidade das reuniões tenha sido um desafio desde o início, a experiência positiva da cidade de Évora mostrou que sítios urbanos complexos podem ter sucesso na mobilização das comunidades locais e dos grupos de partes interessadas, através do diálogo persistente. O grupo que foi formado pode ser visto como um grupo consultivo de partes interessadas, como é recomendado para todos os bens do Património Mundial.

Outro efeito do envolvimento da cidade ficou patente no reforço de competências da equipa principal de planeamento: O chefe da equipa de planeamento familiarizou-se rapidamente com as competências de mediação de um processo participativo, de tal forma que já as aplicou com sucesso em várias reuniões e ocasiões.

FOTO 31

O apoio ao planeamento participativo por parte dos decisores locais é um ingrediente-chave para o sucesso das atividades – o Presidente da Câmara, Dr. José Ernesto de Oliveira, com o chefe da equipa de planeamento, Dr. Nuno Domingos, durante o workshop Tour-WHPO em Évora. © Jon Kohl

EXPERIÊNCIAS:

EXPERIÊNCIAS DO FORTE DE JESUS, MOMBAÇA – PARTILHAR NOVAS PERSPETIVAS

Após o primeiro workshop Tour-WHPO, três profissionais do Forte de Jesus, Mombaça, envolvidos no projeto conseguiram convencer a sua instituição, o NMK (National Museums of Kenya), a envolver-se nas atividades de planeamento turístico no sentido de formarem uma equipa principal de planeamento. A equipa foi constituída e uma primeira reunião de partes interessadas externas foi realizada e pode ser apresentada durante o segundo workshop do projeto WHPO-Tour, em Évora.

O convite para a reunião foi bem recebido e muito apreciado pelos agentes externos. O sítio está a ser gerido pela delegação local do organismo público nacional (NMK). A primeira reunião das partes interessadas também proporcionou uma oportunidade para (re)definir a relação do sítio com as comunidades vizinhas.

Além disso, este exercício de planeamento focado no turismo permitiu a este sítio do Património Mundial recentemente inscrito, aplicar e aperfeiçoar o seu plano de gestão do Património Mundial revisto através de um diálogo contínuo com as comunidades locais.

Com base na sua primeira experiência de planeamento, o Forte de Jesus produziu um primeiro acordo entre as partes interessadas (ver Anexo 9.b)

LIÇÕES APRENDIDAS

Esta experiência de trabalho com o Planeamento da Utilização Pública fez-nos revisitar a questão das partes interessadas, ou seja, ajudou-nos a repensar, identificar e trabalhar em conjunto com as nossas partes interessadas (...)

Declaração da Equipa do Forte de Jesus

FOTO 32

A Equipa Principal de Planeamento do Forte de Jesus, Mombaça, durante umas das reuniões de informação e consulta com as partes interessadas locais.
© Jon Kohl

EXPERIÊNCIAS: **EXPERIÊNCIAS DO VALE DO COA – ENVOLVER A COMUNIDADE LOCAL COMO UM PARCEIRO ATIVO NA GESTÃO DO SÍTIO**

Tendo começado com uma relação bastante problemática entre as comunidades locais e a gestão do sítio devido à criação do Parque Arqueológico em 1996, a equipa do Vale do Coa relatou em 2008 que a maior parte da comunidade local vê agora o parque como um parceiro inestimável na realização de um objetivo comum: o de desenvolver, de forma sustentável, um turismo regional integrado, sendo as gravuras rupestres a principal atração. Isto foi conseguido através de uma série de atividades como "a realização de visitas especiais gratuitas para a população local. O PAVC organizou os dias abertos para grupos de interesse locais: um dia aberto destinava-se apenas a proprietários/gerentes de restaurantes, outro centrou-se em proprietários de alojamentos turísticos, outro a produtores de vinho, etc. Muitas destas atividades foram reforçadas por visitas a quintas de produção de vinhos." Além disso, "em datas comemorativas importantes do Parque (como a sua criação ou a inscrição na Lista do Património Mundial), são organizados programas especiais de celebração com vista a promover a interação entre os visitantes e os habitantes locais. Tais programas incluem concertos, exposições, palestras, degustação de vinho e gastronomia local e interpretações experimentais de refeições do Paleolítico Superior."

LIÇÕES APRENDIDAS

Entre as lições aprendidas, a equipa de gestão do sítio concluiu que "o Parque não pode existir isolado do seu contexto socioeconómico: a longo prazo, um futuro sustentável para a arte rupestre dependerá, em grande medida, do sucesso dos esforços do Parque em interagir com a comunidade local. O objetivo é fazer da população local um parceiro ativo na gestão, preservação e conservação do património do Vale do Côa como um todo, e um parceiro-chave no desenvolvimento regional sustentável ." "Workshops, no qual participaram vários atores locais e regionais, também ajudaram a reforçar ainda mais a já rentável ligação entre o Parque e a comunidade."
Batarda e al. (PAVC, Vale do Coa)

B.1.d. Monitorização

ABORDAGEM

A monitorização pode demonstrar se a gestão está a atingir os seus objetivos - ou se é necessário efetuar algumas mudanças. Dá-nos informações e constitui-se como um indicador da situação atual do bem, do seu estado de conservação e do seu futuro provável. Além disso, os resultados da monitorização são úteis enquanto argumentos para convencer as partes interessadas do sucesso da gestão ou das mudanças que devem ser realizadas. Um conhecimento básico do conjunto dos impactos pode também auxiliar o planeamento e resultar numa checklist útil para o desenvolvimento de indicadores de monitorização do turismo, essenciais para determinar se os objetivos de gestão estão a ser cumpridos (World Heritage Paper, 1).

É essencial a todas as atividades de gestão que haja um conhecimento dos perfis dos visitantes atuais e das tendências de turismo futuras relativamente a todas as atividades de gestão. A análise da estrutura do turismo deve ser continuamente atualizada com vista a servir de base às decisões de gestão. Uma análise da estrutura do turismo deve constituir a base das decisões de gestão.

Figure 1. The WCPA Framework for Assessing Management Effectiveness. Source: Hockings et al. (2006).

FIGURA 6
O quadro ilustra o processo de gestão do Património Mundial. Fonte: UNESCO (2008)

CONTEXTO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

Além da candidatura e da inscrição de sítios na lista do Património Mundial, existem também os desafios mais técnicos da monitorização e medição dos impactos do turismo e a utilização destes dados para definir os parâmetros do planeamento, desenvolvimento e gestão do bem. Os mecanismos do processo do Património Mundial (o processo de candidatura, Acompanhamento Reativo e elaboração de Relatórios Periódicos, por exemplo) constituem oportunidades para identificar situações nas quais o turismo pode representar uma ameaça para os valores patrimoniais e aquelas em que o turismo tem um impacto positivo. A elaboração de Relatórios Periódicos constitui uma ferramenta de autoavaliação, podendo ser o alicerce de uma base de dados útil para a tomada de decisões informada. Também oferece um conjunto de indicadores concretos. Lidam com impactos ao longo do tempo, dentro e fora do sítio e – é importante não esquecer – estes impactos podem ser positivos ou negativos.

FIGURA 7

O exercício de elaboração de Relatórios Periódicos é um dos instrumentos estatutários da Convenção do Património Mundial para monitorizar o estado de conservação dos sítios do Património Mundial. Tendo em conta que se trata de um exercício orientado pelo Estado Parte, os indicadores utilizados devem também ser integrados nos sistemas de monitorização dos sítios. Fonte: Website do WHC (whc.unesco.org)

PARA REFLETIR

Ser um sítio do Património Mundial implica estar exposto ao turismo internacional. Receber visitantes estrangeiros requer uma atenção particular na gestão e este aspeto deveria ser incluído nos indicadores de monitorização.

A monitorização é também uma atividade de acompanhamento da gestão já existente - não pretende ser um novo nível de gestão ou mais uma checklist para ser preenchida. Também é importante ligar o Plano de Ação inscrito no Plano de Gestão à monitorização, a fim de identificar as alterações necessárias ou verificar se é altura de rever o Plano de Ação.

Assim, ao desenvolver programas de monitorização é importante rever todas as atividades de monitorização atuais e escolher o método de recolha de dados mais adequado ao objetivo e que seja viável no âmbito dos recursos existentes.

- *Considere métodos alternativos. Métodos diferentes exigem níveis diferentes de recursos - procure a opção mais económica.*
- *Envolva a comunidade local na monitorização - também ajuda a aumentar a participação local na gestão e pode ser uma mais-valia para aumentar a compreensão e o apoio aos objetivos de gestão.*
- *Reveja regularmente as atividades de monitorização – se estão a ser monitorizados os indicadores corretos; se os resultados são utilizados para melhorar a gestão.*
- *Formas diretas e simples podem ser tão eficazes quanto métodos técnicos complicados ou questionários demorados; uma foto de um lugar num determinado momento pode dar informações valiosas*

Cultural Heritage Guide Programme (2007) Unidade 5

EXPERIÊNCIAS: ***Como parte do projeto, desenvolvemos um questionário para saber o que os turistas consideravam serem atrações no **Forte de Jesus**. O Departamento de Educação recentemente levou a cabo um levantamento e, no mês de abril, distribuiu um questionário aos visitantes (ver anexo 9). Consultámos o website da **TripAdvisor** para obter informações sobre o Forte.***
Declaração da Equipa de Planeamento do **Forte de Jesus

A cidade de **Colónia do Sacramento** colabora com o Ministério do Turismo e do Desporto do Uruguai, entre outros, para monitorizar as visitas anuais ao sítio e estabelecer uma comparação com outros destinos importantes no país. As estatísticas mostram que as pernoitas mais do que triplicaram nos últimos dez anos (2002: 82.000 / 2011: 270.000) e que as pernoitas representam apenas um terço do número total de visitantes do sítio.

Nº DE DORMIDAS NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM DOS HÓSPEDES[3]:

FIGURA 8
Anuário Estatístico da Região do Alentejo 2010 (2011)

	Nº Dormidas	% das dormidas, segundo o país de residência habitual
PORTUGAL	188 971	62,3 %
ALEMANHA	11 484	3,8 %
ESPANHA	21 063	6,9 %
FRANÇA	13 829	4,6 %
ITÁLIA	6 590	2,2 %
PAÍSES BAIXOS	9 956	3,3 %
REINO UNIDO	5 866	1,9 %
EUA	8 311	2,7 %

Fazendo amplo uso de tecnologias de ponta, a entidade gestora do sítio Paisagem Cultural de Sintra, a Parques de Sintra-Monte da Lua (PSML), pôs em prática um sofisticado sistema de monitorização de visitantes para os seus parques e palácios, que foi aplicado amplamente a nível territorial. Desta forma, pode reunir dados estatísticos consistentes sobre o número e a origem dos seus visitantes.

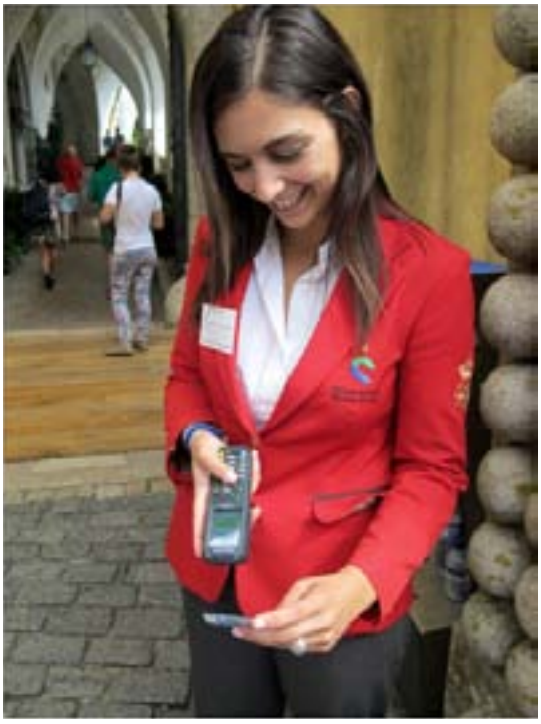
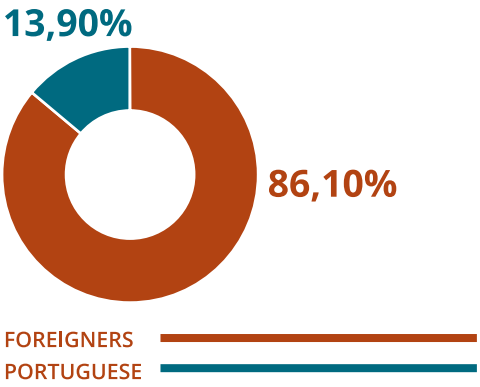
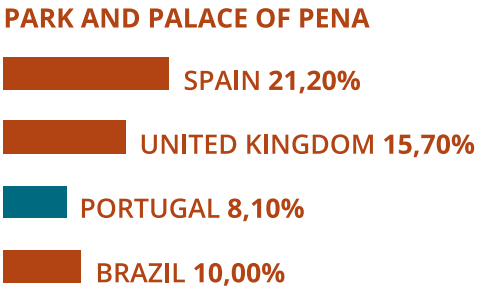


FOTO 33

O controlo eletrónico de bilhetes permite que o gestor Parques de Sintra-Monte da Lua monitorize os padrões de visitas nos seus parques e palácios, como acontece no Palácio da Pena, uma das principais atrações deste sítio do Património Mundial. © Jon Kohl



Valores referentes ao período de 20 de Setembro de 2010 a 24 de Julho de 2011 - Total 4 Parques



Valores referentes ao período de 20 de Setembro de 2010 a 24 de Julho de 2011 - Parque e Palácio da Pena

FIGURA 9

Com base nas ferramentas de monitorização o gestor do sítio elabora estatísticas que ajudam a entender o número e a origem dos visitantes; aqui apresenta-se como exemplo a nacionalidade dos visitantes do Palácio da Pena. Fonte: PSML

PARA REFLETIR

Como utiliza os resultados da monitorização? Os exemplos acima mostram que, embora os resultados da monitorização variem em números absolutos, apontam para o mesmo desafio - como convencer as pessoas a pernoitar!

EXPERIÊNCIAS:

EXPERIÊNCIAS DO VALE DO CÔA - LOTAÇÃO, CAPACIDADE DE CARGA E LIMITES ACEITÁVEIS DE MUDANÇA

"O sistema implementado corresponde ao acesso restrito, no sentido em que foi estabelecido um rigoroso limite diário do número de visitantes. É também restrito no sentido em que o público só pode visitar os três locais abertos ao público integrando visitas organizadas pelo Parque ou por empresas privadas certificadas pelo Parque.

Uma vez que existe um limite diário rigoroso quanto ao número de visitantes, estes são aconselhados a fazer a suas reservas com antecedência.

Há quem defenda que áreas de lazer rural têm uma capacidade de carga percetiva, um limite que tem mais a ver com a psicologia humana do que com as características do próprio sítio. Neste sentido, os limites diários do Vale do Côa foram definidos recorrendo ao que podemos classificar em parte como restrições da capacidade percetiva. Na verdade, a regra é que não deve haver mais do que um grupo de visitantes no mesmo local, ao mesmo tempo. Calculou-se o número máximo de visitantes por dia aproveitando as condições ideais de luz, essenciais para uma melhor visualização das gravuras, ajustando os horários de partida dos passeios a partir dos centros de visitantes e tendo em consideração o tempo necessário para visitar os sítios.

A implementação de medidas de vigilância preventiva, embora essencial para a preservação destes sítios, não pode, por si só, evitar todos os episódios de vandalismo possíveis e outras consequências decorrentes da pressão dos visitantes.

Assim, a educação, informação e promoção têm de constituir uma parte importante das práticas de gestão do património cultural de qualquer instituição envolvida.

LIÇÕES APRENDIDAS

"O acesso do público a recursos culturais tão delicados como as gravuras rupestres é uma espada de dois gumes: pode beneficiar a sociedade globalmente mas, ao mesmo tempo, põe em risco a permanência do património que escolhemos valorizar, proteger e apresentar. Se quisermos que esses lugares significativos perdurem no tempo com o seu pleno significado e contexto é por isso muito importante, como sublinha a Convenção do Património Mundial, optarmos por abordagens práticas defensivas na gestão da nossa relação com o 'mundo natural produzido pelo homem'."

Batarda (PAVC, Vale do Côa)

FOTO 34

No Parque Arqueológico do Vale do Côa, as visitas guiadas com um número limitado de participantes são um instrumento básico de monitorização do impacto dos visitantes nos frágeis sítios de arte rupestre do Parque.
© Jon Kohl

B.2 INTERPRETAÇÃO

"É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com sol onde primeiramente a chuva caía.... É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e traçar caminhos novos ao lado deles." José Saramago in Viagem a Portugal
citado em Siedlecki Huerta (2011)

B.2.a. Da Interpretação às histórias

A interpretação é a arte de explicar o incomum ou o novo em linguagem e imagens acessíveis aos visitantes

ABORDAGEM

"Todos os sítios do Património Mundial têm mais do que um episódio importante para contar sobre a sua história; a forma como foram construídos ou destruídos, as pessoas que ali viviam, as atividades e acontecimentos locais, as anteriores utilizações do sítio e talvez lendas de tesouros incríveis. Ao apresentar e interpretar os episódios históricos dos bens patrimoniais, é necessário ser seletivo e definir quais os elementos mais interessantes para o tipo de pessoas que o sítio irá atrair; as histórias com interesse humano são frequentemente as mais populares." Jokilehto in ICCROM Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites (1998).

As expectativas e preferências dos turistas alteraram-se consideravelmente nos últimos anos, tornando-se muito mais diversificadas. Os turistas do património cultural atuais são mais experientes e possuem um nível de escolaridade superior às gerações anteriores, esperando mais das suas experiências de viagem. Este facto faz com que a autenticidade e a qualidade sejam agora mais importantes do que nunca. As expectativas mais elevadas e a crescente competição para conquistar o tempo dos visitantes significam também que a visita a um sítio deverá resultar numa experiência admirável e personalizada.

FOTO 35
Um guia que consegue explicar as especificidades de um sítio de uma forma divertida mas conhecedora melhora muito a experiência do visitante. Na imagem: Gustavo Val Flor durante a visita guiada a Évora. © Jon Kohl

Aprovada em 2008, a Carta Internacional do ICOMOS para a Interpretação e Apresentação de Sítios Culturais Patrimoniais (carta de ENAME) destina-se a orientar os profissionais do património e do turismo quando se trata de apresentar e interpretar os valores do património para fins de visita. Define as noções e diferenças de Apresentação e Interpretação da seguinte forma:

*A "**Apresentação**" denota o arranjo cuidadosamente planeado de informações e o acesso físico a um património cultural, geralmente realizado por estudiosos, empresas de design e profissionais do património. Como tal, é basicamente um modo unidirecional de comunicação.*
*A "**Interpretação**", por outro lado, denota a totalidade da atividade, reflexão, investigação e criatividade estimulada pelo património cultural. A contribuição e a participação dos visitantes, associações e grupos comunitários locais, e outras partes interessados de várias idades e com níveis de escolaridade diferentes é essencial para a interpretação e para a transformação dos sítios do património cultural, de monumentos estáticos em lugares e fontes de aprendizagem e reflexão.*

CONTEXTO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

Os sítios do Património Mundial são elementos relevantes dos produtos turísticos disponibilizados tanto por empresas de turismo que detêm um importante volume de negócios como por empresas especializadas. Os tours culturais tornaram-se um importante produto e os sítios do Património Mundial são componentes importantes, embora os seus valores nem sempre sejam especificamente promovidos quer pelos agentesturísticos, quer pelos próprios sítios.

Fazer com que as partes interessadas no turismo conheçam e apreciem os valores do património são aspetos fundamentais na apresentação dos bens do Património Mundial. Verifica-se a necessidade de comunicar esses valores de forma claramente percetível, explicando o seu significado no contexto local, nacional e internacional. Os próprios visitantes são elementos potenciais da gestão e necessitam saber como podem apoiar a conservação e o desenvolvimento sustentável do sítio.

"Os objetivos da interpretação são [portanto] provocar, estimular o intelecto e reforçar a experiência. A interpretação deve gerar interesse, desenvolver uma compreensão mais profunda do sítio e suscitar preocupação e apoio para a conservação do Valor Universal Excecional do bem". O Programa de Guias de Património Cultural (2007) afirma e recomenda que "os programas de apresentação e de interpretação devem também identificar e avaliar as suas audiências a nível demográfico, geográfico e cultural."

Também a Carta *de Ename para a Interpretação e Apresentação de Sítios Culturais Patrimoniais* adotada pelo ICOMOS Internacional em 2008 (Anexo 7) contém vários princípios para a interpretação, entre os quais os seguintes pontos-chave:

- A população local deve ser envolvida no desenvolvimento de programas de apresentação e de interpretação para garantir que são relevantes localmente.
- Entre os funcionários do sítio devem existir profissionais de interpretação qualificados.
- A interpretação dirigida a crianças não deverá ser uma diluição da apresentação para adultos, mas antes seguir uma abordagem fundamentalmente diferente. São necessários programas escolares substancialmente diferentes dos programas direcionados para os visitantes adultos.

PARA REFLETIR

Interpretar o Valor Universal Excecional de um sítio do Património Mundial pode exigir que se faça referência a valores que não são necessariamente os mais óbvios para as populações locais e para os visitantes. A atração do lugar poderá centrar-se noutras experiências ou qualidades marcantes do local. Mas na gestão dos sítios do Património Mundial, o Valor Universal Excecional é o ponto de partida de qualquer interpretação.

B.2.b. Trabalhar com um Quadro Interpretativo

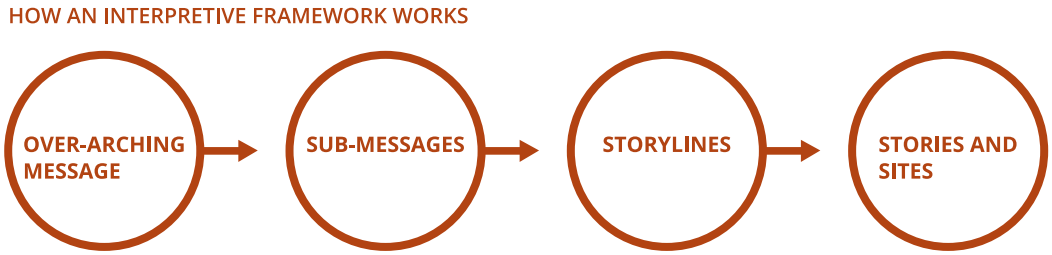


FIGURA 10
Durante os workshops de formação, a teoria e a prática foram associadas a exemplos concretos provenientes de sítios WHPO, através da aplicação de uma abordagem por etapas. © Jon Kohl (2012)

Uma vez assentes os pilares do planeamento, da-se início ao processo de Planeamento da Utilização Pública através da identificação coletiva de informações relativas aos ativos patrimoniais que podem ser disponibilizados no sítio (como em " oferta e procura turística"). Acredita-se que a componente essencial que os sítios do património podem oferecer são os próprios significados, e que os significados que as partes interessadas detêm sobre o seu local são o elemento mais relevante para as prender a esse local.

O objetivo da elaboração de um quadro interpretativo é criar um conjunto consensual de significados internamente coerentes, motivadores, reveladores e suficientemente abrangentes para incorporar a maioria das atrações e atividades turísticas, exceto nas situações em que o turismo tem excedido e usurpado o significado anteriormente atribuído a um sítio. Devem ser suficientemente concretos para serem inspiradores, evitando a incorporação de elementos que não estão relacionados com os valores patrimoniais do sítio. Nas próximas etapas de planeamento, esses significados servirão para atribuir graus de prioridade às atrações, contribuirão para as experiências do visitante e orientarão a criação de serviços e produtos turísticos.

Mediante um exercício de reflexão, os participantes no workshop são orientados de forma a conseguirem identificar as mensagens emergentes. Essas mensagens emergentes passam à fase seguinte de "refinamento" por um pequeno grupo de funcionários informados e pensadores críticos, a fim de produzir um quadro interpretativo, que é normalmente (mas não necessariamente) constituído por um conjunto hierarquicamente organizado de mensagens (mensagem principal, mensagens secundárias, linhas históricas, episódios, atrações e mesmo produtos de utilização pública).

O quadro, em teoria, tem potencial suficiente para se tornar o cerne de um sítio do património; o conjunto de significados, organizados e controlados pela comunidade, modificados continuamente, incorporando novas atrações e produtos tal como se apresentam no enfiamento.

Jon Kohl

"Se a mesma mensagem for repetida em todo o sítio através de diferentes histórias (por guias, sinalética e folhetos) a ideia fica reforçada, causando um maior impacto do que se só for transmitida uma única vez."

FOTO 36

"Os funcionários podem utilizar os recursos limitados, com maior eficácia, para desenvolver uma mensagem-história importante." – A sessão de *brainstorming* com os funcionários do sítio tem um potencial elevado para o desenvolvimento de uma apresentação e interpretação inovadoras a partir dos recursos existentes.
© Jon Kohl

PARA REFLETIR

Os guias turísticos são os embaixadores do seu sítio! Assegure-se que são comunicadores bem informados.

PASSANDO A UMA ABORDAGEM GLOBAL: NÃO INTERPRETE APENAS O SEU SÍTIO, INTERPRETE A HUMANIDADE

Desenvolver um Quadro Interpretativo do sítio para fins de comunicação ajuda a identificar como a história do sítio afeta as histórias mais gerais da região e do mundo. Todas as mensagens devem referir realidades maiores que o seu sítio ilustra, para que o visitante fique a conhecer não só o sítio, mas também aprecie significados mais gerais sobre o que é ser parte da humanidade no seu ambiente natural e construído.

Quando os gestores dos sítios pensam em interpretação, muitas vezes focalizam-se apenas nos seus sítios ou, por vezes, consideram unicamente um edifício particular do sítio. No entanto, um enfoque demasiado restrito sacrifica grande parte do potencial interpretativo do sítio. Embora os visitantes devam compreender o sítio para o poderem apreciar e apoiar, o que importa e o que emociona as pessoas é a reformulação do olhar sobre si próprios e sobre a condição humana, através da experiência que o turismo lhes proporciona.

Dizer a um visitante que um determinado rei viveu naquele lugar, ou que há muitos anos os povos indígenas realizavam certos rituais poderá ser considerado um mero entretenimento e é muito provável, de acordo com estudos, que esta informação seja rapidamente esquecida.
Em contrapartida, pode usar-se o sítio para ilustrar uma ideia mais lata sobre a evolução histórica e como esta se reflete na humanidade. Os sítios do Património Mundial oferecem, por definição, esta oportunidade, mas qualquer outro sítio do património cultural pode igualmente apresentar-se numa imagem mais ampla e, desta forma, dar um significado maior à experiência do visitante do que, simplesmente, interpretar o que existe no local.

Por exemplo:
Uma paisagem que produz um vinho particular pode interpretar não apenas o processo de vinificação, mas também como é que aquele vinho influenciou culturalmente outras regiões do mundo em termos de técnicas e tradições culinárias.
Um monumento religioso, como um mosteiro ou uma catedral, poderá exemplificar não só o estilo e a história deste edifício particular, mas também como aquele tipo de edifícios influenciou o design e as estruturas sociais na região, em toda a Europa ou no mundo.

Manual de Planeamento da Utilização Pública, Módulo 2 (editado)

FIGURA 11
Compreender os padrões de comunicação e receção ajuda a transformar as mensagens do sítio em histórias.
© Jon Kohl

Visitors remember messages through stories. They won't remember names or number of times a fort has been attacked, but they will remember a bigger idea, like "people fight for locations that promote their survival."

EXPERIÊNCIAS

Como mencionado no capítulo A2., um dos exercícios do projeto Tour-WHPO visava estabelecer um quadro interpretativo que poderia servir como denominador comum da Rede WHPO.
Durante o primeiro workshop, a história comum de trocas e de características comuns dos sítios serviu como base para o trabalho em grupo de identificação dos grandes eventos, produtos e personalidades ligadas à posição de cada sítio do Património Mundial na Rede WHPO e sua relação com a influência portuguesa.

Os participantes desenvolveram o tema da interação entre culturas ao longo dos séculos e o intercâmbio que gerou em termos de património tangível e intangível. Ao chamar a atenção para a importância das trocas e para os valores do património mutuamente partilhado nos diferentes lugares, outra camada da história de cada sítio do Património Mundial foi revelada e adicionada às mensagens e à interpretação de cada sítio que estavam a ser desenvolvidas.

Embora a influência concreta da cultura portuguesa em sítios do Património Mundial fora de Portugal seja muitas vezes referida ao descrever os valores dos sítios, os bens do Património Mundial em Portugal nem sempre relacionam a sua história e estabelecem ligações com outros territórios e continentes. Além da bem conhecida história dos Descobrimentos, as menos conhecidas, mas fascinantes, histórias de influências vividas em Portugal devido às mercadorias, hábitos e saberes importados das regiões de todo o mundo estão pouco divulgadas. Estes temas permitirão, igualmente, estabelecer uma ligação concreta com os valores do património imaterial, incluindo os ligados à alimentação.

FOTO 37

Os participantes no workshop debatem, em grupos, os aspetos específicos da história partilhada dos sítios WHPO que poderão ser incluídos no Quadro Interpretativo mais amplo.
© Kerstin Manz

B.2.c. Interpretar o valor do Património Mundial – transmitir as mensagens chave

Dada a importância de 'traduzir' a Declaração de Valor Universal Excecional de cada sítio do Património Mundial em mensagens claras, todos os sítios participantes - e em particular os sítios piloto - realizaram o exercício de desenvolver mensagens claras, capazes de captar o valor do seu sítio e de o transmitir ao público em geral.

EXPERIÊNCIAS: **EXPERIÊNCIAS DE FORTE DE JESUS, MOMBAÇA – DESENVOLVENDO UMA ABORDAGEM GLOBAL**

Possuindo já uma declaração de OUV, a equipa do sítio do Património Mundial do Forte de Jesus, Mombaça, trabalhou as suas mensagens e inseriu-as num folheto sobre o sítio (ver Anexo 9.d).

1) Proteger as rotas comerciais
Os fortes militares costeiros do século XV e XVI, como o Forte de Jesus, consolidaram e coordenaram as rotas de comércio da África Oriental que, de outra forma, teriam permanecido no caos da pirataria e do conflito.
Explicação
Mombaça era então um porto estratégico na rota do comércio português com a Índia, via cidade do Cabo, de especiarias, marfim e escravos. O comércio era então uma atividade predominante entre os comerciantes da China, Golfo Pérsico e Grécia, e quem ocupasse o Forte tinha o poder de controlar o comércio dos concorrentes. O forte turco em Mama Ngina Drive (Forte de São José) mostra quão estratégico foi Mombaça para garantir a segurança contra invasões inimigas.

2) Origem da Comunidade Diversificada e Tolerante de Mombaça
A localização costeira estratégica de Mombaça, fundamental para controlar as rotas comerciais da África Oriental, atraiu concorrentes fortes de regiões distantes da Europa e Ásia. Todavia, os violentos e frequentes confrontos que levaram a que Forte de Jesus mudasse de mãos nove vezes entre portugueses, omanenses, britânicos e seus aliados, ironicamente deram origem a uma mescla de povos e culturas diversificada e tolerante, que ainda hoje ali vive.
Explicação.
Mombaça acolheu diferentes civilizações ao longo do tempo e apresenta vestígios de todas as culturas que foram interagindo - língua, comércio, alimentos, trajos, arquitetura e religião. A cultura Suaíli apresenta traços da influência de todos estes povos - árabes, portugueses e britânicos - e é conhecida pela sua atitude acolhedora, tornando Mombaça num famoso destino turístico do Quénia.

3) A Perfeição da Forma Humana
Historicamente, os seres humanos defenderam-se através do poder de uma mente capaz de fabricar utensílios; no entanto, a perspetiva renascentista exaltava a perfeição geométrica do corpo humano, a qual inspirou o projeto do Forte de

Jesus e, mais tarde, outros fortes militares portugueses do século XVI que tinham a capacidade de se defender das ameaças vindas de terra e do mar, bem como das armas de todos os tempos.
Explicação
De uma perspetiva aérea percebe-se a forma humana do forte, com projeções que se assemelham à cabeça e membros de um ser humano, ou seja, uma cabeça (na direção do mar), e dois braços e duas pernas (na direção da terra). O projeto gizado pelo arquiteto italiano João Batista Cairato foi o melhor do seu tempo e conseguiu repelir completamente o inimigo. Uma prova da superioridade deste projeto é o facto de os árabes de Omã terem sido obrigados a sitiar o forte durante 33 meses a fim de assumirem o seu controlo – o grande cerco do Forte de Jesus em 1698.

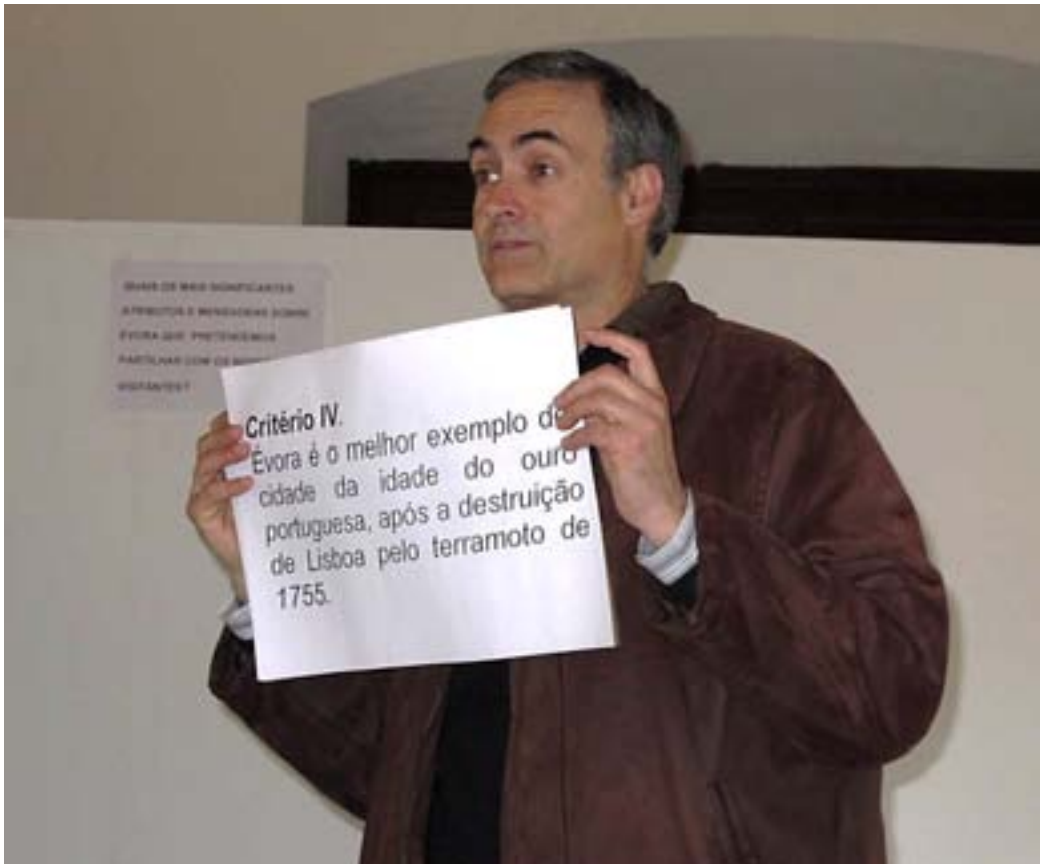


FOTO 38
Também a equipa de planeamento de Évora continua a enfrentar o desafio de desenvolver os critérios de inscrição do sítio em mensagens e histórias.
© Jon Kohl

B.3 IDENTIFICAR ATRAÇÕES TURÍSTICAS

Demasiados turistas podem transformar o património imaterial em folclore. Em tais circunstâncias, o património torna-se apenas mais um produto no mercado, ao invés de uma característica única e especial. Muitas vezes verificam-se conflitos entre aqueles que consideram os sítios como um bem cultural e aqueles que os veem como simples produtos para venda. No primeiro caso, os bens culturais serão conservados e restaurados dentro do contexto da responsabilidade social para com a nossa identidade cultural coletiva, enquanto no segundo caso serão restaurados para serem comercializados da forma mais eficaz possível, por exemplo para fins turísticos. Pedersen (2004)

B.3.a. Listar e Mapear

ABORDAGEM

Recomenda-se que um sítio patrimonial elabore um diretório de atrações turísticas, testadas e filtradas em função do conhecimento do mercado, em vez de criar listas e inventários científicos. É necessário estabelecer a diferença entre os recursos de um sítio e o seu potencial para se tornar numa atração. As atrações geralmente representam apenas uma parte muito pequena das vastas listas de recursos compiladas do ponto de vista científico. Na prática, quem determina o que é uma atração é o mercado - não os arquitetos, museólogos ou arqueólogos.

O que pode tornar um recurso numa atração vai muito além do chamado "fator uau". As partes interessadas, incluindo as comunidades locais, devem ser consultadas para identificar as potenciais atrações de um sítio. Além disso, os inquéritos sobre as preferências dos visitantes podem orientar o planeamento do sítio na identificação de atrações adequadas.
Com base numa primeira listagem, a abordagem do planeamento da utilização pública propõe a classificação dos recursos identificados de acordo com os seguintes cinco critérios, para determinar o seu potencial como atrações:

- Atratividade
- Área de concorrência
- Resistência à utilização pelos visitantes
- Importância para a finalidade e as mensagens
- Acessibilidade no tempo e no espaço

Manual da Utilização Pública / Módulo 3

Atração pode ser definida como "qualquer objeto, pessoa, lugar ou conceito que atrai as pessoas geograficamente ou por meio eletrónico remoto para que possam vivenciar uma experiência. Pode tratar-se de uma experiência de lazer, espiritual ou de outro tipo".

"É interessante notar que as partes interessadas identificaram atrações diferentes daquelas que considerávamos como tal."
Equipa de planeamento do Forte de Jesus sobre a sua experiência no momento da dentificação de atrações no seu sítio.

EXPERIÊNCIAS

Os dois sítios-piloto portugueses – Évora e Vale do Côa – desenvolveram diretórios de atrações turísticas, incluídos nos Anexos 9.e e 9.f.

FOTO 39
A Equipa de Évora no momento do "mapeamento mental" das atrações do sítio do Património Mundial.
© Jon Kohl

EXPERIÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS DE ÉVORA E DO VALE DO CÔA – FAZER ESCOLHAS

A equipa principal de planeamento de Évora juntamente com um grupo de partes interessadas, levaram a cabo um exercício para identificar, listar e pontuar as principais atrações dentro e na envolvente da cidade Património Mundial. A lista final de vinte atrações incluiu monumentos singulares e lugares no contexto urbano, bem como eventos e sítios arqueológicos nos arredores da cidade. Para além de pontuarem a sua respetiva atratividade, também classificaram a sua acessibilidade e adequação às principais mensagens do Património Mundial

O Templo Romano, monumento emblemático da cidade, obteve a pontuação mais elevada, não só porque é facilmente acessível e mais adequado à história da cidade e mensagens, mas também por ser o monumento que é mais frequentemente representado em postais e outros itens relacionados com Évora.

Quando trataram o tema dos lugares que refletem a interação de Évora com outros sítios de origem portuguesa e, em particular, as influências resultantes dos Descobrimentos portugueses, verificaram que certos lugares importantes estavam ausentes da lista devido à sua inacessibilidade ao público. No entanto, o bem privado Casas Pintadas foi considerado como aquele que melhor exemplifica as influências que Évora recebeu dos descobridores regressados. Tais influências são visíveis nas pinturas de elementos da flora e fauna de outros continentes que podem ser encontradas no edifício.

(ver tabela no Anexo 9.f)

LIÇÕES APRENDIDAS

Ao identificar e corrigir as barreiras – como a inacessibilidade das Casas Pintadas – podemos corrigir a lista atual e trabalhar no sentido de criar novas atrações em lugares que são importantes para a transmissão de valores e para melhorar a experiência do sítio

FOTO 40

Este pormenor das Casas Pintadas em Évora, que retrata uma pantera originária da América do Sul, ilustra a importação de espécies de outros continentes para Portugal. Mural da História

	ATRAÇÕES	ATRATIVIDADE	CONCORRÊNCIA	RESISTÊNCIA	ACESSIBILIDADE	ADEQUAÇÃO ÀS MENSAGENS	TOTAL
1	Catedral de Évora	9	5	4	2	5	**25**
2	Capelo dos Ossos	8	5	2	4	5	**24**
3	Templo Romano	10	5	5	5	5	**30**
4	Cromoleque dos Almendres	7	5	1	3	5	**21**
5	Praça do Giraldo	6	4	5	5	5	**25**
6	Universidade/ Colégio Espirito Santo	5	5	4	3	5	**22**
7	Muralhas	4	4	5	5	4	**22**
8	Museu de Évora	3	3	4	5	5	**20**
	Alto de S. Bento /Cástris/						
9	Aqueduto	8	3	4	4	5	**24**

FIGURA 12

Este excerto do quadro de pontuação das atrações desenvolvido em Évora ilustra como os cinco critérios para a classificação das atrações resultam numa classificação geral do potencial das atrações. Fonte: Cidade de Évora.

FOTO 41

O Templo Romano em Évora é não só o monumento mais atrativo para os visitantes como também obteve a pontuação mais alta quando o grupo de partes interessadas avaliou as atrações da cidade. © José Emilio Guerreiro

EXPERIÊNCIAS: IDENTIFICAÇÃO DAS ATRAÇÕES DO VALE DO CÔA

No âmbito das atividades de planeamento relacionadas com o projeto, os gestores do sítio Vale do Côa levaram a cabo um inventário das atrações localizadas dentro do Parque:

"A intenção por detrás da lista de atrações do Parque Arqueológico do Vale do Coa (PAVC) não era a de fazer um levantamento exaustivo de todas as atrações turísticas da região, mas apenas daquelas que fossem consideradas mais relevantes pelos intervenientes do turismo local e regional. Além disso, foi desde logo decidido que apenas seriam consideradas aquelas que estão situadas dentro do território do parque. Tal significava excluir atrações que, embora localizadas no parque ou passando pelo seu território, devido à sua extensão geográfica (por exemplo a paisagem vinhateira do rio Douro, também ela classificada Património Mundial como a arte rupestre do Côa) são difíceis de caracterizar numa lista dedicada a um território relativamente pequeno e concreto. Outras atrações no território do Parque ocorrem sazonalmente e também são comuns a toda a região (a Festa das Amendoeiras em Flor ou as Vindimas). Como tal, estas atrações sazonais são de caracterização problemática nesta lista, e foi também decidido não as incluir. Por outro lado, o território do PAVC tem valores naturais interessantes. No entanto, considerou-se apropriado sinalizar os valores naturais através da inclusão nesta lista da Reserva Natural de Faia Brava ao invés de caracterizar todos os recursos da rica biodiversidade de toda a área.

No que respeita às gravuras rupestres do Vale do Côa, os participantes na elaboração da lista decidiram incluir apenas aquelas que estão abertas à visita pelo público: Penascosa, Canada do Inferno e Ribeira de Piscos. Neste momento, são conhecidas cerca de 70 gravuras rupestres diferentes no território do PAVC e nas suas imediações. A exclusão de todos os lugares que são inacessíveis ao público justifica-se pela prudência que o PAVC coloca na gestão do património, uma vez que é a organização legalmente dedicada à sua proteção. Não divulgar a localização exata dos sítios evita atos de vandalismo, roubo ou mesmo destruição da arte rupestre que estes sítios contêm. Decidiu-se, portanto, não incluir estes sítios 'reservados' na lista de atrações, apesar de os turistas esperarem que a região lhes ofereça a possibilidade de visitar todos os sítios. Assim, os participantes decidiram que os três locais acima mencionados abertos ao público, bem como o Museu do Côa, representam a oferta turística da região relativamente ao património de arte rupestre do Vale do Côa.

Finalmente, foi feito um exercício para pontuar todas as atrações identificadas."

LIÇÕES APRENDIDAS

"É de notar que o exercício de notação de cada atração não deixou de ser problemático. Se todos os participantes concordaram que as gravuras rupestres do Côa e o Museu deviam ser colocados no topo da lista, a avaliação de outras atrações alimentou debates interessantes e proveitosos. No final, foi decidido calcular o valor médio das pontuações de todos os participantes para cada atração."

Antonio Batarda (PAVC, Vale do Coa)

FIGURA 13

Desde a sua criação, o Museu do Côa atraiu um grande número de visitantes.
Fonte: PAVC

MAPEAR AS ATRAÇÕES DE UM SÍTIO E AS ÁREAS DE OPORTUNIDADE DE EXPERIÊNCIAS

A abordagem do planeamento da utilização pública propõe que se inicie o exercício de mapeamento com um *brainstorming* coletivo, em que todas as atrações e classes de recursos utilizáveis podem ser consideradas. Pede-se então aos visitantes para escolherem os mais importantes antes de serem classificados utilizando cinco critérios (atratividade, relevância para o planeamento, resistência ao impacto do visitante, abundância na região envolvente e acessibilidade no tempo e no espaço).

Manual de Planeamento de Utilização Pública /Módulo 4

PARA REFLETIR

Look Outside Your Borders

You should consider the experiense opportunity just outside your site borders, whether in the buffer or not. Just as ecology does not respect political borders drawn on a map, neither do factors that influense visitor experiences. Landscape changes such as human settlements or highways can change the experience of adjacent lands just insede your site, so you need to consider what lies beyond your borders. Although a site does not have the same jurisdiction to manage land outside its boundaries, a participatory and friendly site still influence its neighbors.

Why We Offer Experience Opportunity and Not Just Experiences?

We map experience opportunities and not experienses because different visitors can have different experiences given the same set of conditions. Thus we manage for a set of conditions that create an opportunity to have a certain king of experience defined by the zone, but not every visitor will have the experience for which we plan the area. As managers we can only offer opportunities, while visitors create the experiences inside their heads.

Fonte: Kohl, Jon (2012)

FOTO 42

Durante o mapeamento de áreas para possíveis experiências do visitante, também é importante ter em conta as imediações do local, como neste caso, do ambiente urbano do Forte de Jesus.
© Jon Kohl

B.3.b. Criar produtos turísticos

El proceso que debe cumplirse para llegar a configurar lo que habitualmente se conoce como "producto turístico patrimonial" involucra una doble transformación: de recursos a productos y de productos en ofertas dirigidas al mercado. El punto de partida del proceso, el recurso, lo constituye el conjunto de atrativos del territorio, su patrimonio natural y cultural, (in)material, terrestre y sumergido. Todos estos recursos culturales y naturales constituyen un notable potencial para las aciones de revalorización y gestión del Sitio, orientadas hacia la conservación, el desarrollo de infraestructuras, la producción cultural, el turismo y la satisfacción de la sociedad civil en la medida que la población local los reconozca como propios y se genere el proceso de internalización que dicha relación necesita. [...] No se trata de crear recursos artificiales, en Colonia existen de todo tipo. De lo que se trata es de transformar los bienes patrimoniales pasivos en recursos culturales ativos, con capacidad de generar ingresos y contribuir a su propia conservación como ser llevando a la práctica el concepto de "atmósfera creativa" entre otros.
Siedlecki Huerta (2011) Colónia do Sacramento, Uruguai

ABORDAGEM

Para serem capazes de desenvolver produtos turísticos, os gestores de um sítio deverão ter em consideração os seguintes componentes: atrações, acesso às atrações, atividades, serviços, pessoal com formação e marketing e promoções. Para criar um produto turístico é necessário atender às atrações prioritárias já identificadas, organizá-las de acordo com cinco critérios (barreiras ao desenvolvimento da atração; prioridade da atração; atratividade da atividade, competitividade e viabilidade), determinar a sua relevância para as visitas durante todo o ano, definir os principais serviços necessários para realizar as atividades, identificar quais as instituições que podem oferecer os serviços e, finalmente, preencher uma ficha de descrição do produto (Ver Figura 13 e Anexo 10)

John Kohl

DEFINIR "EXPERIÊNCIA DE QUALIDADE" PARA OS VISITANTES NOS SÍTIOS PATRIMONIAIS

Os especialistas em património, educadores, guias profissionais e visitantes do património experientes concordam com determinados atributos e características do que constitui uma experiência de boa qualidade nos sítios patrimoniais. Os visitantes que têm experiências de qualidade nos sítios patrimoniais geralmente:

- *Aprendem mais com a sua visita*
- *Exprimem satisfação com a sua visita*
- *Apreciam a sua visita*
- *Ficam interessados em descobrir mais sobre o tópico ou lugar, resultando numa maior compreensão*
- *Sentem-se inspirados para adotar práticas e comportamentos com um impacto mínimo*
- *Tornam-se mais apreciadores do sítio do património*

Em resumo, é possível ligar as experiências acima descritas com o conceito de "consciencialização" - um estado no qual os visitantes vivenciam o sítio o que os torna mais ativos, interessados, questionadores e capazes de reavaliar a forma como veem o mundo.

Excerto do Estudo de Caso sobre Macau do Programa de Guias do Património Cultural (2007) Unidade 5

Intercâmbios com representantes de operadores turísticos confirmaram que a qualidade das experiências dos visitantes também influencia a sua vontade de apoiar os esforços de conservação de um sítio. A experiência de uma visita personalizada, que permite ver por dentro a vida e o trabalho de um sítio do Património Mundial, pode melhorar consideravelmente o sentimento de ligação dos visitantes ao sítio.

WHAT'S IN A TOURIM PRODUCT?

Different products of different industries have different components. In tourim, a product is made up of, at least

1. *An attraction*
2. *Acess to the attraction*
3. *An activity to experience the atraction*
4. *Services to support the activity*
5. *Trained personnel to offer the services*
   Promotions so that the market can become aware of the product.

Manual de Planeamento da Utilização Pública / Módulo 5

Product Description Sheet

Name of Product:				
Principal Activity (-ies)	Attraction(s)	Sector(s)	Zones Landscape: Attraction:	Time
Financial Objective Strategic Objective(s)	Product Description (itinerary, experience opportunities, activities, and services)			
Message(s):				
Barriers 1. 2. 3.	Solutions 1. 2. 3.			
Description of Services (only high priority services) 1. 2. 3. 4.			Service Providers/Agreement 1. 2. 3. 4. Whole Product:	
Needs: Training, Equipment, Management Capacities			Visitor Profiles (present/future) 1. 3. 2. 4.	
Info sources:				
Sheet Authors:			Date:	

5-32 Examples & Illustrations

FIGURA 14

O preenchimento da ficha de descrição de produto pode ajudar a decidir qual o produto a desenvolver prioritariamente (ver Anexo 10).
Fonte: Kohl, Jon (2012)

CONTEXTO DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

Uma das ações do Programa Património Mundial e Turismo Sustentável prende-se com a identificação e a promoção de produtos autênticos, sustentáveis e responsáveis e de serviços que proporcionam experiências de elevada qualidade para o visitante e de reduzido impacto nos sítios do Património Mundial e no destino como um todo.
(Programa Património Mundial e Turismo Sustentável, 2012)

Na sua Carta sobre Turismo Cultural, o ICOMOS sublinha que "programas de promoção do turismo devem proteger e melhorar as características do Património Cultural e Natural. [..] 6.4. A promoção, distribuição e venda de artesanato local e de outros produtos devem proporcionar um razoável retorno social e económico para a comunidade de acolhimento, ao mesmo tempo que garantem que a sua integridade cultural não se degrada.

PARA REFLETIR

Como utiliza o logótipo do Património Mundial e quais são as condições para a sua utilização?

O logótipo do Património Mundial, adotado em 1978 como o logótipo oficial da Convenção, é usado para identificar os bens inscritos na Lista do Património Mundial. Foi concebido com o objetivo de criar uma identidade visual forte e consistente que fomente a perceção da marca Património Mundial e dos seus valores nos visitantes, comunidades, outras entidades governamentais e pessoal envolvido na gestão.

A experiência demonstrou que o logótipo tem potencial para captar recursos e que pode ser utilizado para aumentar o valor de mercado dos produtos aos quais está associado. Simboliza a Convenção do Património Mundial, significa a adesão dos Estados Parte à Convenção e serve para identificar os sítios inscritos na Lista do Património Mundial. O logótipo deve ser utilizado para promover os objetivos da Convenção e aprofundar conhecimentos sobre a Convenção a nível mundial. Não deve ser usado para fins comerciais não autorizados. As Orientações Técnicas incluem instruções sobre a utilização do logótipo pelos sítios do Património Mundial e outras partes contratantes, especialmente aquelas que têm fins predominantemente comerciais (ver secção VIII das Orientações Técnicas em anexo). *UNESCO (2002)*

WHPO – um complemento para produtos específicos de um sítio do Património Mundial?

Considera-se que a apresentação e interpretação de cada sítio WHPO, de uma perspetiva WHPO, podem proporcionar um valor acrescentado a cada sítio do Património Mundial. Tal não se aplica apenas a um quadro interpretativo coerente e a uma maior variedade de histórias para contar, mas ajuda também a diversificar em cada sítio a oferta de experiências para o visitante. Ao sublinhar a longa história de intercâmbios, os visitantes oriundos de países que têm uma ligação cultural com o país onde se localiza o sítio, irão experimentar uma sensação de familiaridade que os ligará ao sítio do Património Mundial visitado.

Não menos importante em termos económicos, a união de forças para criar produtos de elevada qualidade e desenvolver ações de marketing é um trunfo importante tendo em conta a crescente competitividade do mercado a nível internacional, não obstante a grande visibilidade e perfil dos sítios WHPO como destinos turísticos.

Para além do número de visitantes, a qualificação do perfil dos sítios WHPO influenciaria, também, o tipo de visitantes. Com visitantes crescentemente dispostos a pagar preços mais elevados por experiências de turismo de alta qualidade, os sítios do Património Mundial poderiam, assim, aumentar potencialmente as suas receitas, de modo a serem reinvestidas na manutenção adequada dos sítios e nos equipamentos locais.

EXPERIÊNCIAS: EXPERIÊNCIAS DO VALE DO CÔA – EXPLORAR NOVOS PRODUTOS

Sendo o Vale do Côa desde 2011 parte de um sítio do Património Mundial transnacional em série, a promoção e desenvolvimento de produtos turísticos para este destino Património Mundial disseminado / disperso e muito remoto também necessitam de ser abordados de forma conjunta. Depois da publicação de um folheto em Espanhol, Português e Inglês sobre o sítio, em outubro de 2012, as entidades de gestão de ambos os lados da fronteira, planeiam criar um bilhete de entrada comum para Siega Verde (Espanha) e Vale do Côa (Portugal), que permita aos visitantes de um dos lados do bem beneficiar, durante os 3 dias seguintes, de entradas gratuitas nos outros locais do sítio.

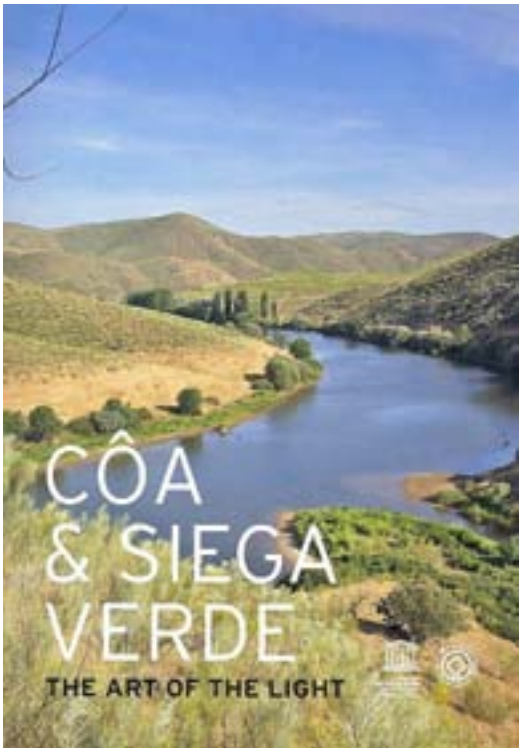


FIGURA 15

Capa do livro recentemente publicado sobre o sítio do Património Mundial em série do Vale do Coa e de Siega Verde. © PAVC

Para além de utilizar o logótipo do Património Mundial para chamar a atenção para o Valor Universal Excecional do sítio, o Côa também criou o seu próprio logótipo, que consiste no desenho de um dos cavalos retratados nas gravuras. É agora usado numa grande variedade de produtos e locais, tendo inclusivamente sido utilizado pelos municípios locais para pavimentar as calçadas e praças. O parque não se limitou a criar uma identidade corporativa; criou uma imagem que permite uma identificação das comunidades locais com o património específico da sua área.

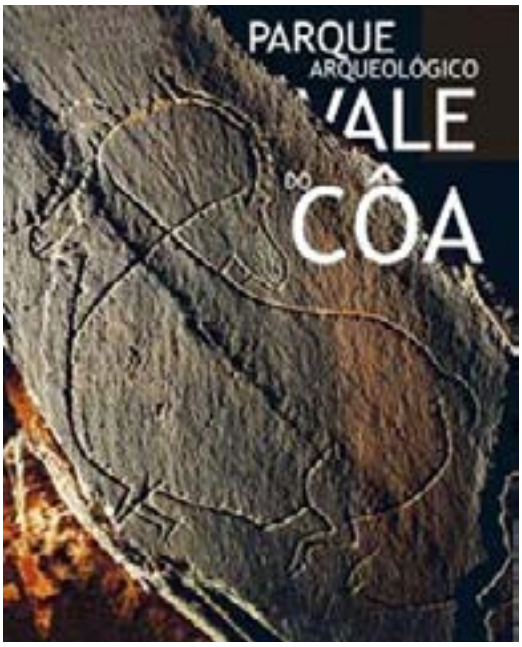


FIGURA 16

Um dos muitos exemplos da representação de um cavalo presente nas gravuras. Fonte: PAVC

A gestão do sítio do Vale do Côa desenvolveu recentemente um número de ofertas conjuntas em cooperação com os operadores turísticos locais e regionais, com o objetivo de incluir o sítio do Património Mundial nos circuitos de excursões e pacotes de passeios. Partindo da cidade do Porto, de comboio, de barco ou de autocarro, ao longo do Rio Douro, são oferecidos aos turistas visitas ao Museu do Côa e/ou a gravuras rupestres selecionadas no Parque. Tais pacotes de ofertas permitem combater a desvantagem relacionada com a localização remota deste sítio do Património Mundial.

LIÇÕES APRENDIDAS

Trazer visitantes para a área beneficia as empresas locais. Produtos locais bem selecionados reforçam esses benefícios para o negócio local e destacam o Valor Universal Excecional do bem.

EXPERIÊNCIAS: **EXPERIÊNCIAS DE SINTRA – OFERTA DE UMA GRANDE VARIEDADE DE PRODUTOS**

Além de assegurar a execução de trabalhos de restauro em diferentes locais da Paisagem Cultural de Sintra, a entidade de gestão Parques de Sintra-Monte da Lua (PSML) também criou uma ampla gama de produtos turísticos relacionados com os seus parques e palácios. Localizado num território densamente povoado, nas imediações de Lisboa, as ofertas e atividades dos parques e palácios destinam-se a visitantes nacionais e estrangeiros, bem como às comunidades locais, propondo produtos diversificados que vão desde visitas aos principais monumentos e locais emblemáticos do sítio até às frequentemente renovadas exposições temporárias sobre a história do lugar e a sua flora e fauna. É dada especial atenção à utilização das mais recentes tecnologias que permitem uma ampla divulgação, tais como a utilização interativa de aplicações para telemóveis que permitem visitas individuais ou mapas 3D que realçam a compreensão deste sítio muito complexo. Foram desenvolvidos programas de formação destinados a um número significativo de guias, de forma a poderem informar os visitantes sobre os aspetos gerais do local, bem como a prestar informações especializadas sobre os valores históricos e naturais dos parques e palácios.

LIÇÕES APRENDIDAS

A formação e informação contínua de guias é importante para garantir que estes possuem conhecimentos atualizados e perfeita consciência do seu sítio.

FIGURA 17

Um dos produtos mais recentes da PSML é a visita multimédia "Património Falante" que permite ao visitante descobrir de forma interativa os parques e palácios através de uma aplicação multimédia para smartphones. Fonte: PSML

C. GESTÃO DO TURISMO NO PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ORIGEM E INFLUÊNCIA PORTUGUESA – lições aprendidas e passos futuros

Os seguintes pontos e lições aprendidas refletem as recomendações dos participantes do projeto, recolhidas através de entrevistas e questionários. Também se baseiam nas experiências e perspetivas dos sítios-piloto após terem percorrido etapas propostas pela abordagem do planeamento turístico.

C.1 ALGUMAS LIÇÕES APRENDIDAS

Tal como a gestão global do sítio em geral, o planeamento e a gestão do turismo são também processos continuados que exigem perseverança na medida em que envolvem partes interessadas novas e habituais, a monitorização das tendências e mudanças nas visitas ao sítio e a procura e estabelecimento de consensos sobre medidas de adaptação adequadas que não comprometam a preservação dos valores patrimoniais.

Os sítios do Património Mundial empenhados na aplicação da abordagem do planeamento da utilização pública, rapidamente perceberam que a celeridade dos seus progressos não está necessariamente nas suas mãos. Os processos participativos podem e devem ser mediados e orientados mas não podem ser controlados – o que exige a adaptação da calendarização dos atuais processos de planeamento.

O exercício de desenvolvimento de um quadro interpretativo e a definição de mensagens que refletem os valores de cada sítio do Património Mundial, claramente sensibilizaram os participantes para a importância da apresentação e interpretação como forma de melhorar as visitas guiadas aos visitantes.

Através do intercâmbio de experiências de gestão entre sítios culturais do Património Mundial de diferentes tipologias e origens, cada gestor não só entrou em contacto com outras formas de lidar com os problemas, como também aprofundou a reflexão sobre o seu próprio sítio. Analisar o próprio sítio de uma perspetiva diferente resultará, mais cedo ou mais tarde, num valor acrescentado no momento de tomar decisões concretas de gestão.

Ao nível do planeamento turístico e da gestão dos visitantes, a apresentação e interpretação dos sítios mereceu uma atenção particular. O desenvolvimento de competências para "traduzir" os valores patrimoniais do sítio e melhorar a qualidade

dos materiais informativos, adequando-os a diferentes tipos de visitantes, foi destacado como um ponto importante.
Apesar de a ideia de desenvolver mensagens específicas dos sítios WHPO, como nível adicional de interpretação, necessitar de maior aprofundamento e discussão para se poder obter um valor acrescentado, a sugestão de racionalizar a comercialização dos sítios do Património Mundial como um conjunto de destinos sustentáveis, comum nas estratégias nacionais de turismo, foi mantida como uma proposta relevante e viável.
A existência de competências comerciais e de marketing ao nível dos sítios foi considerada útil interessante para futuras atividades de capacitação, em particular no que se refere às competências de angariação de fundos.

Se as abordagens propostas ajudaram a lançar discussões e fomentaram a reflexão sobre o potencial e as necessidades dos sítios, também se tornou claro que ainda é necessário desenvolver diretrizes políticas específicas para o Património Mundial, bem como ferramentas concretas e relevantes. As diretrizes e ferramentas são componentes do sistema global de gestão do sítio e permitem a cada bem preencher a lacuna entre as medidas de conservação do património e o desenvolvimento do turismo sustentável.

"Como gestores de um vasto território, de uma paisagem cultural viva e em evolução, precisamos de ferramentas adequadas para enfrentar os desafios de gestão e para poder beneficiar das oportunidades que o turismo no nosso Património Mundial pode oferecer."
Filinto Girão e Nuno Fazenda – Região do Alto Douro Vinhateiro (Portugal)

Por fim, o projeto também confirmou o grande interesse e a necessidade de aproximar os sectores do turismo e do património, melhorando assim o diálogo e a compreensão das diferentes perspetivas.

C.2 PASSOS FUTUROS

Uma vez que o Tour-WHPO constituiu a primeira iniciativa do projeto temático no âmbito da Rede de Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa, os contributos dos sítios participantes são duplamente valiosos – refletem, por um lado, as atuais necessidades específicas dos sítios em termos de planeamento turístico e de gestão dos visitantes e, por outro, permitem delinear um espectro mais amplo de possíveis atividades futuras dentro da Rede.

Tendo reunido diversos tipos de sítios do Património Mundial, é possível pensar também na cooperação futura entre sítios semelhantes ou entre sítios com uma estrutura de gestão similar, tais como os monumentos administrados a nível central por uma instituição pública.

Uma vez que a ocasião para trocar ideias e aprender sobre a lógica e as necessidades da indústria turística foi muito apreciada durante este projeto, deveria ser considerada a possibilidade de tornar mais fáceis as ligações com os operadores turísticos interessados a nível internacional e local.

A nível regional, deveria ser fomentado o envolvimento de entidades de capacitação, tais como o Centro para o Desenvolvimento do Património em África (CHDA) no Quénia, a Escola do Património Africano (EPA) no Benim, Centros UNESCO de Categoria II tais como o que existe no Brasil e as Cátedras UNESCO sobre o Património Mundial.

Finalmente foi mencionado o desejo de alargar a identificação e o apoio aos sítios que constam nas Listas Indicativas nacionais e a elementos do património imaterial, tendo-se igualmente sublinhado abertura vantagem de alargar as perspetivas dos sítios para englobar diferentes conceitos de património, numa abordagem de gestão integrada.

Embora o Centro do Património Mundial e os Órgãos Consultivos possam facilitar os contactos e dar orientações sobre muitas das ideias e atividades acima mencionadas, afigura-se fundamental para a Rede WHPO dispor de uma sólida plataforma para a partilha de informações que seja atualizada numa base regular e que possa continuamente servir como uma ferramenta de comunicação desta rede mundial. Foi proposto que a referida plataforma servisse, por um lado, a comunidade científica ligada ao património mundial e, por outro lado, desse apoio à grande comunidade de visitantes e potenciais turistas de todo o mundo, informando sobre o valor do Património Mundial e, em especial, dos Sítios Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa.
O website que irá complementar a publicação do projeto Tour-WHPO está a ser concebido de forma a poder apoiar as atividades virtuais em rede (www.tour-whpo.org).

Uma vez que foi sugerida a realização de fóruns anuais sobre Património e Turismo em diferentes sítios WHPO da Rede importa finalmente salientar que vários sítios se ofereceram desde já para acolher reuniões internacionais e workshops regulares, por forma a manter o ímpeto e desenvolver as futuras etapas deste projeto.

Continuar a desenvolver esta experiência de trabalho em rede enquanto se procuram soluções adequadas ao nível do planeamento turístico dos sítios do Património Mundial – são inúmeras as possibilidades para o futuro dos sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa.

GLOSSÁRIO

ATRAÇÃO
Qualquer objeto, pessoa, lugar ou conceito que atrai pessoas geograficamente ou através de meios eletrónicos remotos, para que possam viver experiências. A experiência poderá ser recreativa, espiritual ou outra. (Módulo 3 do PUP)

AUTENTICIDADE
Dependendo do tipo de património cultural e do seu contexto cultural, considera-se que os bens cumprem as condições de autenticidade se os seus valores culturais (como reconhecido nos critérios de inscrição propostos) são expressos com exatidão e credibilidade através de uma variedade de atributos incluindo:

- forma e design;
- materiais e substância;
- utilização e função;
- tradições, técnicas e sistemas de gestão;
- localização e configuração;
- linguagem e outras formas de património imaterial;
- espírito e sentimento; e
- outros fatores internos e externos. (Orientações Técnicas, parag. 82)

CAPACIDADE DE CARGA
O conceito de capacidade de carga tem a ver com o número de pessoas que podem permanecer numa área sem que haja o risco de degradar o sítio e a experiência dos visitantes. Em geral, divide-se em três categorias: física, ecológica e social (World Heritage Paper, 1).

DESTINO
Um destino é um espaço geográfico onde acontece toda a experiência de turismo. Para destinos Património Mundial abarca o próprio bem e a área envolvente deste. (Programa Património Mundial e Turismo Sustentável, 2012)

INTEGRIDADE
A integridade é uma apreciação de conjunto do caráter intacto do património natural e/ou cultural e dos seus atributos. Estudar as condições de integridade exige, portanto, que se examine em que medida o bem: a) possui todos os elementos necessários para exprimir o seu Valor Universal Excecional; b) é de dimensão suficiente para permitir uma representação completa das características e processos que transmitem a importância desse bem; c) sofre efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento e/ou da falta de manutenção. (Orientações Técnicas, para. 88)

INTERPRETAÇÃO
A Interpretação refere-se a toda a gama de possíveis atividades destinadas a aumentar a perceção e a melhorar a compreensão do sítio patrimonial. Podem incluir publicações impressas ou eletrónicas, conferências, exposições relacionadas com o bem no próprio sítio ou noutro local, programas educativos, atividades das comunidades e a investigação,

formação e avaliação contínuas do próprio processo de interpretação. (Carta do ICOMOS para a Interpretação e Apresentação de Sítios do Património Cultural 2008)
A contribuição e a participação dos visitantes, associações, grupos das comunidades locais e outras partes interessadas de várias idades e com níveis de escolaridade diferentes é essencial para a interpretação e para a transformação dos sítios do património cultural, de monumentos estáticos em lugares e fontes de aprendizagem e reflexão.

INFRAESTRUTURA INTERPRETATIVA
A Infraestrutura interpretativa consiste em instalações físicas, equipamentos e áreas dentro do bem ou relacionados com o património cultural que podem ser utilizados especificamente para fins de interpretação e apresentação, nomeadamente de apoio à interpretação através das novas tecnologias e de outras já existentes. (Carta do ICOMOS para a Interpretação e Apresentação de Sítios do Património Cultural 2008)

LIMITES ACEITÁVEIS DE MUDANÇA (LAM)
Metodologia de planeamento de um parque que concentra a ação da gestão no estado de conservação dos recursos, naturais e sociais, definindo limites máximos de alterações que não devem ser excedidos (Capítulo 8 do PUP)

VALOR UNIVERSAL EXCECIONAL (OUV)
O Valor Universal Excecional significa uma importância cultural e/ou natural tão importante que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade. Assim sendo, a proteção permanente deste património é da maior importância para toda a comunidade internacional. O Comité define os critérios para a inscrição dos bens na Lista do Património Mundial. (Orientações Técnicas, parag. 49)

PLANEAMENTO PARTICIPATIVO
Qualquer metodologia que explicitamente tente integrar a participação das partes interessadas no processo de planeamento. (Capítulo 9 do PUP)

APRESENTAÇÃO
A apresentação designa especificamente a comunicação cuidadosamente planeada de conteúdos interpretativos através de informações interpretativas, acesso físico e infraestruturas interpretativas num sítio do património cultural. Pode ser transmitida através de uma variedade de meios técnicos incluindo (mas não exigindo obrigatoriamente) elementos como painéis informativos, materiais expositivos como os utilizados em museus, passeios pedestres, palestras e visitas guiadas, bem como aplicações multimédia e websites. (Carta do ICOMOS para a Interpretação e Apresentação de Sítios do Património Cultural 2008)

UTILIZAÇÃO PÚBLICA
Inclui todas as utilizações turísticas, educativas, interpretativas, recreativas e de investigação disponibilizadas aos visitantes que participam em atividades que não retiram (exceto no caso do desporto e da pesquisa) ou introduzem recursos numa área protegida. A utilização pública não inclui atividades extrativas comerciais ou de subsistência tais como a exploração madeireira ou a mineração. (Capítulo 1 do PUP)

ATRAÇÃO RECREATIVA
Esta categoria inclui todas as atrações construídas por seres humanos para efeitos de lazer contemporâneo. Podem dar-se como exemplo os parques de diversões, jardins botânicos, museus, jardins zoológicos, centros comerciais, etc. Contrastam com as atrações geofísicas, estéticas, ecológico-biológicas e histórico-culturais criadas pela natureza ou por seres humanos, mas sem a finalidade de recreação humana. (Capítulo 7 do PUP e Módulo 3)

ZONAS COM ESPECTRO DE OPORTUNIDADES DE LAZER (ROS)
Metodologia desenvolvida pelo Forest Service e o Bureau of Land Management para zonamento e gestão de uma área classificada com base em diferentes classes de oportunidades para o visitante. (PUP Capítulo 6)

PARTE INTERESSADA
Pessoa ou instituição que tem interesse ou participa no resultado de um projeto específico ou num esforço relacionado. A parte interessada pode ou não participar ativamente no processo de planeamento; pode ou não habitar na região do projeto. (Manual da Utilização Pública)

TURISTA
Pessoa que vem de fora da região, fica pelo menos uma noite e utiliza serviços turísticos.

PRODUTO TURÍSTICO
Um produto turístico é composto pelas seguintes componentes: atrações, acesso a atrações, atividades, serviços, pessoal com formação e promoções. (Capítulo 7 do PUP).

VISITANTE
Qualquer pessoa oriunda de dentro ou de fora da região que utilize serviços turísticos.

BIBLIOGRAFIA

Australian Heritage Commission (2000): Protecting Local Heritage Places. A Guide for Communities. Canberra.

Batarda Fernandes, Antonio (2004): Visitor management and the preservation of rock art: Two case studies of open air rock art sites in northeastern Portugal: Coa Valley and Mazouco. In: Conservation and Management of Archaeological Sites, Vol. 6 No. 2, pp. 95-111.

Batarda Fernandes et al. (2008): The Evolving Relationship between the Coa Valley Archaeological Park and the Local Community: an Account of the First Decade. In: Conservation and Management of Archaeological Sites, Vol. 10 No. 4, pp. 330–343.

ICCROM (1998): Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites. Rome.

ICOMOS International (1999): Charter of Cultural Tourism; adopted in Mexico City (Mexico).

ICOMOS International (2008): THE ICOMOS CHARTER FOR THE INTERPRETATION AND PRESENTATION OF CULTURAL HERITAGE SITES (ENAME); adopted in Québec (Canada).

ICOMOS Australia (1999): The Burra Charter – The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance.

IUCN (2002): Sustainable Tourism in Protected Areas. Best Practice Protected Area Guidelines Series 8. Gland.

IUCN (2011): Sustainable Tourism in natural World Heritage. Priorities for action. - Gland.

Kohl, Jon (2011): Public Use Planning. Managing the tourism flood in central Viet Nam. In: World Heritage Review 58.

Kohl, Jon (2012): Site Planning for Life. Managing Visitors at Heritage Destinations. Manual for Heritage Site Planners and Managers (Public Use Planning Manual). San José de Costa Rica.

OECD (2009): The Impact of Culture on Tourism. Paris.

OECD (2012): Tourism Trends and Policies 2012. Paris.

Pedersen, A. (2004): The alliance between tourism and mankind's intangible heritage. Diàlegs – Forum Universal de les Cultures, Barcelona 2004. In: World Heritage Series 31. Paris.

Pereira, V. and N. Fusco Zambetogliris (2012): El Patrimonio Mundial, desarrollo sostenible: el plan de gestión de Colonia del Sacramento.

Rebanks, James (2009): World Heritage Status. Is there opportunity for economic gain? Lake District.

Siedlecki Huerta, Tania (2011): La transversalidad del turismo en el plan de gestion del barrio historico de Colonia de Sacramento. Montevideo.

UNESCO (2002): Managing Tourism at World Heritage Sites: A Practical Manual for World Heritage Site Managers. World Heritage Series 1.

UNESCO (2004a): Monitoring World Heritage. World Heritage Series 10.

UNESCO (2004b): Linking Universal and Local Values: Managing a Sustainable Future for World Heritage. World Heritage Series 13.

UNESCO (2006): Tourism, Culture and Sustainable Development. Paris.

UNESCO (2008): Business Planning for Natural World Heritage Sites. Paris.

UNESCO (2008): Enhancing our Heritage Toolkit. Assessing management effectiveness of natural World Heritage sites. World Heritage Series 23.

UNESCO (2010): Cultural Landscapes. World Heritage Series 26.

UNESCO (2011): Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention (updated 2011). Paris.

UNESCO (2012): Community Development through World Heritage. World Heritage Series 31.

UNESCO (2012): World Heritage Tourism Programme (WHC-12/36.COM/5E).

UNESCO/ICCROM/ICOMOS/IUCN (2010): Managing Disaster Risks for World Heritage. World Heritage Resource Manual. Paris.

UNESCO/ICCROM/ICOMOS/IUCN (2012): Managing Natural World Heritage. World Heritage Resource Manual. Paris.

UNESCO / Institute for Tourism Studies, Macao Sar (2007): Tourism at Cultural Heritage Sites in Asia. Cultural Heritage Guide Programme, 4a edição. Banguecoque.

UNWTO (2001): Cultural Heritage and Tourism Development. Madrid.

UNWTO (2011): Communicating Heritage – A Handbook for the Tourism Setor. Madrid.

ANEXOS

1. Lista dos Sítios do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa (incl. Portugal)
2. Lista de Participantes nos Workshops do Projeto (Workshops 1 e 2)
3. Plano de Ação do Programa Património Mundial e Turismo Sustentável (WHC-12/36.COM/5E.Inf)
4. Grupos de Partes Interessadas no Património Mundial e no turismo sustentável e seus potenciais papéis (Programa Património Mundial e Turismo Sustentável; Documento de Informação 36 COM)
5. Extrato das Orientações Técnicas sobre o emblema do Património Mundial (Capítulo VIII)
6. Carta do ICOMOS sobre Turismo Cultural
7. Carta do ICOMOS sobre Interpretação
8. Carta do ICOMOS Austrália para os Lugares com Significado Cultural (Carta de Burra)
9. Documentos dos Sítios-Piloto:
   a. Termos de Referência de Évora
   b. Termos de Referência do Forte de Jesus
   c. Questionário do Forte de Jesus
   d. Folheto do Forte de Jesus
   e. Diretório de Atrações do Vale do Coa
   f. Quadro de Atrações de Évora
10. Ficha de descrição do produto (Manual de Planeamento da Utilização Pública / Módulo 5)
11. Programa Guias do Património Cultural (UNESCO Banguecoque) (extrato)

ANNEX 01: Bens do Património Mundial de Origem e Influência Portuguesa

Designação do Bem	País	Ano	Critérios
Centro Histórico de Angra do Heroísmo nos Açores	Portugal	1983	(iv) (vi)
Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém em Lisboa	Portugal	1983	(iii) (vi)
Mosteiro da Batalha	Portugal	1983	(i) (ii)
Convento de Cristo em Tomar	Portugal	1983	(i) (vi)
Centro Histórico de Évora	Portugal	1986	(ii) (iv)
Mosteiro de Alcobaça	Portugal	1989	(i) (iv)
Paisagem Cultural de Sintra	Portugal	1995	(ii) (iv) (v)
Centro Histórico do Porto	Portugal	1996	(i) (iii)
Sítios Pré-Históricos de Arte Rupestre do Vale do Rio Côa e de Siega Verde	Portugal/ Espanha	1998 2010	(iv)
Floresta Laurissilva na Madeira	Portugal	1999	(ix) (x)
Centro Histórico de Guimarães	Portugal	2001	(ii) (iii) (iv)
Alto Douro Vinhateiro	Portugal	2001	(iii) (iv) (v)
Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico	Portugal	2004	(iii) (v)
Cidade-Quartel Fronteiriça de Elvas e suas Fortificações	Portugal	2012	(iv)

Designação do Bem	País	Ano	Critérios
Missões Jesuítas dos Guaranis	Argentina, Brasil	1983	(iv)
Qal'at Al-Bahrain (Antigo Porto e Capital de Dilmun)	Barém	2005	(i) (ii) (iv)
Centro Histórico de Ouro Preto	Brasil	1980	(i) (ii)
Centro Histórico de Olinda	Brasil	1982	(ii) (iv)
Centro Histórico de São Salvador	Brasil	1985	(iv) (vi)
Santuário do Bom Jesus de Congonhas	Brasil	1985	(i) (iv)
Centro Histórico de São Luís	Brasil	1997	(ii) (iv) (v)
Centro Histórico de Diamantina	Brasil	1999	(ii) (iv)
Centro Histórico de Goiás	Brasil	2001	(ii) (iv)
Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão	Brasil	2010	(ii) (iv)
Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre as montanhas e o mar	Brasil	2012	(v) (vi)
Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande	Cabo Verde	2009	(ii) (iii) (vi)
Centro Histórico de Macau	China / Região Administrativa Especial de Macau	2005	(i) (ii) (iv) (vi)
Fasil Ghebbi, Região de Gondar	Etiópia	1979	(i) (iii)
Forte Jesus, Mombaça	Quénia	2011	(ii) (v)
Ilha de James e Áreas Relacionadas	Gâmbia	2003	(iii) (vi)
Fortes e Castelos em Volta, Greater Accra	Gana	1979	(vi)
Igrejas e Conventos de Goa	Índia	1986	(ii) (iv) (vi)
Malaca e George Town, Cidades Históricas do Estreito de Malaca	Malásia	2008	(ii) (iii) (iv)
Cidade Portuguesa de Mazagão	Marrocos	2004	(ii) (iv)
Ilha de Moçambique	Moçambique	1991	(iv) (vi)
Missões Jesuítas da Santíssima Trindade do Paraná e Jesus de Tavarangue	Paraguai	1993	(iv)
Ilha de Goreia	Senegal	1978	(vi)
Cidade Velha de Galle e suas Fortificações	Sri Lanka	1988	(iv)
Ruínas de Kilwa Kisiwani e de Songo Mnara	Tanzânia	1981	(iii)

Bairro Histórico da Cidade de Colónia do Sacramento	Uruguai	1995	(iv)

ANNEX 2: Participants' List of the Workshops 1and 2

Site / Institution	Participant
Alcobaça	Cecília GIL
Alto Douro Wine Region	Filinto GIRÃO
Azores: Angra do Heroismo Azores: Pico Landscape	Jorge Augusto PAULOS BRUNO and Francisco BARROS
Batalha	Pedro REDOL
Belém, Monastery of the Hieronymites	Isabel CRUZ DE ALMEIDA
Côa Valley	Fernando REAL
Côa Valley	Antonio BATARDA
Colonia de Sacramento	Nelsys FUSCO-ZAMBETOGLIRIS
Évora	Nuno DOMINGOS
Guimarães	Sofia FERREIRA
Porto	Teresa RESENDE
Sintra, Cultural Landscape	José Maria LOBO DE CARVALHO
Sintra, Cultural Landscape	Maria-João RAPOZO
Tomar	Ana CARVALHO DIAS
Cidade Velha	Hamilton Jair FERNANDES
Fort Jesus, Mombasa	Saadu HASHIM RASHID
Fort Jesus, Mombasa	Mbarak ABDALLAH
Fort Jesus, Mombasa	Galgalo RASHID ABDI
Forts and Castles, Volta, Greater Accra, Central and Western Regions	Nicholas IVOR
Ile de Gorée	Éloi COLY
Ouro Preto	Maria Cristina CAIRO SILVA
Ouro Preto	Cecilia ALFENAS
Ruins of Kilwa Kisiwani and Ruins of Songo Mnara	Revocatus BUGUMBA
DRCA	Dália PAULO
Turismo de Portugal	Margarida ALÇADA
Turismo de Portugal	Teresa FERREIRA
Turismo de Portugal	Maria José COELHO
African World Heritage Fund (AWHF)	Jacob NYANGILA
National Commission of Portugal for UNESCO	Manuela GALHARDO
National Commission of Portugal for UNESCO	Clara CABRAL
ICCROM	Katri LISITZIN
IGESPAR	Manuel Lacerda
IGESPAR	Isabel RAPOSO

	MAGALHAES
ICOMOS Portugal	Ana Paula AMENDOEIRA
Consultant (PUP)	Jon KOHL
UNESCO World Heritage Centre	Kerstin MANZ

ANNEX

DRAFT ACTION PLAN WORLD HERITAGE TOURISM PROGRAMME

A. Introduction

1. The Draft Action Plan identifies specific activities that correspond to the first phase of the overall strategy of the World Heritage and Sustainable Tourism Programme (2013 - 2022) (WHC-12/36.COM/5E).
2. The UNESCO World Heritage Centre will have the overall coordinating responsibility in the implementation of the Programme.
3. The identified actions and activities will be implemented in cooperation with a number of stakeholders to the World Heritage Convention as identified in Table 1 including the tourism private sector.
4. The Programme is designed to benefit a broad range of stakeholders including States Parties and government agencies, World Heritage property managers/coordinators, local communities, tourism private sector, consent authorities, conservation practitioners, destination management organisations, academia, civil society and NGOs, etc. (See Table 1).
5. The estimated budget for the first phase (2013 – 2015) totals an average of US$ 1 240 000 per annum. A prioritization of the activities has been undertaken. An assessment of the Action Plan will take place end of 2015. The assessment will determine the Action Plan for the next phase (2016-2018).
6. A flexible and coordinated approach will be taken in securing resources for the implementation of the Action Plan. Funding may be channelled either via UNESCO or directly to the implementation partners.
7. Funding proposals will be developed upon the prioritised actions and will articulate the roles and responsibilities of each implementation partner. Proposals will be shared with States Parties and potential donors from public as well as private sector. Implementation partners will be selected according to their ability to implement the different activities.

B. Explanation to the table:

8. Objectives

The Objectives represent the overarching goals of the Programme (WHC-12/36.COM/5E). While the Objectives carry equal importance, actions necessary to integrate sustainable tourism into the mechanisms of the Convention will be prioritised in the first phase of the Programme.

Objective A: Integrate sustainable tourism principles into the mechanisms of the World Heritage Convention.

Objective B: Strengthen the enabling environment by advocating policies and frameworks that support sustainable tourism as an important vehicle for protecting and managing cultural and natural heritage of Outstanding Universal Value.

Objective C: Promote broad stakeholder engagement in the planning, development and management of sustainable tourism that follows a destination approach to heritage conservation and focuses on empowering local communities.

Objective D: Provide World Heritage stakeholders with the capacity and the tools to manage tourism efficiently, responsibly and sustainably based on the local context and needs.

Objective E: Promote quality authentic tourism products and services that encourage responsible behaviour among all stakeholders and foster understanding and appreciation of the concept of Outstanding Universal Value and protection of World Heritage.

9. Outcomes

An outcome is the first effect of the intervention which contributes to the attainment of results. It is a tangible or intangible product deriving from the interventions. In general terms outcomes can be considered as the new knowledge and skills built and disseminated in collaboration with concerned stakeholders.

10. Actions

Actions correspond to the overall objectives of the Programme. The objectives and actions form the overall Programme strategy, and were developed through an inclusive and consultative process. Some actions will require an initial development phase before further implementation. Prioritised actions are marked with an asterisk (*).

11. Activities

The proposed activities follow the actions. Several activities will be cross cutting where working group(s) may be established to address one or more of the issues (e.g. data collection, information sharing, capacity building, etc.) to thereby ensure coherence, synergies and cost efficiency. Activities are cross referenced to demonstrate synergies within the Programme.

12. Timeline

The timeline for the World Heritage and Sustainable Tourism Programme follows the Strategic Action Plan for the Implementation of the World Heritage Convention 2013-2022 (WHC-10/34.COM/5D), with consecutive Action Plans for 2013-2015, 2016-2018 and 2019-2022.

13. Performance indicators

The World Heritage Centre will report on the progress of the Programme implementation to the World Heritage Committee on a biennial basis. Monitoring of the Programme will be conducted according to the Results Based Programming, Management and Monitoring (RBM) approach as applied by UNESCO, where goals and performance indicators will form the basis of the report to the World Heritage Committee on the progress of the Programme implementation. An assessment of the Action Plan 2013-2015 will take place end of 2015.

14. Estimated Budget

The estimated budget for the implementation of the Action Plan 2013 - 2015 is itemized per annum and includes the overall coordination cost for the World Heritage Centre estimated to US$ 330 000 per annum.

Objective A: Integrate sustainable tourism principles into the mechanisms of the World Heritage Convention.		
Outcomes: • The World Heritage Committee endorses the integration of sustainable tourism management into the mechanisms of the World Heritage Convention. • An increased number of World Heritage properties are using the mechanisms of the World Heritage Convention for sustainable tourism management, monitoring and reporting.		
Actions	**Activities**	**Performance indicators**
A.1 Develop for the nomination process requirements for a tourism baseline analysis and necessary elements ensuring sustainable tourism management taking a destination approach.	- Develop a template taking impacts and management of tourism into consideration. - Disseminate draft template through appropriate channels. (Ref.: C.1)	- Baseline analyses completed. - Template for the nomination process developed. - Template disseminated to States Parties.
A.2 Integrate sustainable tourism management indicators into the *Operational Guidelines* (OG), and develop supporting materials and tools assisting in their implementation.	- Identify and develop a framework for the integration of sustainable tourism management indicators into the OG (potentially as an annex). - Develop supporting material and tools for the implementation of the OG and disseminate it through appropriate channels. (Ref.: C.1)	- Integration framework completed and management indicators identified. - Supporting materials and tools for implementation are developed and disseminated.
A.3 Integrate sustainable tourism management indicators in the Periodic Reporting (PR), State of Conservation Reporting (SoC) and Reactive Monitoring (RM) mechanisms, and undertake strategic analysis of the results from all monitoring to identify opportunities and challenges in terms of World Heritage and sustainable tourism.	- Identify and test management indicators for integration into the PR, SOC and RM. - Develop methodology for strategic analyses of the results and disseminate it through appropriate channels. - Collect, analyse and communicate data and results. (Ref.: C.2)	- Sustainable tourism indicators at all WH property categories are identified and tested. - Methodology for strategic analyses of the results identifying opportunities and challenges are disseminated through appropriate channels. - Data and results collected, analysed and communicated.

Objective B: Strengthen the enabling environment by advocating policies, strategies, frameworks and tools that support sustainable tourism as an important vehicle for protecting and managing cultural and natural heritage of Outstanding Universal Value.		
Outcomes: • Sustainable tourism is reflected in policies as an important vehicle for protecting World Heritage. • Increased collaboration between relevant international agencies and organisations in policy development relevant to World Heritage conservation.		
Actions	**Activities**	**Performance indicators**
B.1 Support relevant data generation and quality research identifying examples of successful policies, regulatory frameworks, institutional arrangements and development strategies strengthening the enabling environment, policy development and decision making concerning World Heritage and sustainable tourism both at a national and destination level.	- Identify specific research needs. - Develop research proposals and distribute it to the implementation partners. - Implementation partners conduct the research. - Research outcomes distributed through appropriate channels. (Ref.: A.3)	- A number of research proposals are distributed. - Relevant research conducted and made available.
B.2 Work with relevant international agencies and organisations (e.g. other UN related organisations) to promote and support the dissemination of relevant policies, frameworks and tools to World Heritage stakeholders.	- Establish contact and collaboration with relevant international agencies and organisations. - Provide a platform for information exchange and disseminate relevant policies to WH stakeholders. - Use existing fora to promote and advocate the development of policies, frameworks and tools. (Ref.: B.1)	- Active collaboration with relevant international agencies and organisations in policy development and relevant policies disseminated.
B.3 Identify and disseminate methodologies, practices and techniques to measure and monitor the capacity and impacts of tourism on World Heritage destinations that can be used to guide sustainable tourism planning and management.	- Identify research needs and develop research proposals and distribute it to the implementation partners. - Implementation partners to identify and test methodologies, practices and techniques. - Develop manual “Assessing and monitoring impacts of proposed developments and tourism/public use activities on the OUV of WH properties” (ref. WHC-09/17.GA/8) and	- A number of research proposals distributed. - Methodologies, practices and techniques identified and disseminated. - Manual developed and

	disseminated. - Implementation partners to conduct ongoing research. - Data and research outcomes disseminated through appropriate channels. (Ref.: A.1, A.2, A.3, C.2)	disseminated. - A number of relevant research activities conducted and results made available.

Objective C: Promote broad stakeholder engagement in the planning, development and management of sustainable tourism that follows a destination approach to heritage conservation and focuses on empowering local communities.		
Outcomes: • Increased participation of local communities in the planning, development and management of sustainable tourism at and around World Heritage properties. • Broad stakeholder networks established that adopts a destination management approach to the planning, development and management to sustainable tourism at and around World Heritage properties.		
Actions	**Activities**	**Performance indicators**
C.1 Develop frameworks and guidelines that support the development and implementation of sustainable tourism management plans and other appropriate planning and management frameworks that involve and engage a broad set of stakeholders and empower and provide benefits to local communities.	- Conduct research and identify relevant resources to develop frameworks and guidelines. - Develop a dissemination strategy identifying the appropriate channels. - Identify selected properties and assist in implementing frameworks and guidelines. - Identify replicable good practices and examples and disseminate these through appropriate channels. (Ref.: A.1, A.2)	- Frameworks and guidelines developed and disseminated. - Selected properties assisted. - Replicable good practices and examples identified and disseminated.
C.2 Develop a tool for self-evaluation based on performance indicators, and create incentive mechanisms to foster comprehensive tourism management that provides for conservation and preservation of the World Heritage properties.	- Identify self evaluation models and adapt them to develop a self evaluating tool supplementing the Periodic Reporting exercise. - Identify and develop incentives, and promote the self evaluation tool. - Develop a system of analyses to utilise the data and communicate results and good practices. (Ref.: A.1, A.2, A.3, B.3, E.2)	- Tool for self evaluation developed and incentive mechanisms created. - Data collected and results and good practices communicated.
C.3 Support relevant data generation and quality research identifying good practices concerning World Heritage and sustainable tourism (planning, development and management),	- Identify relevant data and indicators. - Develop research proposals and distribute it to the implementation partners. - Implementation partners to conduct the research.	- Relevant data and indicators identified and research proposals distributed.

stakeholder engagement and benefits.	- Research outcomes distributed through appropriate channels. (Ref.: B.1, B.3)	- Relevant research conducted and made available.
C.4 Facilitate information sharing, exchange of experience and good practices among stakeholders through the creation of networking opportunities and incentive mechanisms.	- Create networking opportunities and incentive mechanisms for information sharing, capacity building and collaboration. - Support capacity building meetings and events in relation to key tourism and sustainability's issues. (Ref.: C.2, E.2, E.4)	- Network opportunities and incentive mechanisms for information sharing, capacity building and collaboration created.

Objective D: Provide World Heritage stakeholders with the capacity and the tools to manage tourism efficiently, responsibly and sustainably based on the local context and needs.		
Outcomes: • Appropriate tools are available and utilised by stakeholders in the management of tourism at and around World Heritage properties. • Increased number of World Heritage stakeholders managing tourism efficiently, responsibly and sustainably.		
Actions	**Activities**	**Performance indicators**
D.1 Identify capacity development, training and education needs among stakeholders in relation to World Heritage and sustainable tourism, and develop approaches to integrate into existing initiatives such as the World Heritage Capacity Building Strategy.	- Conduct desk studies and/or surveys to indentify capacity development, training and education needs. - Develop pilot projects aligned with the World Heritage Capacity Building Strategy.	- Capacity building, training and education needs identified and pilot projects developed.
D.2 Develop tools and strategies to support stakeholders, and in particular property managers/coordinators, in the management of World Heritage and sustainable tourism that can be adapted to local context and needs.	- Identify existing tools and good practice examples and conduct a needs assessment. - Develop tools and strategies based on the identified needs (D.1). - Disseminate tools and strategies through appropriate channels. - Identify replicable good practices and examples and disseminate through appropriate channels. (Ref.: A.2, D.1)	- Tools and strategies developed and adapted to local context and needs. - Tools and strategies disseminated.
D.3 Support information sharing, linkages, networking and collaboration among stakeholders, and establish links to training, education and research institutions (including World Heritage Category 2 Centres) delivering appropriate training and education.	- Create mechanisms for information sharing, networking, capacity building and collaboration. - Engage stakeholders in the information sharing mechanisms.	- Mechanism established and running with participants.

Objective E: Promote quality tourism products and services that encourage responsible behaviour among all stakeholders and foster understanding and appreciation of the concept of Outstanding Universal Value and protection of World Heritage.		
Outcomes: • An increased awareness, understanding and appreciation among stakeholders of the concept of OUV and protection of World Heritage. • An increased number of quality tourism products and services that encourages responsible behaviour are developed and made available.		
Actions	**Activities**	**Performance indicators**
E.1 Identify, communicate and support approaches to increase knowledge, understanding and appreciation of the concept of Outstanding Universal Value of World Heritage in the tourism management context amongst stakeholders.	- Create communication strategies and tools for the understanding, appreciation and application of OUV. - Disseminate the tools through appropriate channels.	- Communication strategies developed and tools disseminated.
E.2 Create incentive mechanisms that encourage stakeholders (especially tourism industry and visitors) to act responsibly in terms of site conservation and to provide social and economic benefits to the local communities.	- Identify existing tools and good practice and conduct a needs assessment. - Develop appropriate incentive mechanisms (e.g. policy, visibility, recognition, financial incentives, certification, prize, technological tools, apps, etc.). - Operationalize the mechanism(s). (Ref.: C.2, C.4, E.3)	- Incentive mechanisms identified and developed. - Incentive mechanisms are operational.
E.3 Identify and promote authentic, sustainable and responsible tourism products and services that provide high quality and low impact visitor experiences at World Heritage properties and the destination as a whole.	- Develop and/or adapt criteria to identify quality, sustainable and responsible tourism products and services. A thematic approach is proposed. - Disseminate criteria through appropriate channels. - Assist in developing products and services in selected properties. - Identify replicable good practices and examples and disseminated these through appropriate channels. - Promote quality, sustainable and responsible tourism products and	- Criteria developed / adapted and disseminated. - Products and services developed. - Replicable good practices and examples identified and disseminated.

	services. (Ref.: E.2)	- Products and services promoted.
E.4 Support relevant data generation and quality analyses on visitation, impacts and trends, and increase the availability of good practices and lessons learned through information sharing and recognition mechanisms.	- Develop and/or adapt indicators relating to impacts and trends. - Collect and analyse data. - Compare data sets and explore pooling of databases. - Communicate results and good practices. (Ref.: A.3, B.1, B.3)	- Indicators developed / adapted. - Data collected and analysed. - Results and good practices communicated.

Table 1: Stakeholder groups in World Heritage and sustainable tourism and their potential roles
a) **States Parties** to the World Heritage Convention develop and implement relevant policy, institutional and legal frameworks for the management of properties.
b) **World Heritage Committee** which consists of representatives from 21 of the States Parties to the Convention elected by the General Assembly. The Committee is responsible for the implementation of the *World Heritage Convention*, defines the use of the World Heritage Fund and allocates financial assistance upon requests from States Parties. It has the final say on whether a property is inscribed on the World Heritage List.
c) **Government agencies** at national, regional and local levels hold responsibility in the management of World Heritage properties, tourism management and promotion, local planning and infrastructure, and community and economic development.
d) **Property managers/coordinators** are responsible for managing the World Heritage properties including aspects relating to tourism and resources management.
e) **Local communities** living at and around the World Heritage properties (including indigenous peoples and minorities). Actions and decisions of local communities can affect the sustainability of the properties. Local communities are involved in both the demand and supply side.
f) **Tourism private sector** operators and providers are significant investors in sustainable tourism and have in interest in the development of properties as attractive tourism destinations.
g) **Destination Management Organisations (DMOs)** typically undertake marketing activities. However their remit is becoming far broader, increasingly acting strategic leaders in destination development. Destination management calls for a coalition of many organisations and interests working towards a common goal. DMOs role should be to lead and coordinate activities under a coherent strategy.
h) **International agencies**, including the World Heritage Committee, the UNESCO World Heritage Centre, Category 2 Centres working under the auspices of UNESCO, UNEP, UNDP, the UN World Tourism Organisation, the World Bank Group and Advisory Bodies such as ICOMOS, IUCN, ICCROM and ICOM. These agencies influence the development of standards and good practices for sustainable tourism management at and around World Heritage properties.
i) **Researchers and academics** including organisations part of the UNITWIN/ UNESCO Chairs Programme provide insight on the impact of tourism and may influence management practices and approaches.
j) **Consent authorities** may control development at properties and control development in the local area. This can provide facilities for tourism

and affect the attractiveness and sustainability of the site.

k) **Civil society and NGOs** provide a range of services that potentially support site managers, help local communities benefit from tourism, and influence local planning and national policy formulation.

l) **Funding providers** for tourism projects at or near World Heritage properties have the potential to influence the nature of tourism development.

m) **Tourism promoters** have the potential to raise awareness of the importance of the heritage of a destination.

ANEXO 5

VIII. O EMBLEMA DO PATRIMÓNIO MUNDIAL

VIII.A Preâmbulo

258. Na sua segunda sessão (Washington, 1978), o Comité adotou o Emblema do Património Mundial desenhado por Michel Olyff. Este Emblema simboliza a interdependência dos bens culturais e naturais: o quadrado central é uma forma criada pelo homem e o círculo representa a natureza, estando os dois elementos intimamente ligados. O Emblema é redondo como o mundo, mas simboliza também a proteção. Simboliza a *Convenção*, significa a adesão dos Estados parte à *Convenção* e serve para identificar os bens inscritos na Lista do Património Mundial. Está associado ao conhecimento que o grande público tem da *Convenção* e constitui o *imprimatur* da credibilidade e do prestígio da *Convenção*. Acima de tudo, é uma representação dos valores universais representados pela *Convenção*.

259. O Comité decidiu que o Emblema proposto pelo artista podia ser utilizado em qualquer cor, em função do uso, das possibilidades técnicas e das considerações de ordem artística. O Emblema deverá sempre levar o texto «WORLD HERITAGE • PATRIMOINE MONDIAL». O espaço ocupado por «PATRIMONIO MUNDIAL» pode ser utilizado para a tradução na língua nacional do país onde o Emblema é utilizado.

260. A fim de garantir que o Emblema tenha a melhor visibilidade possível, e ao mesmo tempo evitar a sua utilização indevida, o Comité adotou na sua vigésima segunda sessão (Quioto, 1998) as «Orientações e princípios que regem a utilização do Emblema do Património Mundial», que figuram nos parágrafos que se seguem.

261. Embora na *Convenção* não seja feita qualquer menção ao Emblema do Património Mundial ou à sua criação, a utilização deste vem, desde a adoção em 1978, sendo encorajada pelo Comité para identificar bens protegidos pela *Convenção* e inscritos na Lista do Património Mundial.

262. O Comité do Património Mundial é responsável pela determinação da utilização do Emblema do Património Mundial e pela formulação da política que rege essa utilização.

263. A pedido do Comité na sua 26ª sessão (Budapeste, 2002), o Emblema do Património Mundial, a expressão «Património Mundial» e seus derivados estão em curso de registo ao abrigo do artigo 6º-ter da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, e por consequência estão protegidos. [Decisão 26 COM 15]

264. O Emblema do Património Mundial tem também um potencial de financiamento externo que pode ser utilizado para realçar o valor comercial dos produtos a que está associado. É necessário que haja algum equilíbrio entre a utilização do Emblema para promover os objetivos da *Convenção* e otimizar o conhecimento da *Convenção* em todo o mundo e, por outro lado, a necessidade de prevenir o seu uso abusivo para fins incorretos, inadequados e comerciais não autorizados, ou para outros fins.

265. As Orientações Técnicas e Princípios que regem a utilização do Emblema não deverão transformar-se num obstáculo à cooperação nas atividades de promoção. As autoridades responsáveis por estudar e decidir as utilizações do Emblema necessitam de parâmetros nos quais possam basear as suas decisões.

VIII.B Aplicabilidade

266. As Orientações Técnicas e Princípios propostos no presente documento cobrem todas as propostas de utilização do Emblema pelo:

a) Centro do Património Mundial;

b) Departamento de Edições e outros escritórios da UNESCO;

c) Agências ou Comissões Nacionais, encarregues da aplicação da Convenção em cada um dos Estados parte;

d) Bens do Património Mundial;

e) Outras partes contratantes, nomeadamente aquelas que têm fins essencialmente comerciais.

VIII.C Responsabilidades dos Estados parte

267. Os Estados parte na *Convenção* devem tomar todas as medidas possíveis para impedir a utilização do Emblema no seu respetivo país por qualquer grupo ou para qualquer fim que não seja explicitamente reconhecido pelo Comité. Os Estados parte são encorajados a utilizar plenamente a legislação nacional, incluindo a legislação sobre marcas comerciais.

VIII.D Alargamento das utilizações apropriadas do Emblema do Património Mundial

268. O Emblema do Património Mundial deve ser aposto juntamente com o logótipo da UNESCO em todos os bens inscritos na Lista do Património Mundial, mas de forma a não os desfear.

Produção de placas destinadas a assinalar a inscrição de bens na Lista do Património Mundial

269. Quando um bem é inscrito na Lista do Património Mundial, o Estado parte deverá, sempre que possível, apor uma placa comemorativa dessa inscrição. Estas placas destinam-se a informar o público, nacional ou estrangeiro, de que o bem que está a visitar tem um valor particular, reconhecido pela comunidade internacional; por outras palavras, que o bem é excecional e tem significado não apenas para um único país, mas para o mundo inteiro. Mas as placas têm também por objetivo informar o público sobre a existência da *Convenção para a Proteção do Património Mundial*, ou pelo menos sobre o conceito de Património Mundial e sobre a lista que concretiza esse conceito.

270. Para a realização dessas placas, o Comité adotou as seguintes Orientações Técnicas:

a) a placa deverá ser colocada em lugar bem visível para os visitantes, sem prejudicar a estética do local;

b) nela deverá figurar o Emblema do Património Mundial;

c) o texto deverá mencionar o Valor Universal Excecional do bem: para isso, poderá ser útil descrever muito sumariamente as características do bem que lhe conferem esse valor. Os Estados parte que o desejarem poderão utilizar as descrições constantes de diversas publicações e da exposição do Património Mundial, as quais podem ser obtidas junto do Secretariado;

d) o texto deverá igualmente fazer referência à *Convenção* e sobretudo à existência da Lista do Património Mundial, e ao reconhecimento internacional que a

inscrição nesta Lista representa (no entanto, não é necessário mencionar em que sessão do Comité teve lugar a referida inscrição); pode ser desejável que o texto seja redigido em várias línguas, no caso de bens que recebam muitos visitantes estrangeiros.

271. A título de referência, o Comité propõe o seguinte texto:

«(Nome do bem) figura na Lista do Património Mundial da *Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.* A inscrição nesta Lista consagra o Valor Universal Excecional de um bem cultural ou natural com vista a protegê-lo em benefício de toda a humanidade.»

272. O texto poderá eventualmente ser seguido de uma breve descrição do bem em causa.

273. Por outro lado, as autoridades nacionais deverão encorajar os bens do Património Mundial a utilizar amplamente o Emblema, por exemplo no seu papel de carta, brochuras e uniformes do pessoal.

274. Os terceiros a quem tenha sido concedido o direito de criar produtos de comunicação associados à *Convenção do Património Mundial* e aos bens devem dar ao Emblema uma visibilidade suficiente. Devem evitar criar um Emblema ou um logo diferente para os seus produtos.

VIII.E Princípios a observar na utilização do Emblema do Património Mundial

275. As autoridades responsáveis devem observar, de agora em diante, os princípios que se seguem nas suas decisões relativas à utilização do Emblema:

a) O Emblema deve ser utilizado em todos os projetos claramente associados à missão da *Convenção*, incluindo, sempre que seja técnica e legalmente possível, naqueles que já estejam aprovados e adotados, tendo em vista promover a Convenção.

b) Qualquer decisão de aprovar a utilização do Emblema deve estar fortemente ligada à qualidade e ao conteúdo do produto com o qual vai estar associado e não ao volume dos produtos a comercializar ou ao benefício financeiro esperado. Os principais critérios de aprovação devem ser o valor educativo, científico, cultural ou artístico do produto proposto, em relação aos princípios e valores do Património Mundial. Não deve ser dada, de forma rotineira, autorização para aplicar o Emblema a produtos que não tenham qualquer valor educativo, ou tenham um valor educativo extremamente reduzido, como canecas, *t-shirts*, *pins* e outras recordações turísticas. As exceções a esta política serão examinadas no caso de manifestações especiais, como reuniões do Comité e cerimónias de inauguração de placas.

c) Qualquer decisão de autorizar a utilização do Emblema deve ser isenta de ambiguidade e respeitar os objetivos e valores explícitos e implícitos da *Convenção do Património Mundial*.

d) Excetuando os casos em que tal é autorizado em conformidade com estes princípios, não é legítimo que entidades comerciais utilizem o Emblema diretamente nos seus próprios materiais para mostrar que apoiam o Património Mundial. O Comité reconhece, no entanto, que qualquer pessoa física, organização ou empresa é livre de produzir aquilo que considerar apropriado no que toca aos bens do Património Mundial, mas a autorização oficial para o fazer com o Emblema do Património Mundial continua a ser prerrogativa exclusiva do

Comité e deve ser exercida conforme prescrevem as presentes Orientações Técnicas e Princípios.

e) A utilização do Emblema por outras partes contratantes só deverá ser autorizada nos casos em que a utilização proposta tenha uma relação direta com os bens do Património Mundial. Tais autorizações podem ser concedidas com o acordo prévio das autoridades nacionais dos países interessados.

f) Nos casos em que nenhum bem específico do Património Mundial está envolvido ou é o principal objetivo da utilização proposta, como os seminários gerais e reuniões de trabalho sobre questões científicas ou técnicas de conservação, a autorização de utilização só pode ser concedida por acordo expresso, em conformidade com as presentes Orientações Técnicas e Princípios. Os pedidos para tais utilizações devem especificar de que modo poderá a utilização proposta contribuir positivamente para a valorização da missão da *Convenção*.

g) A autorização para utilizar o Emblema não deve ser concedida a agências de viagem, companhias aéreas ou qualquer outro tipo de empresa que tenha fins predominantemente comerciais, salvo em circunstâncias excecionais e quando possa ser demonstrado que tal utilização é manifestamente benéfica para o Património Mundial em geral e para bens específicos do Património Mundial. Tais pedidos de utilização carecem de aprovação expressa, em conformidade com as presentes Orientações Técnicas e Princípios, e do acordo das autoridades nacionais dos países interessados.

O Secretariado não deve aceitar de agências de viagens ou empresas similares qualquer publicidade, viagem ou outras contrapartidas promocionais a troco ou em vez de uma remuneração financeira pela utilização do Emblema.

h) Quando se preveem benefícios comerciais, o Secretariado deverá salvaguardar para o Fundo do Património Mundial uma percentagem justa das receitas e celebrar um contrato ou outro acordo em que fique estipulada a natureza dos entendimentos que regem o projeto e ajustes relativos às receitas destinadas ao Fundo. Em todos os casos de utilização comercial, todo o tempo de trabalho dos membros do pessoal e custos relativos ao pessoal destacado pelo Secretariado ou por outros intervenientes, conforme o caso, para qualquer atividade, para além do razoável, devem ficar integralmente a cargo da parte que solicita a autorização para utilizar o Emblema.

As autoridades nacionais são também convidadas a certificar-se que os seus bens ou o Fundo do Património Mundial recebem uma justa percentagem das receitas e a especificar a natureza dos acordos que regem o projeto e a repartição dos benefícios.

i) No caso de se procurarem patrocinadores para o fabrico de produtos de divulgação que o Secretariado considere necessários, a escolha do ou dos parceiros deverá, no mínimo, obedecer aos critérios enunciados nas «Diretivas sobre a cooperação da UNESCO com as fontes privadas de financiamento extraorçamental» e as «Diretivas relativas à mobilização de fundos privados e critérios de seleção de eventuais parceiros: Propostas do Diretor Geral», bem como a diretivas complementares sobre as angariações de fundos que o Comité possa determinar. A necessidade dos referidos produtos deve ser exposta com clareza e justificada em relatórios escritos que carecerão de acordo, em termos a determinar pelo Comité.

[«Diretivas sobre a cooperação da UNESCO com as fontes privadas de financiamento extraorçamental» (Anexo à Decisão 149 EX/Decca.7.5) e «Orientações Técnicas relativas à mobilização de fundos privados e critérios de seleção de eventuais parceiros. Propostas do Diretor Geral» (Anexo à decisão 156 EX/Decca.9.4)]

VIII.F Procedimento de autorização para a utilização do Emblema do Património Mundial

Simples acordo das autoridades nacionais

276. As autoridades nacionais podem autorizar uma entidade nacional a utilizar o Emblema, na condição de o projeto, quer seja nacional ou internacional, incidir unicamente sobre bens do Património Mundial situados no mesmo território nacional. A decisão das autoridades nacionais deverá obedecer às Orientações Técnicas e Princípios.

277. Os Estados parte são convidados a transmitir ao Secretariado os nomes e endereços das autoridades encarregues das questões relativas à utilização do Emblema. [Circular de 14 de abril de 1999 (http://whc.unesco.org/circs/circ99-4e.pdf)]

Acordo dependente do controlo de qualidade do conteúdo

278. Qualquer outro pedido de autorização de utilização do Emblema deverá observar o seguinte procedimento:

a) Deve ser dirigido ao Diretor do Centro do Património Mundial um pedido em que se indique o objetivo da utilização do Emblema, sua duração e validade territorial.

b) O Diretor do Centro do Património Mundial tem autoridade para aprovar a utilização do Emblema em conformidade com as Orientações Técnicas e Princípios. Nos casos que não estejam previstos, ou que não estejam suficientemente previstos nas Orientações Técnicas e Princípios, o Diretor remete a questão para o Presidente que, nos casos mais difíceis, poderá entender remeter a questão para o Comité, para decisão final. Será apresentado ao Comité do Património Mundial um relatório anual sobre as utilizações autorizadas do Emblema.

c) A autorização de utilizar o Emblema nos principais produtos de grande divulgação por um período de tempo indeterminado depende da obrigação do fabricante de consultar os países interessados e obter o acordo destes para os textos e imagens relativos aos bens situados no respetivo território, sem encargos para o Secretariado, bem como a prova de que tal consulta foi feita. O texto a aprovar deverá ser fornecido numa das duas línguas oficiais do Comité ou na língua do país interessado. A seguir se transcreve um projeto tipo de aprovação a utilizar pelos Estados parte para autorizar terceiros a utilizarem o Emblema.

Formulário de aprovação do conteúdo

[**Nome do organismo nacional responsável**] formalmente identificado como responsável pela aprovação do conteúdo dos textos e fotos relativos aos bens do Património Mundial situados no território de [**nome do país**], confirma pela presente a [**nome do produtor**] que o texto e as imagens por ele submetidas a apreciação para o/os bens do Património Mundial [**nome dos bens**] estão [**aprovados] [aprovados sob reserva das seguintes modificações necessárias**] [**não estão aprovados**]

(Suprimir qualquer referência inútil e fornecer, se necessário, uma cópia corrigida do texto ou uma lista assinada das correções).

Notas:
Recomenda-se que seja aposta em todas as páginas de texto a rubrica do responsável nacional.

É concedido às autoridades nacionais, para autorização do conteúdo, o prazo de um mês a contar da acusação de receção, após o que os produtores podem considerar que o conteúdo foi tacitamente aprovado, a menos que as autoridades nacionais peçam por escrito uma prorrogação do prazo.

Os textos deverão ser fornecidos às autoridades nacionais numa das duas línguas oficiais do Comité ou na língua oficial (ou numa das línguas oficiais) do país em que se encontram os bens, conforme for conveniente para as duas partes.

d) Depois de ter examinado o pedido e o ter considerado aceitável, o Secretariado pode estabelecer um acordo com o parceiro.

e) Se o Diretor do Centro do Património Mundial considerar que uma proposta de utilização do Emblema é inaceitável, o Secretariado informa dessa decisão, por escrito, a parte interessada.

VIII.G Direito dos Estados parte a exercer um controlo de qualidade

279. A autorização de utilizar o Emblema está inseparavelmente ligada às condições em que as autoridades nacionais podem exercer o controlo de qualidade sobre os produtos a que está associado o Emblema.

a) Os Estados parte na Convenção são as únicas partes autorizadas a aprovar o conteúdo (imagens e texto) de qualquer produto distribuído que exiba o Emblema do Património Mundial e seja relativo aos bens que se encontram no seu território.

b) Os Estados parte em que o Emblema esteja legalmente protegido devem reexaminar essas utilizações.

c) Outros Estados parte podem decidir examinar as utilizações propostas ou remeter as propostas ao Secretariado. Os Estados parte estão encarregues de designar uma autoridade nacional apropriada e informar o Secretariado no caso de pretenderem examinar as utilizações propostas ou determinar as utilizações inapropriadas. O Secretariado mantém uma lista das autoridades nacionais responsáveis.

INTERNATIONAL CULTURAL TOURISM CHARTER
Managing Tourism at Places of Heritage Significance
(1999)

Adopted by ICOMOS at the 12th General Assembly in Mexico, October 1999.

INTRODUCTION

The Charter Ethos

At the broadest level, the natural and cultural heritage belongs to all people. We each have a right and responsibility to understand, appreciate and conserve its universal values.

Heritage is a broad concept and includes the natural as well as the cultural environment. It encompasses landscapes, historic places, sites and built environments, as well as bio-diversity, collections, past and continuing cultural practices, knowledge and living experiences. It records and expresses the long processes of historic development, forming the essence of diverse national, regional, indigenous and local identities and is an integral part of modern life. It is a dynamic reference point and positive instrument for growth and change. The particular heritage and collective memory of each locality or community is irreplaceable and an important foundation for development, both now and into the future.

At a time of increasing globalisation, the protection, conservation, interpretation and presentation of the heritage and cultural diversity of any particular place or region is an important challenge for people everywhere. However, management of that heritage, within a framework of internationally recognised and appropriately applied standards, is usually the responsibility of the particular community or custodian group.

A primary objective for managing heritage is to communicate its significance and need for its conservation to its host community and to visitors. Reasonable and well managed physical, intellectual and/or emotive access to heritage and cultural development is both a right and a privilege. It brings with it a duty of respect for the heritage values, interests and equity of the present-day host community, indigenous custodians or owners of historic property and for the landscapes and cultures from which that heritage evolved.

The Dynamic Interaction between Tourism and Cultural Heritage

Domestic and international tourism continues to be among the foremost vehicles for cultural exchange, providing a personal experience, not only of that which has survived from the past, but of the contemporary life and society of others. It is increasingly appreciated as a positive force for natural and cultural conservation. Tourism can capture the economic characteristics of the heritage and harness these for conservation by generating funding, educating the community and influencing policy. It is an essential part of many national and regional economies and can be an important factor in development, when managed successfully.

Tourism itself has become an increasingly complex phenomenon, with political, economic,

social, cultural, educational, bio-physical, ecological and aesthetic dimensions. The achievement of a beneficial inter-action between the potentially conflicting expectations and aspirations of visitors and host or local communities, presents many challenges and opportunities.

The natural and cultural heritage, diversities and living cultures are major tourism attractions. Excessive or poorly-managed tourism and tourism related development can threaten their physical nature, integrity and significant characteristics. The ecological setting, culture and lifestyles of host communities may also be degraded, along with the visitor's experience of the place.

Tourism should bring benefits to host communities and provide an important means and motivation for them to care for and maintain their heritage and cultural practices. The involvement and co-operation of local and/or indigenous community representatives, conservationists, tourism operators, property owners, policy makers, those preparing national development plans and site managers is necessary to achieve a sustainable tourism industry and enhance the protection of heritage resources for future generations.

ICOMOS, the International Council on Monuments and Sites, as the author of this Charter, other international organisations and the tourism industry, are dedicated to this challenge.

Objectives of the Charter

The Objectives of the International Cultural Tourism Charter are:

- To facilitate and encourage those involved with heritage conservation and management to make the significance of that heritage accessible to the host community and visitors.

- To facilitate and encourage the tourism industry to promote and manage tourism in ways that respect and enhance the heritage and living cultures of host communities.

- To facilitate and encourage a dialogue between conservation interests and the tourism industry about the importance and fragile nature of heritage places, collections and living cultures, including the need to achieve a sustainable future for them.

- To encourage those formulating plans and policies to develop detailed, measurable goals and strategies relating to the presentation and interpretation of heritage places and cultural activities, in the context of their preservation and conservation.

In addition,

- The Charter supports wider initiatives by ICOMOS, other international bodies and the tourism industry in maintaining the integrity of heritage management and conservation.

- The Charter encourages the involvement of all those with relevant or at times conflicting interests, responsibilities and obligations to join in achieving its objectives.

- The Charter encourages the formulation of detailed guidelines by interested parties, facilitating the implementation of the Principles to their specific circumstances or the requirements of particular organisations and communities.

PRINCIPLES OF THE CULTURAL TOURISM CHARTER

Principle 1

Since domestic and international tourism is among the foremost vehicles for cultural exchange, conservation should provide responsible and well managed

opportunities for members of the host community and visitors to experience and understand that community's heritage and culture at first hand.

1.1

The natural and cultural heritage is a material and spiritual resource, providing a narrative of historical development. It has an important role in modern life and should be made physically, intellectually and/or emotively accessible to the general public. Programmes for the protection and conservation of the physical attributes, intangible aspects, contemporary cultural expressions and broad context, should facilitate an understanding and appreciation of the heritage significance by the host community and the visitor, in an equitable and affordable manner.

1.2

Individual aspects of natural and cultural heritage have differing levels of significance, some with universal values, others of national, regional or local importance. Interpretation programmes should present that significance in a relevant and accessible manner to the host community and the visitor, with appropriate, stimulating and contemporary forms of education, media, technology and personal explanation of historical, environmental and cultural information.

1.3

Interpretation and presentation programmes should facilitate and encourage the high level of public awareness and support necessary for the long term survival of the natural and cultural heritage.

1.4

Interpretation programmes should present the significance of heritage places, traditions and cultural practices within the past experience and present diversities of the area and the host community, including that of minority cultural or linguistic groups. The visitor should always be informed of the differing cultural values that may be ascribed to a particular heritage resource.

Principle 2

The relationship between Heritage Places and Tourism is dynamic and may involve conflicting values. It should be managed in a sustainable way for present and future generations.

2.1

Places of heritage significance have an intrinsic value for all people as an important basis for cultural diversity and social development. The long term protection and conservation of living cultures, heritage places, collections, their physical and ecological integrity and their environmental context, should be an essential component of social, economic, political, legislative, cultural and tourism development policies.

2.2

The interaction between heritage resources or values and tourism is dynamic and ever changing, generating both opportunities and challenges, as well as potential conflicts. Tourism projects, activities and developments should achieve positive outcomes and minimise adverse impacts on the heritage and lifestyles of the host community, while responding to the needs and aspirations of the visitor.

2.3

Conservation, interpretation and tourism development programmes should be based on a

comprehensive understanding of the specific, but often complex or conflicting aspects of heritage significance of the particular place. Continuing research and consultation are important to furthering the evolving understanding and appreciation of that significance.

2.4

The retention of the authenticity of heritage places and collections is important. It is an essential element of their cultural significance, as expressed in the physical material, collected memory and intangible traditions that remain from the past. Programmes should present and interpret the authenticity of places and cultural experiences to enhance the appreciation and understanding of that cultural heritage.

2.5

Tourism development and infrastructure projects should take account of the aesthetic, social and cultural dimensions, natural and cultural landscapes, bio-diversity characteristics and the broader visual context of heritage places. Preference should be given to using local materials and take account of local architectural styles or vernacular traditions.

2.6

Before heritage places are promoted or developed for increased tourism, management plans should assess the natural and cultural values of the resource. They should then establish appropriate limits of acceptable change, particularly in relation to the impact of visitor numbers on the physical characteristics, integrity, ecology and biodiversity of the place, local access and transportation systems and the social, economic and cultural well being of the host community. If the likely level of change is unacceptable the development proposal should be modified.

2.7

There should be on-going programmes of evaluation to assess the progressive impacts of tourism activities and development on the particular place or community.

Principle 3

Conservation and Tourism Planning for Heritage Places should ensure that the Visitor Experience will be worthwhile, satisfying and enjoyable.

3.1

Conservation and tourism programmes should present high quality information to optimise the visitor's understanding of the significant heritage characteristics and of the need for their protection, enabling the visitor to enjoy the place in an appropriate manner.

3.2

Visitors should be able to experience the heritage place at their own pace, if they so choose. Specific circulation routes may be necessary to minimise impacts on the integrity and physical fabric of a place, its natural and cultural characteristics.

3.3

Respect for the sanctity of spiritual places, practices and traditions is an important consideration for site managers, visitors, policy makers, planners and tourism operators. Visitors should be encouraged to behave as welcomed guests, respecting the values and lifestyles of the host community, rejecting possible theft or illicit trade in cultural property and conducting themselves in a responsible manner which would generate a renewed welcome, should they return.

3.4

Planning for tourism activities should provide appropriate facilities for the comfort, safety and well-being of the visitor, that enhance the enjoyment of the visit but do not adversely impact on the significant features or ecological characteristics.

Principle 4

Host communities and indigenous peoples should be involved in planning for conservation and tourism.

4.1

The rights and interests of the host community, at regional and local levels, property owners and relevant indigenous peoples who may exercise traditional rights or responsibilities over their own land and its significant sites, should be respected. They should be involved in establishing goals, strategies, policies and protocols for the identification, conservation, management, presentation and interpretation of their heritage resources, cultural practices and contemporary cultural expressions, in the tourism context.

4.2

While the heritage of any specific place or region may have a universal dimension, the needs and wishes of some communities or indigenous peoples to restrict or manage physical, spiritual or intellectual access to certain cultural practices, knowledge, beliefs, activities, artefacts or sites should be respected.

Principle 5

Tourism and conservation activities should benefit the host community.

5.1

Policy makers should promote measures for the equitable distribution of the benefits of tourism to be shared across countries or regions, improving the levels of socio-economic development and contributing where necessary to poverty alleviation.

5.2

Conservation management and tourism activities should provide equitable economic, social and cultural benefits to the men and women of the host or local community, at all levels, through education, training and the creation of full-time employment opportunities.

5.3

A significant proportion of the revenue specifically derived from tourism programmes to heritage places should be allotted to the protection, conservation and presentation of those places, including their natural and cultural contexts. Where possible, visitors should be advised of this revenue allocation.

5.4

Tourism programmes should encourage the training and employment of guides and site interpreters from the host community to enhance the skills of local people in the presentation and interpretation of their cultural values.

5.5

Heritage interpretation and education programmes among the people of the host community should encourage the involvement of local site interpreters. The programmes should promote a knowledge and respect for their heritage, encouraging the local people to take a direct interest in its care and conservation.

5.6

Conservation management and tourism programmes should include education and training opportunities for policy makers, planners, researchers, designers, architects, interpreters, conservators and tourism operators. Participants should be encouraged to understand and help resolve the at times conflicting issues, opportunities and problems encountered by their colleagues.

Principle 6

Tourism promotion programmes should protect and enhance Natural and Cultural Heritage characteristics.

6.1

Tourism promotion programmes should create realistic expectations and responsibly inform potential visitors of the specific heritage characteristics of a place or host community, thereby encouraging them to behave appropriately.

6.2

Places and collections of heritage significance should be promoted and managed in ways which protect their authenticity and enhance the visitor experience by minimising fluctuations in arrivals and avoiding excessive numbers of visitors at any one time.

6.3

Tourism promotion programmes should provide a wider distribution of benefits and relieve the pressures on more popular places by encouraging visitors to experience the wider cultural and natural heritage characteristics of the region or locality.

6.4

The promotion, distribution and sale of local crafts and other products should provide a reasonable social and economic return to the host community, while ensuring that their cultural integrity is not degraded.

THE ICOMOS CHARTER FOR THE INTERPRETATION AND PRESENTATION OF CULTURAL HERITAGE SITES	CHARTE ICOMOS POUR L'INTERPRETATION ET LA PRESENTATION DES SITES CULTURELS PATRIMONIAUX
Prepared under the Auspices of the ICOMOS International Scientific Committee on Interpretation and Presentation of Cultural Heritage Sites Ratified by the 16th General Assembly of ICOMOS, Québec (Canada), on 4 October 2008	Préparée sous les auspices du Comité scientifique de l'ICOMOS sur l'interprétation et la présentation des sites patrimoniaux Ratifiée par la 16e Assemblée Générale de l'ICOMOS, Québec (Canada), le 4 octobre 2008
PREAMBLE	**PREAMBULE**
Since its establishment in 1965 as a worldwide organisation of heritage professionals dedicated to the study, documentation, and protection of cultural heritage sites, ICOMOS has striven to promote the conservation ethic in all its activities and to help enhance public appreciation of humanity's material heritage in all its forms and diversity.	Depuis sa création en 1965, en tant que association mondiale de professionnels du patrimoine qui se consacre à l'étude, la documentation et à la protection des sites du patrimoine culturel, ICOMOS se consacre à la promotion de l'éthique de la conservation dans toutes ses activités et à augmenter l'appréciation publique du patrimoine mondial dans toutes ses formes et diversité.
As noted in the Charter of Venice (1964) "It is essential that the principles guiding the preservation and restoration of ancient buildings should be agreed and be laid down on an international basis, with each country being responsible for applying the plan within the framework of its own culture and traditions." Subsequent ICOMOS charters have taken up that mission, establishing professional guidelines for specific conservation challenges and encouraging effective communication about the importance of heritage conservation in every region of the world.	Conformément à la Charte de Venise (1964) « Il est essentiel que les principes qui doivent présider à la conservation et à la restauration des monuments soient dégagés en commun et formulés sur un plan international, tout en laissant à chaque nation le soin d'en assurer l'application dans le cadre de sa propre culture et de ses traditions. » Les Chartes ICOMOS adoptées par la suite ont respecté cette mission, établissant des directives professionnelles destinées à faire face aux défis de la conservation et encourageant une communication efficace sur l'importance de la conservation du patrimoine au niveau mondial.
These earlier ICOMOS charters stress the importance of public communication as an essential part of the larger conservation process (variously describing it as "dissemination," "popularization," "presentation," and "interpretation"). They implicitly acknowledge that every act of heritage conservation—within all the world's cultural traditions - is by its nature a communicative act.	Ces Chartes soulignent l'importance de la communication vers le public en tant qu'élément essentiel du processus de conservation (on parlera indifféremment de «dissémination», «popularisation», «Présentation» et «interprétation»). Elles reconnaissent implicitement que chaque acte de conservation du patrimoine – parmi toutes les traditions culturelles du monde – est par nature, un acte de communication.
From the vast range of surviving material remains and intangible values of past communities and civilisations, the choice of what to preserve, how to preserve it, and how it is to be presented to the public are all elements of site interpretation. They represent every generation's vision of what is significant, what is important, and why material remains from the past should be passed on to generations yet to come.	Parmi la vaste gamme des vestiges des communautés et valeurs intangibles des civilisations du passé, les choix en matière de préservation, de modes de préservation et de présentation au public sont tous des éléments d'interprétation de sites. Ils représentent la vision de chaque génération de ce qui est significatif, de ce qui est important et de ce qui vaut d'être transmis aux générations futures.
The need for a clear rationale, standardised terminology, and accepted professional principles for Interpretation and Presentation* is evident. In recent years, the dramatic expansion of interpretive activities at many cultural heritage sites and the introduction of elaborate interpretive technologies and new economic strategies for the marketing and management of cultural heritage sites have created new complexities and aroused basic questions that	Le besoin d'une terminologie raisonnée et standardisée et de principes professionnels acceptés en matière d'Interprétation et de Présentation* est évident. Ces dernières années, l'expansion dramatique d'activités d'interprétation dans de nombreux sites patrimoniaux, l'introduction de technologies élaborées d'interprétation de même que de nouvelles stratégies économiques en matière de marketing et de gestion des sites patrimoniaux ont créé de nouvelles

* See definitions on page 3.
* Voir les définitions en page 3

are central to the goals of both conservation and the public appreciation of cultural heritage sites throughout the world:

- What are the accepted and acceptable goals for the Interpretation and Presentation of cultural heritage sites?
- What principles should help determine which technical means and methods are appropriate in particular cultural and heritage contexts?
- What general ethical and professional considerations should help shape Interpretation and Presentation in light of its wide variety of specific forms and techniques?

The purpose of this Charter is therefore to define the basic principles of Interpretation and Presentation as essential components of heritage conservation efforts and as a means of enhancing public appreciation and understanding of cultural heritage sites*.

problématiques et soulevé des questions élémentaires de première importance quant aux finalités de la conservation et l'appréciation du public des sites patrimoniaux à travers le monde :

- Quels sont les objectifs acceptables et acceptés pour l'Interprétation et la

Présentation des sites patrimoniaux ?

- Quels principes devraient aider à déterminer quels moyens techniques et quelles méthodes sont appropriées dans des contextes culturels et patrimoniaux particuliers ?
- Quelles considérations éthiques et professionnelles pourraient aider à façonner l'interprétation et la présentation quelles que soient leurs formes et techniques spécifiques?

L'objectif de cette Charte est donc de définir les principes de base de l'interprétation et de la présentation en tant à la fois qu'éléments essentiels des efforts de conservation du patrimoine et outils essentiels à l'appréciation et à la compréhension par le public des sites culturels patrimoniaux.*

DEFINITIONS

For the purposes of the present Charter,

Interpretation refers to the full range of potential activities intended to heighten public awareness and enhance understanding of cultural heritage site. These can include print and electronic publications, public lectures, on-site and directly related off-site installations, educational programmes, community activities, and ongoing research, training, and evaluation of the interpretation process itself.

Presentation more specifically denotes the carefully planned communication of interpretive content through the arrangement of interpretive information, physical access, and interpretive infrastructure at a cultural heritage site. It can be conveyed through a variety of technical means, including, yet not requiring, such elements as informational panels, museum-type displays, formalized walking tours, lectures and guided tours, and multimedia applications and websites.

Interpretive infrastructure refers to physical installations, facilities, and areas at, or connected with a cultural heritage site that may be specifically utilised for the purposes of interpretation and presentation including those supporting interpretation via new and existing technologies.

Site interpreters refers to staff or volunteers at a cultural heritage site who are permanently or temporarily engaged in the public communication of information relating to the values and significance of the site.

Cultural Heritage Site refers to a place, locality, natural landscape, settlement area, architectural complex, archaeological site, or standing structure that is recognized and often legally protected as a place of historical and cultural significance.

DEFINITIONS

Pour la rédaction de la présente Charte,

L'interprétation renvoie à l'ensemble des activités potentielles destinées à augmenter la conscience publique et à renforcer sa compréhension du site culturel patrimonial. Ceci peut inclure des publications, des conférences, des installations sur site, des programmes éducatifs, des activités communautaires ainsi que la recherche, la formation et l'évaluation permanente du processus même d'interprétation.

La présentation concerne plus spécifiquement une communication planifiée du contenu interprétatif par l'agencement d'informations de même nature, au moyen d'un accès physique au site culturel patrimonial. Elle peut être transmise par une variété de moyens techniques, comprenant indifféremment des éléments tels que des panneaux informatifs, une présentation de type muséale, des sentiers fléchés, des conférences, des visites guidées et des applications multimédia.

Les équipements et services d'interprétation renvoient à toutes installations physiques, équipements et espaces du site culturel patrimonial qui peuvent être utilisés spécifiquement pour les besoins de l'interprétation et de la présentation.

Les interprètes du site renvoient au personnel ou aux volontaires œuvrant sur le site culturel patrimonial qu'ils soient engagés de façon permanente ou temporaire pour la communication au public d'information concernant la valeur et la signification du site.

Un site culturel patrimonial renvoie à une localité, un paysage, une aire d'établissement, un complexe architectural, un site archéologique, ou une structure existante, reconnus ou souvent protégés légalement en tant que site de signification historique et culturelle.

* Although the principles and objectives of this Charter may equally apply to off-site interpretation, its main focus is interpretation and presentation at, or in the immediate vicinity of, cultural heritage sites.

* Voir les définitions en page 3

OBJECTIVES

In recognizing that interpretation and presentation are part of the overall process of cultural heritage conservation and management, this Charter seeks to establish seven cardinal principles, upon which Interpretation and Presentation—in whatever form or medium is deemed appropriate in specific circumstances—should be based.

Principle 1: Access and Understanding
Principle 2: Information Sources
Principle 3: Attention to Setting and Context
Principle 4: Preservation of Authenticity
Principle 5: Planning for Sustainability
Principle 6: Concern for Inclusiveness
Principle 7: Importance of Research, Training, and Evaluation

Following from these seven principles, the objectives of this Charter are to:

1. **Facilitate understanding and appreciation** of cultural heritage sites and foster public awareness and engagement in the need for their protection and conservation.

2. **Communicate the meaning** of cultural heritage sites to a range of audiences through careful, documented recognition of significance, through accepted scientific and scholarly methods as well as from living cultural traditions.

3. **Safeguard the tangible and intangible values** of cultural heritage sites in their natural and cultural settings and social contexts.

4. **Respect the authenticity** of cultural heritage sites, by communicating the significance of their historic fabric and cultural values and protecting them from the adverse impact of intrusive interpretive infrastructure, visitor pressure, inaccurate or inappropriate interpretation.

5. **Contribute to the sustainable conservation** of cultural heritage sites, through promoting public understanding of, and participation in, ongoing conservation efforts, ensuring long-term maintenance of the interpretive infrastructure and regular review of its interpretive contents.

6. **Encourage inclusiveness** in the interpretation of cultural heritage sites, by facilitating the involvement of stakeholders and associated communities in the development and implementation of interpretive programmes.

7. **Develop technical and professional guidelines** for heritage interpretation and presentation, including technologies, research, and training. Such guidelines must be appropriate and sustainable in their social contexts.

OBJECTIFS

En reconnaissant que l'interprétation et la présentation sont partie intégrante du processus général de conservation et de gestion du patrimoine culturel, cette Charte vise à établir sept principes cardinaux sur lesquels l'interprétation et la présentation devraient être basés, quels que soient les moyens et formes les plus appropriés selon les circonstances.

Principe 1 : Accès et compréhension
Principe 2 : Sources d'information
Principe 3 : Attention portée au contexte et à l'environnement
Principe 4 : Préservation de l'authenticité
Principe 5 : Organisation de la durabilité
Principe 6 : Attention portée à la participation
Principe 7: Importance de la recherche, de la formation et de l'évaluation

Comme suite à ces sept principes, les objectifs de cette charte sont :

1. **Faciliter la compréhension et l'appréciation** des sites culturels patrimoniaux et promouvoir la prise de conscience publique et l'engagement de la nécessité de leur protection et de leur conservation.

2. **Communiquer le sens** des sites culturels patrimoniaux à des audiences diverses par une reconnaissance approfondie et bien documentée de la signification, au moyen de méthodes reconnues d'analyses scientifiques et les recherches ainsi que des traditions culturelles vivantes.

3. **Sauvegarder les valeurs matérielles et immatérielles** propres aux sites culturels patrimoniaux dans leur environnement culturel, naturel et leur contexte social.

4. **Respecter l'authenticité** des sites culturels patrimoniaux en communiquant l'importance de leurs matériaux historiques et la portée de leurs valeurs culturelles et en les protégeant contre les effets adverses d'infrastructures d'interprétation mal venues, des pressions venant du public, d'une interprétation imprécise et inadéquate.

5. **Contribuer à la conservation durable** des sites culturels patrimoniaux par la promotion de la compréhension et de la participation du public des efforts de conservation en cours, en assurant la maintenance à long terme des équipements et services d'interprétation et une révision régulière de son contenu interprétatif.

6. **Encourager la participation** dans l'interprétation des sites culturels patrimoniaux en facilitant l'implication active des acteurs et communautés associées dans le développement et l'implémentation de programmes d'interprétation.

7. **Développer des normes techniques et professionnelles** pour l'interprétation et la présentation du patrimoine, incluant les technologies, la recherche et la formation. De tels normes doivent être appropriées et durables dans leur contexte social.

PRINCIPLES	PRINCIPES
Principle 1: Access and Understanding	**Principe 1 : Accès et Compréhension**
Interpretation and presentation programmes should facilitate physical and intellectual access by the public to cultural heritage sites.	***Les programmes d'interprétation et de présentation devraient faciliter l'accès physique et intellectuel des sites culturels patrimoniaux auprès du public.***
1. Effective interpretation and presentation should enhance personal experience, increase public respect and understanding, and communicate the importance of the conservation of cultural heritage sites.	**1.** Une interprétation et une présentation efficaces devraient enrichir l'expérience personnelle et accroître le respect et la compréhension du public et mettre en évidence l'importance de la bonne conservation du site culturel patrimonial.
2. Interpretation and presentation should encourage individuals and communities to reflect on their own perceptions of a site and assist them in establishing a meaningful connection to it. The aim should be to stimulate further interest, learning, experience, and exploration.	**2.** L'interprétation et la présentation devraient inciter les personnes individuelles et les communautés à réfléchir sur leurs propres perceptions du site et sur leur relation avec lui. Elle cherche à stimuler un prolongement de l'intérêt, de l'étude, de l'expérience et de l'exploration.
3. Interpretation and presentation programmes should identify and assess their audiences demographically and culturally. Every effort should be made to communicate the site's values and significance to its varied audiences.	**3.** Les programmes d'interprétation et de présentation devraient identifier et analyser leur public du point de vue démographique et culturel. Tous les efforts sont à déployer pour que l'interprétation et la présentation du patrimoine culturel communiquent effectivement avec les divers auditoires d'un site.
4. The diversity of language among visitors and associated communities connected with a heritage site should be taken into account in the interpretive infrastructure.	**4.** La diversité des langues parlées par les visiteurs et les communautés en relation avec le site patrimonial devrait être prise en considération dans les équipements et les services d'interprétation.
5. Interpretation and presentation activities should also be physically accessible to the public, in all its variety.	**5.** Les programmes d'interprétation et de présentation devraient être accessibles à un large public, dans toute sa diversité, y compris les personnes à mobilité réduite.
6. In cases where physical access to a cultural heritage site is restricted due to conservation concerns, cultural sensitivities, adaptive re-use, or safety issues, interpretation and presentation should be provided off-site.	**6.** Au cas où l'accès physique à un site culturel patrimonial est limité, pour des raisons de conservation, de sensibilités culturelles, d'aménagements adaptés ou d'exigences de sécurité, une interprétation et une présentation devraient être proposées en dehors du site.
Principle 2: Information Sources	**Principe 2 : Sources d'Information**
Interpretation and presentation should be based on evidence gathered through accepted scientific and scholarly methods as well as from living cultural traditions.	***L'interprétation et la présentation devraient reposer sur les preuves recueillies par les méthodes scientifiques et de recherche communément admises ainsi que sur les traditions culturelles vivantes.***
1. Interpretation should show the range of oral and written information, material remains, traditions, and meanings attributed to a site. The sources of this information should be documented, archived, and made accessible to the public.	**1.** L'interprétation devrait présenter l'éventail des informations orales et écrites, des vestiges matériels, des traditions et des sens attribués à un site. Les sources de cette information devraient être documentées, archivées, et rendues accessibles au public.
2. Interpretation should be based on a well researched, multidisciplinary study of the site and its surroundings. It should also acknowledge that meaningful interpretation necessarily includes reflection on alternative historical hypotheses, local traditions, and stories.	**2.** L'interprétation devrait être basée sur une étude multidisciplinaire approfondie du site et de son environnement. L'interprétation devrait également reconnaître et inclure les hypothèses historiques alternatives, les traditions et les histoires locales.
3. At cultural heritage sites where traditional storytelling or memories of historical participants provide an	**3.** Dans les sites patrimoniaux où des récits ou les souvenirs d'acteurs historiques fournissent une

important source of information about the significance of the site, interpretive programmes should incorporate these oral testimonies—either indirectly, through the facilities of the interpretive infrastructure, or directly, through the active participation of members of associated communities as on-site interpreters.

4. Visual reconstructions, whether by artists, architects, or computer modelers, should be based upon detailed and systematic analysis of environmental, archaeological, architectural, and historical data, including analysis of written, oral and iconographic sources, and photography. The information sources on which such visual renderings are based should be clearly documented and alternative reconstructions based on the same evidence, when available, should be provided for comparison.

5. Interpretation and presentation programmes and activities should also be documented and archived for future reference and reflection.

Principle 3:
Context and Setting

The Interpretation and Presentation of cultural heritage sites should relate to their wider social, cultural, historical, and natural contexts and settings.

1. Interpretation should explore the significance of a site in its multi-faceted historical, political, spiritual, and artistic contexts. It should consider all aspects of the site's cultural, social, and environmental significance and values.

2. The public interpretation of a cultural heritage site should clearly distinguish and date the successive phases and influences in its evolution. The contributions of all periods to the significance of a site should be respected.

3. Interpretation should also take into account all groups that have contributed to the historical and cultural significance of the site.

4. The surrounding landscape, natural environment, and geographical setting are integral parts of a site's historical and cultural significance, and, as such, should be considered in its interpretation.

5. Intangible elements of a site's heritage such as cultural and spiritual traditions, stories, music, dance, theater, literature, visual arts, local customs and culinary heritage should be considered in its interpretation.

6. The cross-cultural significance of heritage sites, as well as the range of perspectives about them based on scholarly research, ancient records, and living traditions, should be considered in the formulation of interpretive programmes.

importante source d'information à propos de la signification du site, les programmes d'interprétation devraient inclure ces témoignages oraux, soit indirectement, dans les équipements et les services d'interprétation, soit directement, par la participation active de membres des communautés associées en tant que guides de sites.

4. Les reconstructions visuelles, par dessins d'artistes, par des architectes ou par ordinateur, devraient être basés sur une analyse détaillée et systématique des données environnementales, archéologiques, architecturales et historiques, en ce compris l'analyse des sources écrites, orales, iconographiques et photographiques. Ces sources d'information sur base desquelles les éléments visuels sont basés devraient être clairement documentées et les reconstructions alternatives basées sur les mêmes preuves, lorsqu'elles sont disponibles, devraient être fournies afin de permettre la comparaison.

5. Les programmes et les activités d'interprétation et de présentation devraient également être documentées et archivées pour servir de référence et de réflexion dans le futur.

Principe 3 :
Le Contexte et l'Environnement

L'interprétation et la présentation des sites patrimoniaux devraient mettre en lumière la relation plus large des sites avec leur contexte et leur environnement social, culturel, historique et naturel.

1. L'interprétation devrait explorer la signification d'un site sous tous ses aspects: historique, politique, spirituel et artistique. Elle devrait prendre en considération toutes les valeurs culturelles, sociales et environnementales du site.

2. L'interprétation publique d'un site culturel patrimonial devrait dater avec précision et faire la distinction entre les phases successives et les influences subies au cours de son évolution. Les différents apports historiques à la signification d'un site devraient être respectés.

3. L'interprétation devrait également prendre en considération tous les groupes qui ont contribué à la signification historique et culturelle du site.

4. Les paysages alentours, l'environnement naturel et le cadre géographique font partie intégrante des valeurs historiques et culturelles d'un site et, en tant que tels, devraient être pris en considération dans son interprétation.

5. Les éléments immatériels d'un site patrimonial, tels que les traditions culturelles et spirituelles, les récits, la musique, la danse, le théâtre, la littérature, les arts visuels, les coutumes locales et le patrimoine culinaire devraient être pris en compte dans son interprétation.

6. La signification transculturelle des sites patrimoniaux ainsi que la coexistence des différents points de vue qui s'appuient sur la recherche, des faits anciens ou sur des traditions vivantes devraient se retrouver dans la formulation des programmes interprétatifs.

Principle 4:
Authenticity

The Interpretation and presentation of cultural heritage sites must respect the basic tenets of authenticity in the spirit of the Nara Document (1994).

1. Authenticity is a concern relevant to human communities as well as material remains. The design of a heritage interpretation programme should respect the traditional social functions of the site and the cultural practices and dignity of local residents and associated communities.

2. Interpretation and presentation should contribute to the conservation of the authenticity of a cultural heritage site by communicating its significance without adversely impacting its cultural values or irreversibly altering its fabric.

3. All visible interpretive infrastructures (such as kiosks, walking paths, and information panels) must be sensitive to the character, setting and the cultural and natural significance of the site, while remaining easily identifiable.

4. On-site concerts, dramatic performances, and other interpretive programmes must be carefully planned to protect the significance and physical surroundings of the site and minimise disturbance to the local residents.

Principe 4 :
Authenticité

L'interprétation et la présentation des sites patrimoniaux doivent respecter leur authenticité dans l'esprit de la Déclaration de Nara (1994)

1. L'authenticité concerne aussi bien les communautés humaines que les vestiges matériels. La conception d'un programme d'interprétation patrimoniale devrait respecter les fonctions sociales traditionnelles d'un site, les pratiques culturelles et la dignité des résidents et des communautés associées.

2. L'interprétation et la présentation devraient contribuer à la conservation de l'authenticité d'un site culturel patrimonial par la communication de sa signification, sans avoir d'incidences adverses sur ses valeurs culturelles ou des altérations physiques irréversibles.

3. Tous les équipements et services d'interprétation visibles (tels que kiosques, sentiers, panneaux d'information) doivent s'intégrer harmonieusement dans le site, respecter son caractère, son environnement et ses valeurs culturelles et naturelles, tout en étant facilement repérables.

4. Les concerts *in situ*, les représentations théâtrales et autres programmes d'interprétation doivent être planifiés avec prudence pour protéger la signification du site et l'environnement physique et de minimiser les troubles à l'encontre des résidents voisins.

Principle 5:
Sustainability

The interpretation plan for a cultural heritage site must be sensitive to its natural and cultural environment, with social, financial, and environmental sustainability among its central goals.

1. The development and implementation of interpretation and presentation programmes should be an integral part of the overall planning, budgeting, and management process of cultural heritage sites.

2. The potential effect of interpretive infrastructure and visitor numbers on the cultural value, physical characteristics, integrity, and natural environment of the site must be fully considered in heritage impact assessment studies.

3. Interpretation and presentation should serve a wide range of conservation, educational and cultural objectives. The success of an interpretive programme should not be evaluated solely on the basis of visitor attendance figures or revenue.

4. Interpretation and presentation should be an integral part of the conservation process, enhancing the public's awareness of specific conservation problems encountered at the site and explaining the efforts being taken to protect the site's physical integrity and authenticity.

5. Any technical or technological elements selected to become a permanent part of a site's interpretive infrastructure should be designed and constructed in

Principe 5 :
Caractère durable

Le plan d'interprétation d'un site patrimonial doit être attentif à son environnement culturel et naturel. Son caractère durable à long terme est un objectif majeur, aux plans sociaux, financiers et environnementaux.

1. L'élaboration et la mise en œuvre d'un programme d'interprétation et de présentation devraient relever à part entière du plan général de programmation et de gestion d'un site patrimonial.

2. L'incidence possible d'un équipement d'interprétation et d'une fréquentation par de nombreux visiteurs sur les valeurs culturelles, les caractéristiques physiques, l'intégrité et l'environnement naturel d'un site fera l'objet d'études préalables approfondies.

3. L'interprétation et la présentation devraient servir un large éventail d'objectifs éducatifs et culturels. L'accroissement du nombre de visiteurs et des recettes de fréquentation ne devrait pas être le seul critère de succès d'un programme d'interprétation.

4. L'interprétation et la présentation devraient faire partie intégrante du processus de conservation, accroissant la conscience du public pour les problèmes de conservation rencontrés sur le site et expliquant les efforts faits pour protéger l'intégrité physique du site.

5. Tout élément technique ou technologique choisi pour être un élément permanent de l'infrastructure d'interprétation d'un site devrait être conceptualisé et construit de manière à assurer une maintenance

a manner that will ensure effective and regular maintenance.

6. Interpretive programmes should aim to provide equitable and sustainable economic, social, and cultural benefits to all stakeholders through education, training and employment opportunities in site interpretation programmes.

Principle 6:
Inclusiveness

The Interpretation and Presentation of cultural heritage sites must be the result of meaningful collaboration between heritage professionals, host and associated communities, and other stakeholders.

1. The multidisciplinary expertise of scholars, community members, conservation experts, governmental authorities, site managers and interpreters, tourism operators, and other professionals should be integrated in the formulation of interpretation and presentation programmes.

2. The traditional rights, responsibilities, and interests of property owners and host and associated communities should be noted and respected in the planning of site interpretation and presentation programmes.

3. Plans for expansion or revision of interpretation and presentation programmes should be open for public comment and involvement. It is the right and responsibility of all to make their opinions and perspectives known.

4. Because the question of intellectual property and traditional cultural rights is especially relevant to the interpretation process and its expression in various communication media (such as on-site multimedia presentations, digital media, and printed materials), legal ownership and right to use images, texts, and other interpretive materials should be discussed, clarified, and agreed in the planning process.

Principle 7:
Research, Training, and Evaluation

Continuing research, training, and evaluation are essential components of the interpretation of a cultural heritage site.

1. The interpretation of a cultural heritage site should not be considered to be completed with the completion of a specific interpretive infrastructure. Continuing research and consultation are important to furthering the understanding and appreciation of a site's significance. Regular review should be an integral element in every heritage interpretation programme.

2. The interpretive programme and infrastructure should be designed and constructed in a way that facilitates ongoing content revision and/or expansion.

3. Interpretation and presentation programmes and their physical impact on a site should be continuously

efficace et régulière.

6. Les programmes d'interprétation devraient chercher à apporter un bénéfice juste et durable aux acteurs à travers l'éducation, la formation et la création d'emploi dans des programmes d'interprétation de sites.

Principe 6 :
Participation

L'interprétation et la présentation des sites culturels patrimoniaux doivent être le résultat d'une collaboration efficace entre professionnels du patrimoine, communautés associées et autres acteurs.

1. L'expertise pluridisciplinaire des chercheurs, des experts en conservation, des autorités publiques, des gestionnaires et des interprètes de sites, des opérateurs touristiques et autres professionnels devraient être intégrée dans la formulation de programmes d'interprétation et de présentation.

2. Les droits traditionnels, les responsabilités et les intérêts des propriétaires et des communautés associées devraient être pris en compte et respectés dans l'élaboration des programmes d'interprétation et de présentation des sites.

3. Les projets d'expansion ou de révision des programmes d'interprétation et de présentation devraient être ouverts aux commentaires et à une implication du public. Chacun a le droit et la responsabilité de faire connaître ses opinions et ses perspectives.

4. En raison de l'importance de la propriété intellectuelle et des droits culturels traditionnels dans les démarches d'interprétation et du recours aux divers media (tels que les présentations multi media *in situ,* les supports électroniques et les imprimés), la propriété légale et le droit d'usage des images, textes et autres documents d'interprétation devraient être discutés, clarifiés et approuvés dans le processus de programmation.

Principe 7 :
Recherche, Formation et Evaluation

L'interprétation des sites patrimoniaux est une entreprise progressive et évolutive de compréhension et d'explication, qui requiert des activités continues de recherche, de formation et d'évaluation.

1. L'interprétation d'un site ne devrait pas être considérée comme aboutie au moment de la mise en fonction d'un équipement et de services d'interprétation spécifiques. Il importe qu'une recherche et des consultations continues fassent progresser la compréhension et l'appréciation des valeurs d'un site : elles devraient être des activités inhérentes à tout programme d'interprétation du patrimoine.

2. Les programmes et les équipements d'interprétation devraient être conçus et réalisés de manière à faciliter la révision de leur contenu et / ou leur expansion.

3. Un suivi permanent et une évaluation continue sont nécessaires pour analyser les programmes

monitored and evaluated, and periodic changes made on the basis of both scientific and scholarly analysis and public feedback. Visitors and members of associated communities as well as heritage professionals should be involved in this evaluation process.	d'interprétation et de présentation et leur incidence physique, sur base d'une analyse scientifique et des réactions du public. Les visiteurs et les membres des communautés associées, aussi bien que les professionnels du patrimoine, devraient être associés à ces démarches d'évaluation.
4. Every interpretation programme should be considered as an educational resource for people of all ages. Its design should take into account its possible uses in school curricula, informal and lifelong learning programmes, communications and information media, special activities, events, and seasonal volunteer involvement.	**4.** Chaque programme d'interprétation et de présentation devrait être considéré comme une ressource éducative pour personne de tout âge. Sa conception devrait être prise en considération dans son usage possible dans les programmes scolaires, dans des programmes d'études informelles et des programmes d'éducation et de formation tout au long de la vie dans les média de communication incluant l'Internet, les activités spécifiques, les événements et l'implication saisonnière des volontaires.
5. The training of qualified professionals in the specialised fields of heritage interpretation and presentation, such as content creation, management, technology, guiding, and education, is a crucial objective. In addition, basic academic conservation programmes should include a component on interpretation and presentation in their courses of study.	**5** La formation de professionnels qualifiés dans les domaines spécialisés de l'interprétation patrimoniale, comme la création de contenus, la gestion, les nouvelles technologies, les visites guidées et l'éducation, est un objectif essentiel. Par ailleurs, les programmes académiques de base en matière de conservation devraient inclure des modules de formation à l'interprétation et la présentation.
6. On-site training programmes and courses should be developed with the objective of updating and informing heritage and interpretation staff of all levels and associated and host communities of recent developments and innovations in the field.	**6** Des programmes de cours et de formation devraient être proposés, sur le site même, en vue de la formation continue et du perfectionnement du personnel chargé de la gestion du site et de son interprétation ainsi que des communautés associées et locales, ceci, afin de suivre les progrès et les innovations dans le domaine.
7. International cooperation and sharing of experience are essential to developing and maintaining standards in interpretation methods and technologies. To that end, international conferences, workshops and exchanges of professional staff as well as national and regional meetings should be encouraged. These will provide an opportunity for the regular sharing of information about the diversity of interpretive approaches and experiences in various regions and cultures.	**7.** La coopération internationale et le partage d'expérience sont essentiels à l'élaboration et au maintien de normes dans les méthodes et les techniques d'interprétation. A ces fins, il conviendrait d'encourager l'organisation de conférences internationales, d'ateliers, de réunions au niveau national et local et l'échange des professionnels. Ceci afin d'offrir la possibilité d'un partage régulier d'informations sur la diversité des approches et des expériences d'interprétation dans les diverses régions et cultures du monde.

The Burra Charter

(The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance)

Preamble

Considering the International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites (Venice 1964), and the Resolutions of the 5th General Assembly of the International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) (Moscow 1978), the Burra Charter was adopted by Australia ICOMOS (the Australian National Committee of ICOMOS) on 19 August 1979 at Burra, South Australia. Revisions were adopted on 23 February 1981, 23 April 1988 and 26 November 1999.

The Burra Charter provides guidance for the conservation and management of places of cultural significance (cultural heritage places), and is based on the knowledge and experience of Australia ICOMOS members.

Conservation is an integral part of the management of places of cultural significance and is an ongoing responsibility.

Who is the Charter for?

The Charter sets a standard of practice for those who provide advice, make decisions about, or undertake works to places of cultural significance, including owners, managers and custodians.

Using the Charter

The Charter should be read as a whole. Many articles are interdependent. Articles in the Conservation Principles section are often further developed in the Conservation Processes and Conservation Practice sections. Headings have been included for ease of reading but do not form part of the Charter.

The Charter is self-contained, but aspects of its use and application are further explained in the following Australia ICOMOS documents:

- Guidelines to the Burra Charter: Cultural Significance;
- Guidelines to the Burra Charter: Conservation Policy;
- Guidelines to the Burra Charter: Procedures for Undertaking Studies and Reports;
- Code on the Ethics of Coexistence in Conserving Significant Places.

What places does the Charter apply to?

The Charter can be applied to all types of places of cultural significance including natural, indigenous and historic places with cultural values.

The standards of other organisations may also be relevant. These include the Australian Natural Heritage Charter and the Draft Guidelines for the Protection, Management and Use of Aboriginal and Torres Strait Islander Cultural Heritage Places.

Why conserve?

Places of cultural significance enrich people's lives, often providing a deep and inspirational sense of connection to community and landscape, to the past and to lived experiences. They are historical records, that are important as tangible expressions of Australian identity and experience. Places of cultural significance reflect the diversity of our communities, telling us about who we are and the past that has formed us and the Australian landscape. They are irreplaceable and precious.

These places of cultural significance must be conserved for present and future generations.

The Burra Charter advocates a cautious approach to change: do as much as necessary to care for the place and to make it useable, but otherwise change it as little as possible so that its cultural significance is retained.

Articles

Explanatory Notes

Article 1. Definitions

For the purposes of this Charter:

1.1 *Place* means site, area, land, landscape, building or other work, group of buildings or other works, and may include components, contents, spaces and views.

The concept of place should be broadly interpreted. The elements described in Article 1.1 may include memorials, trees, gardens, parks, places of historical events, urban areas, towns, industrial places, archaeological sites and spiritual and religious places.

1.2 *Cultural significance* means aesthetic, historic, scientific, social or spiritual value for past, present or future generations.

Cultural significance is embodied in the *place* itself, its *fabric, setting, use, associations, meanings*, records, *related places* and *related objects.*

Places may have a range of values for different individuals or groups.

The term cultural significance is synonymous with heritage significance and cultural heritage value.

Cultural significance may change as a result of the continuing history of the place.

Understanding of cultural significance may change as a result of new information.

1.3 *Fabric* means all the physical material of the *place* including components, fixtures, contents, and objects.

Fabric includes building interiors and sub-surface remains, as well as excavated material.

Fabric may define spaces and these may be important elements of the significance of the place.

1.4 *Conservation* means all the processes of looking after a *place* so as to retain its *cultural significance.*

1.5 *Maintenance* means the continuous protective care of the *fabric* and *setting* of a *place,* and is to be distinguished from repair. Repair involves restoration or reconstruction.

The distinctions referred to, for example in relation to roof gutters, are:

- maintenance — regular inspection and cleaning of gutters;
- repair involving restoration — returning of dislodged gutters;
- repair involving reconstruction — replacing decayed gutters.

1.6 *Preservation* means maintaining the *fabric* of a *place* in its existing state and retarding deterioration.

It is recognised that all places and their components change over time at varying rates.

1.7 *Restoration* means returning the existing *fabric* of a *place* to a known earlier state by removing accretions or by reassembling existing components without the introduction of new material.

1.8 *Reconstruction* means returning a *place* to a known earlier state and is distinguished from *restoration* by the introduction of new material into the *fabric.*

New material may include recycled material salvaged from other places. This should not be to the detriment of any place of cultural significance.

1.9 *Adaptation* means modifying a *place* to suit the existing use or a proposed use.

1.10 *Use* means the functions of a place, as well as the activities and practices that may occur at the place.

1.11 *Compatible* use means a use which respects the *cultural significance* of a *place.* Such a use involves no, or minimal, impact on cultural significance.

1.12 *Setting* means the area around a *place,* which may include the visual catchment.

1.13 *Related place* means a place that contributes to the *cultural significance* of another place.

Articles

Explanatory Notes

1.14 *Related object* means an object that contributes to the *cultural significance* of a *place* but is not at the place.

1.15 *Associations* mean the special connections that exist between people and a *place.*

Associations may include social or spiritual values and cultural responsibilities for a place.

1.16 *Meanings* denote what a *place* signifies, indicates, evokes or expresses.

Meanings generally relate to intangible aspects such as symbolic qualities and memories.

1.17 *Interpretation* means all the ways of presenting the *cultural significance* of a *place.*

Interpretation may be a combination of the treatment of the fabric (e.g. maintenance, restoration, reconstruction); the use of and activities at the place; and the use of introduced explanatory material.

Conservation Principles

Article 2. Conservation and management

2.1 *Places* of *cultural significance* should be conserved.

2.2 The aim of *conservation* is to retain the *cultural significance* of a *place.*

2.3 *Conservation* is an integral part of good management of *places* of *cultural significance*.

2.4 *Places* of *cultural significance* should be safeguarded and not put at risk or left in a vulnerable state.

Article 3. Cautious approach

3.1 *Conservation* is based on a respect for the existing *fabric, use, associations* and *meanings.* It requires a cautious approach of changing as much as necessary but as little as possible.

The traces of additions, alterations and earlier treatments to the fabric of a place are evidence of its history and uses which may be part of its significance. Conservation action should assist and not impede their understanding.

3.2 Changes to a *place* should not distort the physical or other evidence it provides, nor be based on conjecture.

Article 4. Knowledge, skills and techniques

4.1 *Conservation* should make use of all the knowledge, skills and disciplines which can contribute to the study and care of the *place.*

4.2 Traditional techniques and materials are preferred for the *conservation* of significant *fabric.* In some circumstances modern techniques and materials which offer substantial conservation benefits may be appropriate.

The use of modern materials and techniques must be supported by firm scientific evidence or by a body of experience.

Articles

Explanatory Notes

Article 5. Values

5.1 *Conservation* of a *place* should identify and take into consideration all aspects of cultural and natural significance without unwarranted emphasis on any one value at the expense of others.

Conservation of places with natural significance is explained in the Australian Natural Heritage Charter. This Charter defines natural significance to mean the importance of ecosystems, biological diversity and geodiversity for their existence value, or for present or future generations in terms of their scientific, social, aesthetic and life-support value.

5.2 Relative degrees of *cultural significance* may lead to different *conservation* actions at a place.

A cautious approach is needed, as understanding of cultural significance may change. This article should not be used to justify actions which do not retain cultural significance.

Article 6. Burra Charter process

6.1 The *cultural significance* of a *place* and other issues affecting its future are best understood by a sequence of collecting and analysing information before making decisions. Understanding cultural significance comes first, then development of policy and finally management of the place in accordance with the policy.

The Burra Charter process, or sequence of investigations, decisions and actions, is illustrated in the accompanying flowchart.

6.2 The policy for managing a place must be *based* on an understanding of its *cultural significance.*

6.3 Policy development should also include consideration of other factors affecting the future of a *place* such as the owner's needs, resources, external constraints and its physical condition.

Article 7. Use

7.1 Where the *use* of a place is of *cultural significance* it should be retained.

7.2 A *place* should have a *compatible* use.

The policy should identify a use or combination of uses or constraints on uses that retain the cultural significance of the place. New use of a place should involve minimal change, to significant fabric and use; should respect associations and meanings; and where appropriate should provide for continuation of practices which contribute to the cultural significance of the place.

Article 8. Setting

Conservation requires the retention of an appropriate visual *setting* and other relationships that contribute to the *cultural significance* of the *place.*

New construction, demolition, intrusions or other changes which would adversely affect the setting or relationships are not appropriate.

Aspects of the visual setting may include use, siting, bulk, form, scale, character, colour, texture and materials.

Other relationships, such as historical connections, may contribute to interpretation, appreciation, enjoyment or experience of the place.

Articles

Explanatory Notes

Article 9. Location

9.1 The physical location of a *place* is part of its *cultural significance*. A building, work or other component of a place should remain in its historical location. Relocation is generally unacceptable unless this is the sole practical means of ensuring its survival.

9.2 Some buildings, works or other components of *places* were designed to be readily removable or already have a history of relocation. Provided such buildings, works or other components do not have significant links with their present location, removal may be appropriate.

9.3 If any building, work or other component is moved, it should be moved to an appropriate location and given an appropriate use. Such action should not be to the detriment of any *place* of *cultural significance*.

Article 10. Contents

Contents, fixtures and objects which contribute to the *cultural significance* of a *place* should be retained at that place. Their removal is unacceptable unless it is: the sole means of ensuring their security and *preservation;* on a temporary basis for treatment or exhibition; for cultural reasons; for health and safety; or to protect the place. Such contents, fixtures and objects should be returned where circumstances permit and it is culturally appropriate.

Article 11. Related places and objects

The contribution which *related places* and *related objects* make to the *cultural significance* of the *place* should be retained.

Article 12. Participation

Conservation, interpretation and management of a *place* should provide for the participation of people for whom the place has special *associations* and *meanings,* or who have social, spiritual or other cultural responsibilities for the place.

Article 13. Co-existence of cultural values

Co-existence of cultural values should be recognised, respected and encouraged, especially in cases where they conflict.

For some places, conflicting cultural values may affect policy development and management decisions. In this article, the term cultural values refers to those beliefs which are important to a cultural group, including but not limited to political, religious, spiritual and moral beliefs. This is broader than values associated with cultural significance.

Conservation Processes

Article 14. Conservation processes

Conservation may, according to circumstance, include the processes of: retention or reintroduction of a *use;* retention of *associations* and *meanings; maintenance, preservation, restoration, reconstruction, adaptation* and *interpretation;* and will commonly include a combination of more than one of these.

There may be circumstances where no action is required to achieve conservation.

Article 15. Change

15.1 Change may be necessary to retain *cultural significance*, but is undesirable where it reduces cultural significance. The amount of change to a *place* should be guided by the *cultural significance* of the place and its appropriate *interpretation.*

When change is being considered, a range of options should be explored to seek the option which minimises the reduction of cultural significance.

15.2 Changes which reduce *cultural significance* should be reversible, and be reversed when circumstances permit.

Reversible changes should be considered temporary. Non-reversible change should only be used as a last resort and should not prevent future conservation action.

15.3 Demolition of significant *fabric* of a *place* is generally not acceptable. However, in some cases minor demolition may be appropriate as part of *conservation.* Removed significant fabric should be reinstated when circumstances permit.

15.4 The contributions of all aspects of *cultural significance* of a *place* should be respected. If a place includes *fabric, uses, associations* or *meanings* of different periods, or different aspects of cultural significance, emphasising or interpreting one period or aspect at the expense of another can only be justified when what is left out, removed or diminished is of slight cultural significance and that which is emphasised or interpreted is of much greater cultural significance.

Article 16. Maintenance

Maintenance is fundamental to *conservation* and should be undertaken where *fabric* is of *cultural significance* and its maintenance is necessary to retain that *cultural significance.*

Articles

Explanatory Notes

Article 17. Preservation

Preservation is appropriate where the existing *fabric* or its condition constitutes evidence of *cultural significance*, or where insufficient evidence is available to allow other *conservation* processes to be carried out.

Preservation protects fabric without obscuring the evidence of its construction and use. The process should always be applied:

- where the evidence of the fabric is of such significance that it should not be altered;
- where insufficient investigation has been carried out to permit policy decisions to be taken in accord with Articles 26 to 28.

New work (e.g. stabilisation) may be carried out in association with preservation when its purpose is the physical protection of the fabric and when it is consistent with Article 22.

Article 18. Restoration and reconstruction

Restoration and *reconstruction* should reveal culturally significant aspects of the *place.*

Article 19. Restoration

Restoration is appropriate only if there is sufficient evidence of an earlier state of the *fabric.*

Article 20. Reconstruction

20.1 *Reconstruction* is appropriate only where a *place* is incomplete through damage or alteration, and only where there is sufficient evidence to reproduce an earlier state of the *fabric.* In rare cases, reconstruction may also be appropriate as part of a use or practice that retains the *cultural significance* of the place.

20.2 *Reconstruction* should be identifiable on close inspection or through additional *interpretation.*

Article 21. Adaptation

21.1 *Adaptation* is acceptable only where the adaptation has minimal impact on the *cultural significance* of the place.

Adaptation may involve the introduction of new services, or a new use, or changes to safeguard the place.

21.2 *Adaptation* should involve minimal change to significant fabric, achieved only after considering alternatives.

Article 22. New work

22.1 New work such as additions to the *place* may be acceptable where it does not distort or obscure the *cultural significance* of the place, or detract from its *interpretation* and appreciation.

New work may be sympathetic if its siting, bulk, form, scale, character, colour, texture and material are similar to the existing fabric, but imitation should be avoided.

22.2 New work should be readily identifiable as such.

Articles

Explanatory Notes

Article 23. Conserving use

Continuing, modifying or reinstating a significant *use* may be appropriate and preferred forms of *conservation.*

These may require changes to significant fabric but they should be minimised. In some cases, continuing a significant use or practice may involve substantial new work.

Article 24. Retaining associations and meanings

24.1 Significant *associations* between people and a *place* should be respected, retained and not obscured. Opportunities for the *interpretation,* commemoration and celebration of these associations should be investigated and implemented.

For many places associations will be linked to use.

24.2 Significant *meanings,* including spiritual values, of a *place* should be respected. Opportunities for the continuation or revival of these meanings should be investigated and implemented.

Article 25. Interpretation

The *cultural significance* of many places is not readily apparent, and should be explained by *interpretation.* Interpretation should enhance understanding and enjoyment, and be culturally appropriate.

Conservation Practice

Article 26. Applying the Burra Charter process

26.1 Work on a *place* should be preceded by studies to understand the place which should include analysis of physical, documentary, oral and other evidence, drawing on appropriate knowledge, skills and disciplines.

The results of studies should be up to date, regularly reviewed and revised as necessary.

26.2 Written statements of *cultural significance* and policy for the *place* should be prepared, justified and accompanied by supporting evidence. The statements of significance and policy should be incorporated into a management plan for the place.

Statements of significance and policy should be kept up to date by regular review and revision as necessary. The management plan may deal with other matters related to the management of the place.

26.3 Groups and individuals with *associations* with a place as well as those involved in its management should be provided with opportunities to contribute to and participate in understanding the *cultural significance* of the place. Where appropriate they should also have opportunities to participate in its *conservation* and management.

Article 27. Managing change

27.1 The impact of proposed changes on the *cultural significance* of a *place* should be analysed with reference to the statement of significance and the policy for managing the place. It may be necessary to modify proposed changes following analysis to better retain cultural significance.

27.2 Existing *fabric, use, associations* and *meanings* should be adequately recorded before any changes are made to the *place.*

Articles

Explanatory Notes

Article 28. Disturbance of fabric

28.1 Disturbance of significant *fabric* for study, or to obtain evidence, should be minimised. Study of a *place* by any disturbance of the fabric, including archaeological excavation, should only be undertaken to provide data essential for decisions on the *conservation* of the place, or to obtain important evidence about to be lost or made inaccessible.

28.2 Investigation of a *place* which requires disturbance of the *fabric,* apart from that necessary to make decisions, may be appropriate provided that it is consistent with the policy for the place. Such investigation should be based on important research questions which have potential to substantially add to knowledge, which cannot be answered in other ways and which minimises disturbance of significant fabric.

Article 29. Responsibility for decisions

The organisations and individuals responsible for management decisions should be named and specific responsibility taken for each such decision.

Article 30. Direction, supervision and implementation

Competent direction and supervision should be maintained at all stages, and any changes should be implemented by people with appropriate knowledge and skills.

Article 31. Documenting evidence and decisions

A log of new evidence and additional decisions should be kept.

Article 32. Records

32.1 The records associated with the *conservation* of a *place* should be placed in a permanent archive and made publicly available, subject to requirements of security and privacy, and where this is culturally appropriate.

32.2 Records about the history of a *place* should be protected and made publicly available, subject to requirements of security and privacy, and where this is culturally appropriate.

Article 33. Removed fabric

Significant *fabric* which has been removed from a *place* including contents, fixtures and objects, should be catalogued, and protected in accordance with its *cultural significance.*

Where possible and culturally appropriate, removed significant fabric including contents, fixtures and objects, should be kept at the place.

Article 34. Resources

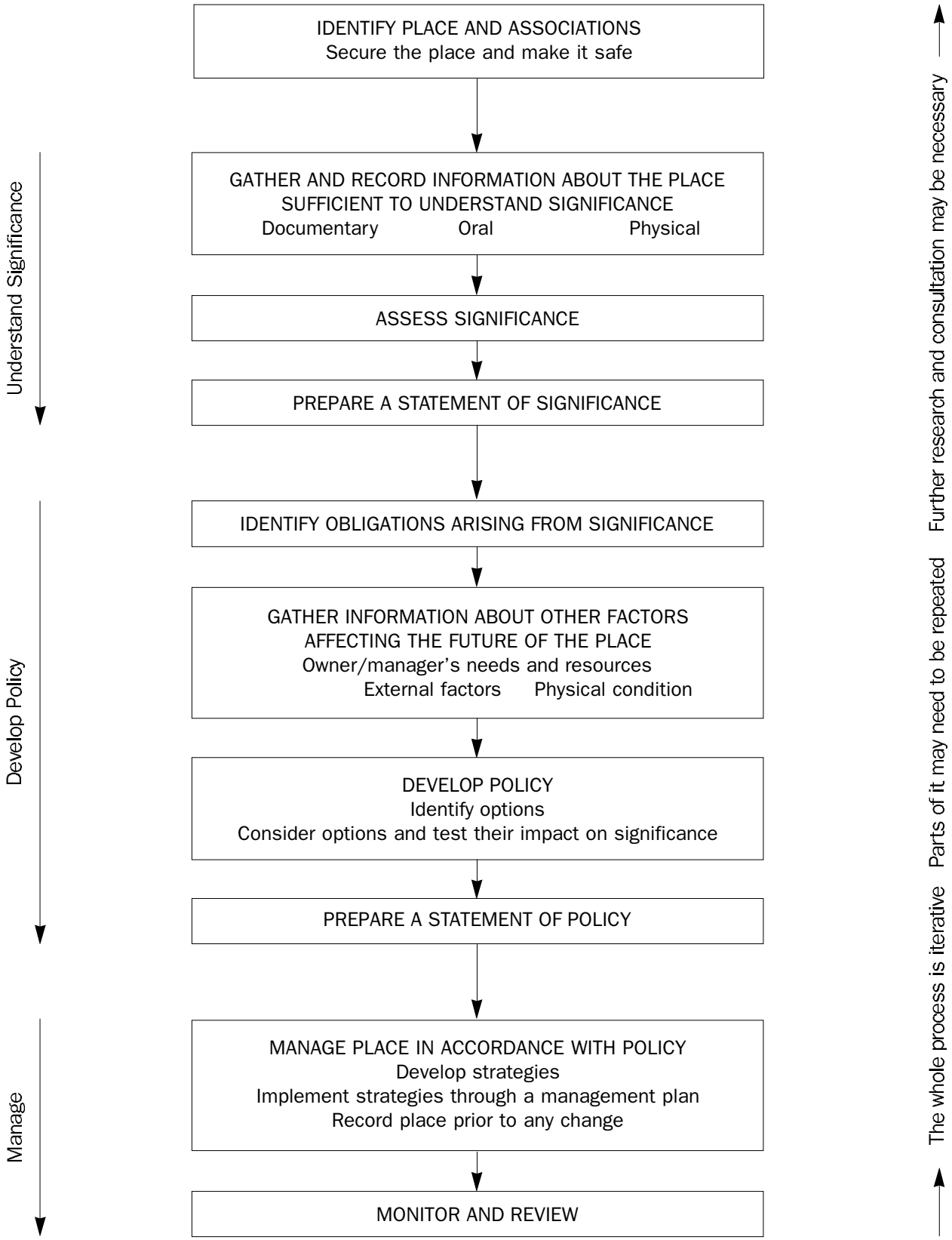
Adequate resources should be provided for conservation.

Words in italics are defined in Article 1.

The best conservation often involves the least work and can be inexpensive.

The Burra Charter Process

Sequence of investigations, decisions and actions



ÉVORA
PLANO DE USO PUBLICO

TERMOS DE REFERÊNCIA

Acordo estabelecido entre os seus subscritores, com o objetivo de desenvolver e aplicar um Plano de Uso Publico para Évora, estabelecendo as respetivas espectativas e responsabilidades partilhadas.

PRESSUPOSTOS

Este documento foi construído tendo em atenção os seguintes pressupostos:

1. Évora é uma cidade, inscrita na lista do património mundial em 25 de Novembro de 1986, sendo capital de um território onde se podem encontrar um conjunto vasto de vestígios e elementos de elevado interesse e importância sob o ponto de vista cultural, patrimonial e turístico;
2. A gestão do sítio, confinado ao Centro Histórico, é partilhada com outras entidades, a diferentes níveis e responsabilidades, mas todas elas parte integrante deste acordo;
3. Por outro lado, também a oferta cultural, patrimonial e turística disponível é disponibilizada por diferentes parceiros, pelo que qualquer decisão respeitante à sua gestão terá de ter em atenção esse aspeto;
4. Neste contexto, a gestão financeira possível será aquela que resultar do compromisso de todos e cada um dos parceiros em prol dos projetos definidos e acordados, não pondo de parte a possibilidade de aceder a fundos disponíveis, através de candidaturas ou outros meios que se venham a revelar possíveis e interessantes;
5. Os destinatários que a aplicação desta metodologia visa alcançar são os visitantes, sendo que por visitante se entende o que visita, o que naturalmente inclui os habitantes e os forasteiros;
6. Da aplicação do Plano de Uso Publico, se esperam reflexos relevantes no dia-a-dia dos habitantes da cidade de Évora e de uma forma mais alargada na população do concelho, quer pela presumível redução de possíveis impactos negativos do Turismo, quer pela facilitação no acesso ao usufruto do património cultural, quer ainda pelo possível aumento do reconhecimento público da cidade e da importância do seu património;
7. O desenvolvimento desta metodologia conta com a assistência técnica da UNESCO / Turismo de Portugal, durante a construção e implementação da versão 1.0 até outubro de 2012 e após este período com a colaboração benévola do consultor Sr. Jon Kohl;
8. A participação ativa dos parceiros (que se entende como "parceria" nos termos da escala de participação) na construção / implementação da metodologia é considerada um fator crítico preponderante de sucesso.

PRINCÍPIOS

O Plano de Uso Publico de Évora será baseado em propósitos de conservação dos recursos mais relevantes; identificando valores culturais, patrimoniais, históricos, arquitetónicos, educacionais, sociais e económicos; garantindo as condições essenciais para a manutenção do estatuto de património mundial.

Tal desiderato implica um esforço de colaboração e de união de esforços entre todas as entidades parceiras e sectores de atividade envolvidos.
Isto pressupõe:

1. O respeito pelos documentos reguladores aprovados, e em vigor, nomeadamente: o Plano Diretor Municipal, o Plano de Urbanização;
2. O Plano de Uso Publico será articulado com o Plano de Gestão;
3. De igual modo se procederá em relação aos restantes instrumentos de regulação e/ou proteção em desenvolvimento, como a Zona Especial de Proteção (Zona Tampão) do Centro Histórico e o Plano de Salvaguarda.

POLÍTICAS GERAIS

1. Promover, facilitar e participar no desenvolvimento do turismo sustentável, tendo por base uma administração, planeamento e gestão responsáveis, e utilizando critérios e processos de tomada de decisão compatíveis com as políticas de conservação de recursos naturais e culturais;
2. Elaborar todo o tipo de materiais de apoio científico e técnico à conservação dos recursos protegidos do sítio;
3. Manter equilibradas as exigências de conservação e as de visita ao sítio;
4. Contribuir para o desenvolvimento económico das comunidades residentes através da promoção do turismo sustentável;
5. Desenvolver o compromisso e o sentido de pertença de todas as partes interessadas do sítio para melhorar a sua gestão e proteção.

OBJETIVOS

1. Estabelecer programas de acolhimento turístico que garantam a conformidade com a mais correta gestão dos visitantes e com os objetivos de desenvolvimento;
2. Promover, facilitar e apoiar os esforços da comunidade em prol de atividades turísticas que incentivem a conservação, valorização e a utilização responsável dos recursos patrimoniais;
3. Estabelecer e reforçar os canais de comunicação e a coordenação entre entidades para o desenvolvimento da atividade turística;
4. Promover e estabelecer infraestruturas adequadas aos visitantes e disponibilizar as informações e logísticas necessárias para que estes possam compreender o sítio e desfrutar o património cultural;
5. Efetuar o controlo permanente para recolher indicadores claros e atualizados do estado dos serviços oferecidos aos visitantes, por forma a facilitar a tomada de decisões adequadas à melhoria da gestão.
6. Promover o turismo de forma que as informações prestadas sejam precisas, atuais e fundadas em objetivos de conservação e utilização responsável dos recursos naturais e culturais.
7. Consolidar práticas de trabalho em comum com os parceiros identificados e subscritores deste documento.

METODOLOGIA

De forma a alcançar os objetivos previstos, é definido o seguinte cronograma de ações a empreender, assumindo as datas propostas como limite para a conclusão das respetivas tarefas:

1.Módulo 1: Aprovar os Termos de Referência	30 Outubro 2012
2.Módulo 2: Definição das mensagens	30 Outubro 2012
3.Módulo 3: Diretório de Atrações Turísticas	30 Outubro 2012
4.**Módulo** 4: Mapeamento de Zonas e Sectores	30 Novembro 2012
5. Módulo 5: Produtos de Uso Publico	30 Dezembro 2012
6.Módulo 6: Consulta Pública	30 Janeiro 2013
Primeira Revisão dos Resultados	30 Fevereiro 2013
7.Módulo 7: Plano de Monitorização	30 Março 2013
8.Módulo 8: Reg. / Acordo de funcionamento	30 Março 2013
9.Módulo 9: Calendário de Atividades	30 Abril 2013
10.Módulo 10: Plano Financeiro	30 Abril 2013
Segunda Revisão dos Resultados	31 Maio 2013
11. Módulo 11: Preparação para a Implementação	31 Junho 2013
12. Plano de Uso Publico - Versão 1.0	31.Julho 2013
13. Aprovação e lançamento "On line"	Setembro 2013
14. Inauguração do PUP Versão 1.0	

COMUNIDADES ESTRATÉGICAS

As comunidades estratégicas a envolver serão.

1. Os habitantes do Centro Histórico de Évora;
2. As pessoas que têm a sua atividade diária no Centro Histórico (comerciantes, hoteleiros/empresários, trabalhadores no comércio e serviços, etc.);

PARTICIPANTES NOS MÓDULOS

1. Os parceiros identificados, interventores no desenvolvimento da metodologia e na sua aplicação;
2. A equipa técnica nomeada para o desenvolvimento do projeto;

RESPONSABILIDADES

Câmara Municipal de Évora

1. Correspondendo ao convite da UNESCO e do Turismo de Portugal, liderar o processo de implementação da metodologia "Public Use Plan", garantindo a necessária coordenação e monotorização da mesma;
2. Providenciar as condições técnicas, logísticas e administrativas necessárias à implementação e desenvolvimento do PUP;
3. Disponibilizar apoio técnico e facilidades administrativas, como definido no capítulo relativo às questões logísticas, em colaboração com o facilitador, Sr. Jon Kohl;

4. Desenvolver, planear e dinamizar mecanismos de planeamento de uso público em articulação com os parceiros, no sentido de preparar um documento PUP;
5. Apresentar periodicamente à UNESCO e ao Turismo de Portugal o resultado dos trabalhos desenvolvidos e dos resultados alcançados.

Parceiros

1. Participar nos trabalhos de execução dos módulos, bem como em Workshops, ou reuniões e atividades para a preparação do PUP;
2. Integrar o calendário PUP no respetivo Plano de Atividades;
3. Ler e rever cada resultado ou produto de cada um dos módulos;
4. Propor as alterações que considerem apropriadas;
5. Aprovar os produtos de cada módulo e o Plano de Uso Público.

Eleito com responsabilidade de Direção política do projeto

1. Participar nos trabalhos de execução dos módulos, bem como em Workshops, ou reuniões e atividades para a preparação do PUP;
2. Ler e rever cada resultado ou produto de cada um dos módulos;
3. Monitorizar o processo de desenvolvimento do PUP;
4. Integrar o calendário PUP no Plano de Atividades do Município;
5. Submeter os produtos dos módulos e o Plano de Uso Público a aprovação do Sr. Presidente do Município.

No contexto da UNESCO / Turismo de Portugal

1. Os responsáveis pelo projeto providenciarão assistência técnica para o desenvolvimento do Plano de Uso Publico;
2. Após a conclusão do projeto, Jon Koll continuará a oferecer assistência técnica, remota, "pro bono" se necessário, se a cidade de Évora continuar a implementação do PUP.

Coordenação

Nomeada pelo eleito da Câmara Municipal de Évora, com responsabilidades de direção técnica do projeto, será responsável pelo planeamento, pela organização de todos os eventos, pela sua facilitação, coordenando todos os passos, compilando e distribuindo os resultados, aconselhando sobre a redação do documento, editando e produzindo documentos, redigindo os Termos de Referência e os resultados de todos e de cada um dos módulos.
Deverá fazer cumprir os prazos estabelecidos no cronograma.

Equipa Interna

Os membros da equipa, também eles nomeados pelo eleito com responsabilidades de direção política do projeto, serão responsáveis por delinearem os conteúdos do plano a ser discutidos/negociados no seio da parceria alargada. Devem participar nas reuniões, nas visitas ao terreno e na apresentação final.

COMISSÕES CONSULTIVAS

Comissão de Acompanhamento
Comissão Municipal de Arte, Arqueologia, Defesa do Património

Terão a tarefa de apreciar e dar parecer sobre o PUP

APROVAÇÃO DO PLANO DE USO PÚBLICO

A aprovação do PUP deverá ocorrer módulo a módulo, por consenso dos parceiros participantes, à medida que se conclui cada uma dessas unidades de planeamento. A aprovação final compete ao Presidente da Câmara.

Entidades parceiras:

Câmara Municipal de Évora – Presidente
Direção Regional de Cultura do Alentejo – Diretora
Universidade de Évora -
Fundação Eugénio de Almeida –
Arquidiocese de Évora –
Turismo do Alentejo – Presidente
Associação Comercial – Presidente
Associação de Diretores de Hotéis -
AGIA – Associação de Guias Interpretes –
AHRESP – Associação de Hotéis Restaurantes e Similares de Portugal –
APECATE – Associação de Empresas
Coleção B – José Alberto Ferreira
CENDREV – José Russo
Pé de Xumbo – Ana Martins
Eborae Mvsica
Associação Do Imaginário

ESTRUTURA DE APOIO LOGÍSTICO

As estruturas de apoio logístico disponibilizadas pela Câmara Municipal de Évora incluem:

- Espaço de trabalho e respetivo mobiliário;
- Sistema de projeção de imagens;
- Impressões e papel;
- Quadro informativo de gestão;
- Sala de reuniões;
- Material de escritório.

Mecanismos de trabalho interno:

- Durante o processo de planeamento, a coordenação PUP apresentará um relatório de progresso trimestral, ao eleito com responsabilidades de direção política do projeto;
- Quinzenalmente decorrerão reuniões entre os cocoordenadores e Jon Koll;
- Uma reunião de avaliação envolvendo os membros da equipa interna deverá ocorrer após a conclusão de cada módulo.
- De cada reunião de trabalho serão elaboradas atas que serão enviadas a todos os participantes e deverão ficar disponíveis "on line", através de meio a disponibilizar;
- Após a conclusão de cada module, serão enviados "drafts" ao facilitador para avaliação e problematização;
- À medida que resultados forem sendo alcançados, serão partilhados com os outros sítios piloto, com a UNESCO e o Turismo de Portugal;

QUESTÕES GERAIS

- O Plano de Uso Publico deverá ser avaliado periodicamente, pelo menos quadrimestralmente no primeiro ano e semestralmente nos anos seguintes;
- O calendário de atividades PUP, deverá ser integrado na programação de cada parceiro, na medida em que o afete;
- Com a aprovação, o PUP torna-se um documento oficial e implementável;
- Qualquer alteração as estes Termos de Referência terão que ser aprovadas pelos parceiros;
- Qualquer questão que ponha em causa estes Termos de Referência deverá ser alvo de discussão e aprovação dos abaixo assinados parceiros do PUP / Évora.

SUBSCRITORES

Câmara Municipal de Évora –
Sr Presidente
Assinatura…….. Data__/__/____

Direção Regional de Cultura do Alentejo – Diretora
Prof. Aurora Carapinha
Assinatura …….. Data__/__/____

Universidade de Évora –
Reitor
Assinatura …….. Data__/__/____

Fundação Eugénio de Almeida –
Sr.
Assinatura …….. Data__/__/____

GAPAE – Gabinete de Arquitetura e Património da Arquidiocese de Évora
Arqt.ª Estela Safara Cameirão
Assinatura …….. Data__/__/____

Turismo do Alentejo – Presidente
Dr. Ceia da Silva
Assinatura …….. Data__/__/____

Associação Comercial – Presidente
Sr.
Assinatura …….. Data__/__/____

Associação de Hotéis de Portugal
Sr
Assinatura …….. Data__/__/____

AGIA – Associação de Guias Interpretes –
Sr
Assinatura …….. Data__/__/____

AHRESP – Associação de Hotéis Restaurantes e Similares de Portugal – Sr
Assinatura …….. Data__/__/____

APECATE – Associação de Empresas
Dr.ª Ana Barbosa
Assinatura …….. Data__/__/____

Colecção B
Prof. José Alberto Ferreira
Assinatura …….. Data__/__/____

CENDREV –
José Russo
Assinatura …….. Data__/__/____

Pé de Xumbo –
Dr.ª Ana Martins
Assinatura …….. Data__/__/____

Eborae Mvsica –
Dr.ª Helena Zuber
Assinatura …….. Data__/__/____

Associação do Imaginário –
Wladimiro Garrido Guerra
Assinatura …….. Data__/__/____

TERM OF REFFERENCE
THE PREPARATION OF PUBLIC USE (PU) PLAN
IN FORT JESUS NATIONAL MONUMENT
2012-2013

This document serves as agreement between the signed parties to develop a Public Use (PU) Plan in Fort Jesus National Monument and to establish expectations and responsibilities during the preparation of the Public Use Plan in Fort Jesus National Monument.

GENERAL ASSUMPTION

The TOR was prepared with some assumptions as follows:

1. Fort Jesus WHS is an institution under the National Museums of Kenya which has the capacity to collect funds, under Public Use Planning (PUP), and reinvest the funds collected for conservation and community projects.
2. Further Fort Jesus will receive technical assistance from PUP during planning and implementation of Version 1.0 of the PUP.
3. The active involvement and participation of the stakeholders will facilitate the implementation of the PUP.

PRINCIPLES

Public Use Planning in Fort Jesus National Monument will be based on the conservation purpose of the Fort Jesus National Monument's significant resources in terms of identified values which includes historical, architectural, educational, social and economic, and to preserve and maintain its status as a UNESCO World Heritage Site. Public Use Planning in Fort Jesus National Monument will be framed within the Planning Framework which includes:-

1) The purposes of Fort Jesus National Monument,
2) Relevant laws and policies, especially the Management Plan of Fort Jesus National Monument,
3) The interpretive framework of Fort Jesus National Monument.

The Public Use Plan will be integrated into Fort Jesus National Monument's Management Plan aimed at sustainable utilization of the heritage resource and its surrounding heritage landscape for social, economic and political benefits of its communities, especially the Mombasa Old Town Community. This means that PUP will help operationalize the overall interpretation of Fort Jesus WHS which is an integral objective in the management plan.

OBJECTIVES

1. The implementation of Version 1.0 of Public Use Plan in 2012.

2. Capacity building of Fort Jesus National Monument staff, through training workshops, in the field of public use management through the involvement of representatives from all divisions which includes: Education, Administration, Finance, Procurement, Research, Audio Visual, Marketing and Conservation.
3. The establishment of a fundraising mechanism for generation and retention of funds which will be defined during the PUP process, in Fort Jesus National Monument by the end of 2012.

   The conservation fund will be used as follows:
   - To carry out site interpretation and presentation.
   - To undertake conservation works within the Fort.
   - To control erosion on the seaward section.

METHODOLOGY

In order to achieve the objectives, Public Use Planning alongside the integrated management plan (where similar objectives emerge) which is currently being implemented, will be carried out simultaneously in Fort Jesus WHS with detailed time line as follows.

1. Module 1: Planning Terms of Reference	01 May,2012
2. Module 2: Interpretative Framework	15 May,2012
3. Module 3: Directory of Touristic Attractions	30 May,2012
4. Module 4: Zones and Sectors	15 June,2012
5. Module 5: Public Use Products	15 July,2012
6. Module 6: Wider Review of Product Proposals	30 July,2012
First Review of Results	15 August,2012
7. Module 7: Monitoring Plan	22 August,2012
8. Module 8: Regulations	15 September,2012
9. Module 9: Calendar of Activities	30 September,2012
10. Module 10: Financial Plan and Fund Raising	21 October,2012
Second Review of Results	25 October,2012
11. Preparation for Implementation	25 November,2012
12. Public Use Plan Version 1.0	30 November,2012
13. PUP document approval and launching (hard copy or online)	30 November.2012
14. Inauguration of PUP Version 1.0	

STRATEGIC COMMUNITY AND MODULE PARTICIPANTS

The strategic communities who will be involved are:
1. The Mombasa Old Town Community, that forms the buffer zone of Fort Jesus WHS.
2. Other stakeholders include; relevant government departments, local municipal council, Old Town tour guides, tour operators, business entities and Friends of Fort Jesus

3. The core planning team, apart from the curator Mr. Mbarak Abdulkadir, Mr. RashidGalgalo and Mrs. Saadu Hashim, who will be involved in the planning are as follows: -
    1. Mr. Michael Mureithi – Kenya Association of Tour Operators (KATO)
    2. Ms.Marlene Raid – Friends of Fort Jesus (FOF)
    3. Mr.Al-Amin Mohamed – Old Town Representative
    4. Ms.Joyce Mwamburi – Kenya association of hotel keepers and caterers (KAHC)
    5. Mr. Raphael Igombo – Fort Jesus WHS
    6. Mr. Patrick Abungu – Fort Jesus WHS

RESPONSIBILITIES

The Organization/Management of Fort Jesus WHS

1. Provide support for the implementation and development of public use planning as an integral part of Fort Jesus National Monument management plan.
2. Provide technical support and office facility as agreed in Logistical Arrangement Section.
3. Develop and support a Public Use Planning working mechanism between Public Use Coordinator and Fort Jesus National Monument staff as decided in Logistical Arrangement.
4. Assign/establish small team of the site management/organization to work with the Public Use Coordinator to prepare the public use plan document.
5. Provide technical assistance in collaboration with PUP facilitator Mr. Jon Kohl, to develop a fund raising mechanism for conservation from public use activities in Fort Jesus National Monument.

Fort Jesus WHS Curator

1. Participate in the execution of modules, workshops or meetings and activities related to the preparation of public use plan.
2. Read and review every result or product from all of public use planning modules.
3. Monitor the process of Public Use Plan development.
4. Integrate the public use plan calendar of activities into the Fort Jesus National Monument annual operational plan.
5. Approve all products of every public use planning modules
6. Approve the document of public use plan for Fort Jesus National Monument

In the context of UNESCO/Turismo de Portugal activities

1. The Project organizers, through Mr. Jon Kohl, will provide technical assistance to develop public use plan.
2. In collaboration with site management, provide technical assistance to develop fund raising mechanism for conservation from public use activities.
3. Together with Fort Jesus Curator, review up to three (3) drafts of all products from every Public Use Planning module.
4. After conclusion of the project in October 2012, Jon will continue to offer remote technical assistance, pro bono if necessary, if the Museum enters into and continues its implementation as per the spirit of PUP.

Core Planning Team

Members of Core Planning Team are expected to:

a. Read PUP background information and the PUP module materials i.e. modules 1-11 as highlighted in the table on page 3 of this document.
b. Participate in at least 70% of preparation and work meetings
c. Sign this TOR

The activities of the Core Planning Team include: -

1. Coordinate all preparation necessary for public use planning process.
2. Facilitate and carry out all modules of Public Use Planning.
3. Compile results from each meeting of Public Use Planning and distribute as proceedings to parties involved in corresponding modules.
4. Communicate processes and results to NMK Director General through the Curator, UNESCO and PUP facilitator Jon Kohl (after October 2012).
5. Coordinate with stakeholders in preparing/writing the Public Use Plan document.
6. Deliver all materials so far produced to UNESCO by the end of August.
7. Evaluate and update the Public Use Plan periodically according to the Calendar of Activities.
8. Facilitate the implementation of a virtual PUP plan that will be flexible to manage and modify. This will be done by integrating the PUP in the already existing NMK website.
9. Facilitate the implementation of version 1.0 of PUP and subsequent modifications as need be in future.

PUBLIC USE PLAN DOCUMENT APPROVAL

Public Use Plan document will be approved by the following parties/entities: -

1. Director General National Museums of Kenya
2. Principal Curator Fort Jesus WHS
3. Core Planning Team members

This will be done through signing of the PUP officially.

THE DETERMINATION, COLLECTION AND USE OF CONSERVATION FUND

The Fort Jesus Conservation Fund will use public use-derived monies to fund projects that directly conserve the authenticity and integrity of the Fort Jesus National Monument.
The figure of the conservation fund will be decided by Fort Jesus WHS Management Team in consultation with the Core Planning Team through liaison with the Director General of the National Museums of Kenya.

BUDGET

The budget for the development of public use plan will be covered by National Museums of Kenya through Fort Jesus World heritage Site, Core Planning Team and stakeholders, i.e. budget to cover planning meetings, modules discussions, etc. as we develop the PUP.

For the implementation of products resulting from public use plan, National Museums of Kenya, development partners and parties interested in the conservation of Fort Jesus National Monument can provide their contribution.

LOGISTICAL ARRANGEMENT

Office facilities provided by the management of Fort Jesus National Monument include:

- office space and furniture (desks, chairs and book case/cabinet)
- lap top computer and projector
- printer and papers
- information board
- meeting room
- stationery

Internal working mechanism:

- Public Use Coordinator will report all progress during the public use planning process, in a monthly report as well as semi-annual report to Curator of Fort Jesus National Monument.
- After the Fort Jesus National Monument Curator has recommended on the report, it will be submitted to all core planning team members, UNESCO and Jon Kohl (after October), on behalf of the Management of Fort Jesus National Monument.
- Coordination meeting between the Site Curator, Jon Kohl, and Public Use Coordinator will be held at least once every two weeks.
- An evaluation meeting which involves monument staffs as previously mentioned in Objectives section will be held upon the accomplishment of workshop of every module.

GENERAL ARRANGEMENTS

Public use planning will be evaluated periodically at least once in three months in the first year and every six months in the following years. The public use plan calendar of activities will be integrated into the annual operating plan of Fort Jesus National Monument management.

By approving the public use plan document in 2012, PUP will become official and implementable in Fort Jesus.

Any alteration to these Terms of Reference should be made in consultation with the Management of Fort Jesus WHS and UNESCO.

Any matter that infringes the Terms of Reference and requires attention should be discussed between undersigned parties to find the solution.

Depending on availability of funds, both hard copy and virtual version of the Fort Jesus Public Use Plan will be available. Any new developments in the plan will be integrated in a continuous planning system and published as the latest version i.e. Version 1.0, Version 2.0, etc.

SIGNATORIES

DIRECTOR GENERAL, NATIONAL MUSEUMS OF KENYA
Dr. Idle Farah

SIGN……DATE……

PRINCIPAL CURATOR, FORT JESUS WORLD HERITAGE SITE
Mr. Mbarak Abduqadir
SIGN…….. DATE……

CORE PLANNING TEAM

1. Mr. Michael Mureithi – Kenya Association of Tour Operators (KATO)
   SIGN…….. DATE……
2. Ms.Marlene Raid – Friends of Fort Jesus (FFJ)
   SIGN…….. DATE……
3. Mr.Al-Amin Mohamed – Old Town Representative
   SIGN…….. DATE……
4. Ms.Joyce Mwamburi – Kenya Association of Hotel keepers and Caterers (KAHC)
   SIGN…….. DATE……
5. Mr. Raphael Igombo – Fort Jesus WHS
   SIGN…….. DATE……
6. Mr. Partrick Abungu– Fort Jesus WHS
   SIGN…….. DATE…….

NATIONAL MUSEUMS OF KENYA

FORT JESUS WORLD HERITAGE SITE

VISITORS SURVEY QUESTIONNAIRE

Dear Madam/Sir,

The Education Department, Fort Jesus Museum is conducting a survey to establish which areas are considered as attractions by our visitors and how we can improve on our site so as to make it more attractive to our visitors. We kindly request a few minutes of your precious time to answer the questions below. Our sincere appreciation for taking part in this crucial exercise.

Name: …….. (Optional) **Sex:** F /M Country: …….

1. Age group:

A. 10- 20 years old. B. 21- 30 years old. C. 31 – 40 years old. D. 41- 50 years old.

E. 51 -60 years old. F. 61-70 years old.

2. Is this your first visit to Fort Jesus? Yes / No

3. From your visit, which part of the fort attracted you the most? ……

4. Why did it attract you the most?.....

……

5. Give suggestions on how we can improve our site to make it more attractive and visitor friendly.

……
……
……
……

Thanking you.

Education Department
October 2012.

OUTSTANDING UNIVERSAL VALUE

Fort Jesus, Mombasa is an exceptional symbol of the interchange of cultural values and influences between and among peoples, of African, Arab, Asians, Turkish, Persian and European origin, whose lives have been touched by the presence and role of this imposing structure. Built by the Portuguese at the end of the 16th Century and used by them for over 100 years, Fort Jesus Mombasa bears testimony to the first successful attempt by western civilization to control the Indian Ocean trade routes which had remained under Eastern influence over several millennia.

The Fort was used by various world powers as a stronghold to safeguard their interests along the East African coast. In this way Fort Jesus, Mombasa was at the centre of the then emerging political, commercial and cultural globalization. In the process the Fort experienced conflicts and contestations. However, unlike many other Forts where contestation was usually between European powers, Fort Jesus, Mombasa was a source of conflict between diverse peoples and powers that converged there.

OTHER ACTIVITIES

- Corporate events hire
- Sound & Light show
- Educational Tours

For more information contact:

National Museums of Kenya
Fort Jesus National monument
P.O Box 82412-80100
Nkrumah Rd, Mombasa

Tel: 254 41 2220058,2222425, 2225934
Email: fortjesus@museums.or.ke
Website: www.museums.or.ke

FORT JESUS NATIONAL MONUMENT

(1) Captain's house
(2) Passage of the arches
(3) Ammunition store
(4) Passage of the steps
(5) Gun platform
(6) Audience hall
(7) Portuguese wall paintings
(8) Gift shop
(9) Museum gallery
(10) Administration block
(11) Chapel ruins
(12) Cistern
(13) Well
(14) Skeleton replica
(15) Omani house
(16) Barracks
(17) Washrooms

The plan of the Fort consists of a central court with bastions in the four corners and a rectangular gun platform facing the sea. It was designed in such a way that it was virtually impregnable during any siege and it included basic facilities such as chapel, cistern, well and Captain's house all covering an area of two acres. All these except the cistern and the L-shaped building in S. *Matias* were destroyed in the course of the 18th Century and are now survived by ruins. The Fort has one main gate and two other passages facing the sea. Other features include parapet walks, firing steps, watchtowers and gun ports. There were barrack rooms on the north and south sides and guardrooms leading back from the main gate.

The original materials used in the construction of the Fort are coral, lime, sand and clay. The facades have been finished with a pigmented yellow ochre plaster. The Fort has managed to retain much of its features since its construction in the 16th century.

PUP – Mod. 3

Nota prévia à lista de atrações do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

A lista que se apresenta de seguida não pretende ser um levantamento exaustivo de todas as atrações turísticas existentes no território do Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC) tendo sido selecionadas para inclusão apenas as consideradas mais relevantes. Para além disso, embora a região possua diversos tipos de atrações turísticas, apenas aquelas localizadas dentro do território do PAVC foram apreciadas. Por outro lado, existem atrações que, apesar de também se situarem no território do Parque, pela sua extensão geográfica (o rio Douro, por exemplo cuja paisagem vinhateira é, como a arte rupestre do Côa, património Mundial) são de difícil caracterização numa lista com estas características dedicada a um território concreto e relativamente diminuto (a área do PAVC é de cerca de 200 kms^2). Deve ainda ser ainda sublinhado que o território do Parque possui outros atrativos que por serem sazonais e comuns a uma mais vasta região são também de caracterização problemática numa lista deste género. Tais são os casos da "Amendoeira em Flor", das "Vindimas" ou dos tons outonais da queda de folhas das videiras. Por outro lado, o território do PAVC possui valores naturais interessantes. No entanto, foi achado conveniente sinalizar o valor do património natural através da inclusão nesta lista da Reserva da Faia Brava.

Relativamente aos sítios de arte rupestre do Vale do Côa foi decidido incluir na lista apenas aqueles que se encontram em visita pública: Núcleos de Arte Rupestre da Penascosa, da Canada do Inferno e da Ribeira de Piscos. Neste preciso momento, conhecem-se cerca de 70 sítios com arte rupestre no território do PAVC e suas imediações. A exclusão de todos estes sítios que não são mostrados ao público justifica-se pela prudência que o PAVC põe na gestão do património que lhe foi confiado. Não divulgando a sua localização exata tenta-se evitar problemas de vandalismo, roubo ou mesmo destruição de todo este património. Assim, não sendo oferecida aos turistas que demandam a região a possibilidade de visitar todos estes sítios que estão em reserva, não faria sentido aqui listá-los como atrações. Os já mencionados três sítios abertos ao público bem como o polo de atração constituído pelo Museu do Côa, também presente nesta lista, representam assim a oferta de visita ao património de arte rupestre do Vale do Côa.

Finalmente deve ser referido que a visita aos três sítios de arte rupestre abertos ao público obedece a certas normas específicas. Estas visitas apenas são operadas pelo PAVC ou pelas 7 empresas privadas autorizadas para o efeito. Dado que existe, por razões de conservação e preservação, um limite no número de visitantes diários diferente para cada um destes três sítios, pois cada uma possui características bem particulares, o Parque recomenda a marcação prévia da visita. De qualquer modo, em alternativa à visita às gravuras, o Museu do Côa tem capacidade para acolher, em simultâneo, centenas de visitantes. Mais informações sobre o sistema de visita aos três sítios abertos ao público pode ser encontrada em http://arte-coa.pt/Ficheiros/Bibliografia/1312/1312.pt.pdf complementada pelo visionamento do sítio do Côa em www.arte-coa.pt. Nota adicional: alguns dos conteúdos na descrição de algumas atrações nesta lista foram retirados da Lista de Património classificado da responsabilidade do ex-IGESPAR (http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/).

Descrição da atração

Nome: Núcleo de Arte Rupestre da Penascosa, freguesia de Castelo Melhor, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Sítio da margem direita do Côa. Localiza-se na freguesia de Castelo Melhor, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda. O acesso processa-se através de 6 kms de caminhos agrícolas a partir de Castelo Melhor.
Pontuação: 1 de 17.

Descrição: Corresponde, com a Quinta da Barca — localizada em frente, já do outro lado do rio —, ao coração do território simbólico da fase mais antiga do Paleolítico. As 36 rochas historiadas conhecidas, maioritariamente de cronologia paleolítica, distribuem-se pela íngreme encosta sobranceira à ampla praia do Côa, quer junto ao sopé da vertente, quer ao longo desta, praticamente até ao seu festo. Aqui podem visualizar-se alguns dos maiores painéis historiados de todo o Vale do Côa como sejam os que compõem a rocha 5 ou a rocha 10. Cronologia: Paleolítico Superior - Pré-história Recente - Idade do Ferro – Moderno.
É uma relativamente extensa praia fluvial com três núcleos diferentes de gravuras. Os visitantes têm oportunidade de visionar 5 rochas gravadas com motivos paleolíticos pertencentes a um dos núcleos acima mencionados. As visitas são orientadas por guias do PAVC ou de empresas privadas certificadas pelo Parque. No geral, pode qualificar-se o estado de conservação do sítio como muito razoável. Do ponto de vista legal, para além de ser Património Mundial, a Penascosa constitui-se como Monumento Nacional, de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: Para além do próprio Rio Côa que bordeja o sítio, este encontra-se totalmente vedado existindo ainda uma cancela no caminho agrícola de acesso. O sítio é guardado 24 horas por dia por vigilantes contratados para o efeito. Estes guardas certificam-se que as visitas organizadas pelo Parque ou pelas empresas privadas autorizadas a operar no sítio decorrem com normalidade. Sublinhe-se ainda que este é o único sítio preparado para receber visitantes com necessidades especiais, sejam ao nível motor, de audição ou visão.
Uso Turístico Corrente: Este é o sítio de arte rupestre mais visitado do Parque e, devido às suas características espaciais, o único que recebe visitas escolares. Pode num único dia receber mais de 50 visitantes. A gestão de visitas é feita de modo a que estas tenham um impacto natural diminuto. Uma habitação frugal em ruínas foi reconstruída para abrigo dos guardas que vigiam o sítio e prestar apoio aos visitantes. Em ocasiões de lua cheia, é ainda possível fazer a visita noturna a este sítio.
Objetivo de Conservação: Manter o atual estado de conservação.

Descrição da atração

Nome: Núcleo de Arte Rupestre da Ribeira de Piscos, freguesia de Muxagata, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Sítio localizado na margem esquerda da Ribeira de Piscos junto à sua confluência com o Côa e na margem esquerda deste rio. O acesso processa-se através da aldeia da Muxagata. Esta aldeia encontra-se a 7 kms de Vila Nova de Foz Côa, acedendo-se pela EN 102, em direção à Guarda. A partir de Muxagata, o acesso é feito através de caminhos agrícolas.
Pontuação: 2 de 17.

Descrição: Imediatamente para jusante do sítio do Fariseu, na margem esquerda do Côa, as 39 rochas historiadas distribuem-se nos últimos 2000 metros do percurso desta extensa ribeira, e sobretudo já nas proximidades da sua foz e também nas margens viradas ao Côa. Maioritariamente datadas dos períodos mais recentes do Paleolítico, encontramos aqui alguns dos mais belos motivos de todo o vale. Destaque-se ainda o facto de ser neste sítio que, até ao momento, se encontrou o maior número de figurações humanas — 17, em contraste com o exemplo único do sítio do Fariseu — 1 ictifálico na rocha 2 e os restantes 16 na extraordinária rocha 24. Cronologia: Paleolítico Superior - Pré-história Recente - Idade do Ferro – Moderno.
Neste sítio conhecem-se 33 rochas gravadas, 25 das quais com representações paleolíticas, situadas na margem esquerda da ribeira e em torno da sua foz, junto do Côa. O percurso de visita inclui cinco rochas. É necessário caminhar cerca de 1100 metros até à última das rochas visitadas. A caminhada é compensada por alguns dos mais importantes exemplares de gravura paleolítica em todo o vale do Côa. Entre eles salientam-se os cavalos enlaçados da rocha 1 ou, na rocha 2, uma das raras figuras humanas de cronologia paleolítica conhecidas no vale, o já famoso Homem de Piscos. O percurso apresenta também enorme beleza paisagística e grande riqueza a nível da fauna e flora. Do ponto de vista legal, para além de ser Património Mundial, a Canada do Inferno constitui-se como Monumento Nacional, de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: O Rio Côa e a Ribeira de Piscos bordejam o sítio. Ao contrário do que sucede nos outros dois sítios abertos ao público, Núcleo de Arte Rupestre da Ribeira de Piscos não se encontra vedado. Por outro lado, o sítio é guardado 24 horas por dia por vigilantes contratados para o efeito. Estes guardas certificam-se que as visitas organizadas pelo Parque ou pelas empresas privadas autorizadas a operar no sítio decorrem com normalidade.
Uso Turístico Corrente: Este é dos três sítios abertos ao público, aquele que recebe menor número de visitantes. Uma ruína foi recuperada e transformada em abrigo para os guardas que vigiam o sítio prestando ainda apoio aos visitantes.
Objetivo de Conservação: Manter o atual estado de conservação.

Descrição da atração

Nome: Núcleo de Arte Rupestre da Canada do Inferno, freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Sítio da margem esquerda do Côa. Localiza-se na freguesia de Vila Nova de Foz Côa, concelho de Vila Nova de Foz Côa, distrito da Guarda. O acesso é realizado através da EN 222 e pela estrada e caminhos de acesso às obras de construção da abandonada barragem do Côa.
Pontuação: 3 de 17.

Descrição: Trata-se do primeiro sítio a ter sido identificado com arte paleolítica no Vale do Côa. Corresponde a uma das antigas praias da margem esquerda do Côa, prolongando-se a distribuição das suas 46 rochas pela vertente sobranceira. Deve destacar-se a quantidade e qualidade das suas figurações paleolíticas, na sua grande maioria submersas nas águas da albufeira da Barragem do Pocinho. Refira-se também a existência de numerosas figuras de cronologia moderna e contemporânea. Cronologia: Paleolítico Superior - Pré-história Recente – Moderno.
Devido às obras de construção da abandonada barragem do Côa, este é o sítio de arte rupestre do Côa cuja paisagem sofreu maior perturbação. De qualquer modo, as cicatrizes deixadas pela construção da barragem são também um testemunho experienciado pelos visitantes da batalha travada pela preservação da arte do Côa. Das 46 rochas existentes, 6 rochas são mostradas aos visitantes pelos guias do PAVC ou de empresas privadas certificadas pelo Parque. No geral, pode qualificar-se o estado de conservação do sítio como razoável, pese embora as marcas na paisagem da abandonada construção da barragem. O percurso final até às gravuras é de cerca de 400 metros e é feito a pé por trilho estreito mas arranjado.
Do ponto de vista legal, para além de ser Património Mundial, a Canada do Inferno constitui-se como Monumento Nacional, de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: Para além do próprio Rio Côa que bordeja o sítio, este encontra-se totalmente vedado. Tal como a Penascosa, este sítio é guardado 24 horas por dia por vigilantes contratados para o efeito. Estes guardas certificam-se que as visitas organizadas pelo Parque ou pelas empresas privadas autorizadas a operar no sítio decorrem com normalidade.
Uso Turístico Corrente: Dos três sítios abertos ao público, a Canada do Inferno é o segundo em número de visitantes recebidos. Existe uma estrutura provisória de apoio ao guarda. A estrada de acesso ao sítio sofreu recentemente melhorias e vislumbra-se a possibilidade de no futuro próximo dotar o sítio de infraestruturas de carácter permanente de modo a que o sítio possa receber mais visitantes.
Objetivo de Conservação: Manter o atual estado de conservação.

Descrição da atração

Nome: Museu do Côa, freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Localiza-se no topo dum monte sobranceiro à confluência do rio Côa com o rio Douro, a cerca de 4 kms da cidade de Vila Nova de Foz Côa. O acesso é feito por estrada asfaltada devidamente sinalizada em vários pontos de Vila Nova de Foz Côa:

Pontuação: 4 de 17.

Descrição: O Museu do Côa é um equipamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Foi inaugurado em 30 de Julho de 2010 e recebeu até Setembro de 2012 mais de 73.000 visitantes. Implanta-se sobranceiro à confluência do Côa com o Douro, perfeitamente integrado numa paisagem de grande beleza natural. O edifício foi concebido por Camilo Rebelo e Tiago Pimentel, uma dupla de arquitetos do Porto. Mais do que um museu de arqueologia, o Museu do Côa é também um museu de arte. A museografia foi concebida, dentro do rigor científico, como uma mostra explicativa dos ciclos de arte rupestre do Baixo Côa e Douro superior. Que se iniciam no Paleolítico superior, há mais de 25.000 anos, e chegam até aos nossos dias. Com obras quer dos caçadores-artistas do Gravettense, quer dos últimos moleiros rupestres da Canada do Inferno, o Museu do Côa explana todo um catálogo de sensibilidades que se contêm na rudeza dos painéis de xisto que há milhões de anos moldam a geomorfologia regional. Claro que o verdadeiro museu é o vale que contém mais de 1000 rochas decoradas cuja síntese se apresenta no Museu.

O Museu e o PAVC são administrados atualmente por uma Fundação de direito privado que tem como objetivo uma gestão integrada dum projeto de arqueologia que contribua para o desenvolvimento regional através da convergência de 3 fatores: cultura, turismo e ambiente.

Barreiras: A única barreira de acesso é o horário de abertura ao público já que o edifício obedece a todas as normas europeias sobre acesso de cidadãos portando dificuldades motoras. Sublinhe-se que é recomendada a visita orientada de modo a que o visitante possa usufruir e assimilar totalmente os conteúdos, alguns de certa complexidade científica.

Uso Turístico Corrente: O Museu foi idealizado e concebido para dar a conhecer a todos os visitantes que demandam a região a grande riqueza patrimonial que o verdadeiro Museu (o trecho final do rio Côa) encerra. Não pretendendo substituir a visita aos Sítios de Arte Rupestre abertos ao público, esta é uma estrutura preparada para receber cerca de 800 visitantes por hora. Possui bengaleiro, loja, auditório, sala de atividades educativas e restaurante. É também a sede do PAVC que gere, protege e organiza para visita pública os sítios de arte rupestre do Vale do Côa. Principiam aqui, as visitas ao sítio da Canada do Inferno.

Objetivo de Conservação: Sensibilizar o público e comunidade envolvente para a necessidade e boas práticas de conservação do património em geral e da arte do Côa em particular.

Descrição da atração

Nome: Monte e Capela de São Gabriel, freguesia de Castelo Melhor, concelho de Vila Nova de Foz Côa

Localização: Localiza-se junto da aldeia de Castelo Melhor e o acesso faz-se através de estrada em calçada a partir da EN 222, encontrando-se o seu início bem sinalizado.
Pontuação: 5 em 17.

Descrição: A pequena capela, construída no século XIX, encontra-se no cimo de uma elevação natural. Tem um nicho em granito, num recinto assente sobre um afloramento em xisto. Dali se desfruta uma vista panorâmica sobre toda a região, desde a Serra da Marofa, com Figueira de Castelo Rodrigo no sopé, até Espanha, na zona de Freixo de Espada à Cinta, vendo-se também terras do outro lado do Douro, como Urros, Peredo dos Castelhanos e ainda Almendra, Vila Nova de Foz Côa, Santo Amaro, Nª Sr.ª da Assunção (Vilas Boas, Vila Flor), a Lousa e por fim uma panorâmica de conjunto sobre a antiga localidade de Castelo Melhor e o seu Castelo.
A uma distância de aproximadamente 1 Km da capela, encontra-se o ponto mais alto do monte de S. Gabriel (654m), local de onde é possível ter uma fabulosa vista panorâmica sobre todo o vale do Côa. Daqui são visíveis os concelhos de Torre de Moncorvo, Meda, Trancoso, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta e as fronteiriças terras de Castela (Espanha).
Barreiras: Apesar do acesso à Capela ser público, o topo do monte é propriedade privada sendo que o proprietário não permite o acesso às suas terras. Junto à Capela situam-se as antenas de comunicação rádio do PAVC.
Uso Turístico Corrente: Por ser um miradouro de excelência sobre toda região, o monte de S. Gabriel é demandado por inúmeros turistas. A Comissão Fabriqueira de Castelo Melhor, que gere o espaço da capela, criou uma zona de piqueniques com bancos e mesas de pedra bem como caixotes do lixo. Anualmente, na Segunda-Feira de Páscoa, cumpre-se a tradicional romaria à Capela, procedendo-se, depois das cerimónias religiosas, a um farto e participado piquenique ao ar livre em que convivem pessoas de toda a região.
Objetivo de Conservação: Manter o atual estado de conservação.

Descrição da atração

Nome: Reserva Natural da Faia Brava, freguesias de Algodres e Vale de Afonsinho, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e freguesia de Cidadelhe, concelho de Pinhel

Localização: A reserva ocupa uma área de cerca de 800 ha em ambas as margens do rio Côa já no limite sul do PAVC. As aldeias mais próximas são Cidadelhe, Pinhel, e Algodres, Figueira de Castelo Rodrigo.
Pontuação: 6 em 17.

Descrição: A Reserva Natural da Faia Brava (abrangendo áreas nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e Pinhel), engloba um dos núcleos nacionais mais importantes de aves rupícolas e abrange parte da mancha de sobreiros mais extensa do Distrito da Guarda. Tem como missão conservar, valorizar, conhecer e divulgar o património natural do Nordeste de Portugal, pela via da sustentabilidade e com a participação da comunidade, através da gestão e da proteção de áreas naturais.
Os projetos implementados pela detentora dos terrenos a ONG Associação Transumância e Natureza (ATN) destinam-se exclusivamente à conservação de habitats e espécies mais característicos e ameaçados da região do Nordeste, contam com o apoio de cerca de 30 colaboradores locais (agricultores) e têm incidido em 4 áreas-piloto, que correspondem a propriedades rurais situadas em zonas de elevada importância ecológica, algumas das quais foram adquiridas pela ATN. A Faia Brava foi recentemente classificada pelo Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) como a primeira Área Protegida Privada do país.
Barreiras: A reserva é gerida pela ATN de forma a minorar os impactos humanos na área pelo que as atividades turísticas são restringidas.
Uso Turístico Corrente: Apesar das restrições acima evocadas, a ATN promove regularmente atividade de visita, observação de aves e participação, através de voluntariado, em trabalhos de limpeza, vigilância de fogos estivais ou alimentação da avifauna destinadas ao público em geral, até porque esta é mais uma forma de financiamento. A Faia Brava funciona como polo de demonstração nas áreas da agricultura sustentável, proteção florestal, silvo-pastorícia, educação ambiental e ecoturismo, envolvendo a comunidade local e escolar. É também uma área-piloto do projeto europeu Rewilding Europe, para a criação de áreas naturais silvestres e de desenvolvimento de turismo de natureza na Europa (http://rewildingeurope.com/).
Objetivo de Conservação: De acordo com a associação, desde 2000, a ATN tem reforçado a sua presença especialmente na ZPE do Vale do Côa, onde hoje é proprietária de cerca de 800 ha de terreno, gerido exclusivamente para a conservação da biodiversidade. O conjunto destas propriedades forma um contínuo de cerca de 5 km ao longo do rio Côa, abrangendo ambas as margens, precisamente onde nidifica grande parte da avifauna rupícola do rio Côa e onde existe a maior mancha de sobreiro do distrito da Guarda (mais de 2000 hectares).

Descrição da atração

Nome: Aldeia de Cidadelhe, freguesia de Cidadelhe, concelho de Pinhel

Localização: Situa-se num estreito enclave delimitado pelo rio Côa e a ribeira de Massueime já muito próximo do limite sul do PAVC. Acede-se pela Estrada Municipal 607 desde Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo ou outras localidades próximas.
Pontuação: 7 em 17.

Descrição: Cidadelhe destaca-se pelas incríveis paisagens naturais que se podem observar. Situa-se a norte de Pinhel, num monte a mais de 500 metros de altura, entre o Massueime e o Côa. É por muitos considerada como uma das mais belas aldeias de Portugal e é vista como Aldeia Histórica devido às muitas casas tradicionais de construção em granito, as quais estão hoje, na sua maior parte, em ruínas. Como importantes pontos de interesse a nível paisagístico, natural e arqueológico são de se destacar o *Castelo dos Mouros* e o *Poio do Gato*. A reserva da Faia Brava (também referida nesta lista) engloba Cidadelhe pelo que se pode observar várias espécies selvagens, nomeadamente a avifauna rupícola. O escritor português e prémio Nobel José Saramago imortaliza esta aldeia no seu livro *Viagem a Portugal*, na qual caracteriza a sua beleza. Cidadelhe é apelidada pela população da região de "calcanhar do mundo", pelo facto de se encontrar no extremo norte do concelho pinhelense. A igreja matriz de Cidadelhe é uma reconstrução setecentista de uma igreja de época anterior sobre a qual subsistem raras informações. Mas a matriz de Cidadelhe é anterior, e a data de 1646 que se encontra na sineira de apoio ao templo contribui para fazer recuar a sua construção, pelo menos, à primeira metade do século XVII.
Barreiras: O mau estado da única estrada e o facto da aldeia se situar numa localização remota, resultam num afluxo limitado de visitantes à aldeia. Não existem unidades residenciais de turismo e o único café (comunitário) só se encontra aberto quando existe disponibilidade de algum habitante local para o abrir. Por outro lado, a grande maioria das casas típicas de granito está em ruínas sendo necessária alguma cautela aquando da visita, além de ser obviamente razoável considerar que estas são propriedade privada.
Uso Turístico Corrente: Apesar de receber poucos visitantes, a aldeia tem grandes potencialidades turísticas (nomeadamente no chamado turismo rural residencial) pela tipicidade da sua arquitetura vernacular, beleza das paisagens e modo tradicional de vida das suas (poucas) gentes. Assim, a Câmara Municipal de Pinhel, em parceria com o PAVC, recuperou uma destas ruínas para se constituir como Centro Difusor de Cidadelhe, uma espécie de posto de turismo para receber visitantes.
Objetivo de Conservação: Providenciar melhores condições de vida aos habitantes e promover a recuperação das casas em ruínas de modo a atrair novos moradores que possam contribuir para a perpetuação do modo de vida tradicional, em moldes ajustados ao Século XXI.

Descrição da atração

Nome: Quinta de Santa Maria de Ervamoira, freguesias de Muxagata e Chãs, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Localiza-se nas freguesias de Muxagata e Chãs, concelho de Vila Nova de Foz Côa e é imediatamente fronteira ao rio Côa em cuja margem esquerda se situa. O acesso é feito através de diversos caminhos agrícolas, quer a partir da aldeia da Muxagata quer da aldeia de Chãs.
Pontuação: 8 em 17.

Descrição: Integrando o complexo arqueológico do vale do Côa, inscrito na lista de Património Mundial da UNESCO (1998), a Estação arqueológica da Quinta de Santa Maria da Ervamoira está situada numa área isolada da margem esquerda do vale do Côa, em plena região de viticultura duriense, integrada no PAVC. O sítio apresenta inúmeros vestígios datáveis da presença romana nesta zona do atual território português, a par de evidências reportáveis ao período medieval, abarcando uma cronologia compreendida entre o Baixo Império e a Baixa Idade Média, numa eventual associação a uma via tardo-romana situada nas suas imediações. Em termos genéricos, a estação é constituída por uma estrutura de planta rectangular, identificada pela presença de muros aparelhados na matéria-prima mais abundante na região, o xisto, tendo sido provavelmente coberta, na origem, a *tegulae* e *imbrices*, elementos que, no conjunto, suportarão a tese defendida por alguns autores, que a têm interpretado como se tratando de um provável *mutatio*, isto é, uma albergaria para descanso de viajantes. Junto a esta, foi localizado um segundo edifício, de menores dimensões, mas de planta igualmente rectangular, um possível exemplar de *taberna*, a designação latina para o entendimento atual de casa comercial, pelo menos a julgar pela quantidade e tipologia de fragmentos cerâmicos encontrados no seu interior.
Entretanto, os proprietários da Quinta instituíram, na antiga casa, datada do século XVIII, o Museu da Ervamoira, ao mesmo tempo que um circuito de visita, constituindo mais um polo de atração do Vale do Côa, onde se congrega o património edificado com o natural e antropológico. Do ponto de vista legal, para além de ser Património Mundial, a Quinta de Santa Maria de Ervamoira constitui-se como Monumento Nacional, de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: Visita apenas a pequenos grupos e por marcação prévia.
Uso Turístico Corrente: O pequeno Museu de Sítio pode ser visitado, mediante marcação prévia, por grupos de turistas. É também possível juntar à visita o almoço na Quinta. As atividades turísticas são organizadas pela proprietária da Quinta, a empresa de vinhos Ramos Pinto.
Objetivo de Conservação: Manter o atual estado de conservação.

Descrição da atração

Nome: Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa, freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Localiza-se na Praça do Município, em pleno coração da cidade de Vila Nova de Foz Côa.
Pontuação: 9 em 17.

Descrição: A Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Coa foi mandada construir pelo rei D. Manuel I, em invocação a Nossa Senhora do Pranto. Na sua construção colaboraram mestres biscainhos, franceses e italianos, utilizando diferentes métodos, técnicas e gostos estéticos. Esta colaboração resultou em perfeita harmonia, sem se ter descurado a plasticidade portuguesa do efeito gótico final. Enformada pela linhas arquitetónicas e decorativas da arte manuelina, a fachada da Matriz de Vila Nova de Foz Coa, apesar da dureza do material granítico, constitui um bom exemplo da conjugação de soluções góticas dos mestres biscainhos, com as do manuelino nacional e algumas já de cariz classicizante. Na frontaria, rasga-se axialmente o portal de arquivoltas perfeitas, enquadrado por elegantes colunelos pinaculados. A frontaria é rematada por campanário, menos largo que o corpo, de três ventanas em arco de volta perfeita, intercalando superiormente com quatro medalhões de figuras inscritas. Ladeiam o corpo central dois panos brancos, delimitados por pilares em cantaria.
No interior, o templo divide-se em três naves por uma arcaria de volta plena, sustentada por robustas colunas. As naves apresentam teto abobadado e pintado, resultado de uma intervenção efetuada no terceiro quartel de Setecentos. Animam ainda as naves os altares colaterais e laterais, com as suas talhas douradas barrocas. O altar lateral direito contém uma escultura do século XVI de Nossa Senhora do Rosário. Na capela-mor encontramos a escultura de Nossa Senhora do Pranto, do século XVII, exposta num retábulo setecentista de talha dourada, talha que se estende aos caixotões da abóbada preenchidos com pinturas e às paredes laterais, emoldurando tábuas pintadas. Nos painéis da abóbada representam-se episódios da vida de Cristo e da Virgem. Nas paredes laterais, as pinturas versam, na parte superior, sobre passos da Paixão de Cristo.
Barreiras: Para além do horário normal em que a Igreja está aberta, a realização de cerimónias religiosas pode constituir-se como uma natural barreira a uma visita por parte do público em geral.
Uso Turístico Corrente: Este é o mais importante monumento na cidade de Vila Nova de Foz Côa e como tal o mais visitado. A praça do Município, onde se localiza a Igreja, é um animado ponto central da cidade e possui ainda um Pelourinho
Objetivo de Conservação: Manter o atual estado de conservação.

Descrição da atração

Nome: Pelourinho de Vila Nova de Foz Côa, freguesia e concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Localiza-se na Praça do Município em Vila Nova de Foz Côa.
Pontuação: 10 em 17.

Descrição: A localidade de Foz Côa, situada numa região de remotíssima ocupação humana, terá integrado, nos primeiros tempos da sua povoação pós-Reconquista, um reguengo. Recebeu várias mercês das mãos de D. Dinis, que lhe concedeu o primeiro foral em 1299, tendo-se seguido outro logo em 1314. A vila recebeu foral novo de D. Manuel I, em 1514, na sequência do qual se terá erguido o presente pelourinho, de acordo com a sua feição quinhentista. Ergue-se na vizinhança da Igreja Matriz da vila, cuja fachada é igualmente manuelina, e dos Paços do Concelho.
O pelourinho é constituído por um soco de quatro degraus octogonais, sendo o térreo de feitura mais rude e de aresta viva, ao modo de plataforma, e os três superiores de rebordo boleado, sobre os quais se levanta base, fuste, capitel e remate, sem grimpa. A base consta de duas plataformas octogonais molduradas e escalonadas, baixas e largas, de tal forma que se diria constituírem outros dois degraus. Sobre estas levanta-se um pilar de secção quadrada, esculpido em cada face como as ombreiras de um portal, e composto por dois troços unidos por moldura central. O pilar é moldurado e escalonado na base, e cada troço é decorado com quatro colunelos nos ângulos, mediados por ornatos em forma de fuso, florões, esferas e vieiras nas faces. A larga moldura central é decorada com laçadas e um torçal, este último repetido no topo, sob o capitel. O capitel é quadrado, com ornatos vegetalistas nos ângulos, e florões nas faces, sendo novamente rematado por um encordoado largo. Sobre este, o remate é formado por uma original combinação; em cada canto do capitel levanta-se um pináculo cónico, com decoração distinta, entre vegetalista, geométrica ou heráldica. No centro levantam-se quatro pináculos menores, também distintos entre si, compostos por sobreposições de peças de diversa configuração. Sobressai, talvez em substituição de uma grimpa, um pináculo coroado por esfera armilar e flor-de-lis. O conjunto, que causa uma certa perplexidade, assemelha-se a um tabuleiro com peças de xadrez. Alguns temas decorativos evocam obra românica, o que representa um anacronismo importante na arte manuelina. Classificado como Monumento Nacional de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: Sem restrições.
Uso Turístico Corrente: Visitado pelos turistas que percorrem a pé a zona histórica de Vila Nova de Foz Côa.
Objetivo de Conservação: em bom estado de conservação.

Descrição da atração

Nome: Pelourinho de Muxagata, freguesia de Muxagata, concelho de Vila Nova de Foz Côa

Localização: Localiza-se na praça central da aldeia de Muxagata, acessível, através de Vila Nova de Foz Côa, da EN 102.
Pontuação: 11 em 17.

Descrição: A localidade de Muxagata, com referências tão antigas como o século X, é primeiramente designada como conselho no documento de extinção da Ordem do Templo, que havia recebido os territórios como doação de Fernão Mendes, senhor de Bragança, casado com uma irmã de D. Afonso Henriques. Pouco mais tarde, em 1328, as Inquirições Dionisinas voltam a referir o concelho, que pode ter recebido primeiro foral da recém-constituída Ordem de Cristo, herdeira dos bens dos Templários. Certa é apenas a outorga do Foral Novo, por D. Manuel, na data anteriormente citada, que antecederá em pouco tempo a edificação do atual pelourinho.
Este ergue-se num largo muito central, empedrado e com bastante inclinação, onde também se situa a antiga Casa da Câmara, Tribunal e Cadeia da Comarca. O soco, semi-embebido no pavimento desnivelado, é formado por sete degraus poligonais (oitavados), sendo apenas quatro destes visíveis na cota mais alta. Apenas os três degraus superiores possuem rebordo (curvo), sendo os restantes de feitura mais singela, e o último muito rústico, sendo provável que tivesse estado totalmente enterrado. A coluna, oitavada e de faces lisas, assenta diretamente sobre os degraus, embora o fuste possua um chanfro, ao modo de base, na parte inferior. A cobertura da gaiola, piramidal, é encimada por uma esfera armilar com haste em ferro, esta última já moderna. O remate em gaiola, visível igualmente em outros pelourinhos da região (Trancoso, Almendra, Vilar Maior, Castelo Rodrigo e Fornos de Algodres, entre outros), é particularmente curioso por reproduzir a "gaiola" medieval onde se encerrariam os condenados em exposição pública, prática que em Portugal se supõe rara; este tipo de pelourinhos conserva, no entanto, a evocação deste forte símbolo da aplicação da justiça municipal. Classificado como Imóvel de Interesse Público de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: Sem restrições.
Uso Turístico Corrente: Ponto de interesse fulcral da aldeia de Muxagata juntamente com a contígua Casa do Município hoje recuperada e reconvertida como Centro de Acolhimento dos visitantes do PAVC que realizam o percurso de visita da Ribeira de Piscos.
Objetivo de Conservação: Foi recentemente objeto de obra de conservação e restauro.

Descrição da atração

Nome: Castelo de Castelo Melhor, freguesia de Castelo Melhor, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Localiza-se num monte sobranceiro à aldeia de Castelo Melhor, na freguesia do mesmo nome, concelho de Vila Nova de Foz Côa.
Pontuação: 12 em 17.

Descrição: O castelo de Castelo Melhor é um dos melhores exemplos de fortaleza medieval secundária, erguida numa das zonas mais periféricas dos reinos peninsulares. A obra original é leonesa e remonta aos inícios do século XIII, altura a que corresponde uma intensa fortificação da linha de Riba-Côa, zona constantemente disputada pelos monarcas português e castelhano. Foi neste contexto que Afonso VII, em 1209 ou 1210, mandou construir a fortaleza, dando-lhe simultaneamente foral, numa tentativa de consolidação populacional e militar, que se veio a revelar de relativa importância nos dois séculos seguintes. Menos de um século depois, com o Tratado de Alcanices (1297), Castelo Melhor passou para a coroa portuguesa, integrando, a partir daí, a raia nacional. D. Dinis, como prova de afirmação do novo espaço, empreendeu obras e dotou a vila de um novo quadro administrativo, mas a verdade é que Castelo Melhor não cessou de desempenhar um papel secundário e periférico, mesmo na linha de reforço militar de Riba-Côa. A história posterior do Castelo de Castelo Melhor é a de uma progressiva decadência.
Castelo Melhor chegou aos nossos dias como uma das nossas mais impressionantes ruínas medievais de carácter militar. À margem das grandes intervenções restauracionistas da primeira metade do século XX, constitui um dos poucos castelos não adulterados pelas vagas de restauro. Níveis de ocupação da Idade do Ferro foram também identificados em sondagens arqueológicas realizadas no Castelo que está classificado como Imóvel de Interesse Público de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: O ingresso ao Castelo faz-se por uma tortuosa e íngreme ladeira, o que poderá dificultar o acesso a pessoas como dificuldades de locomoção. O estado delicado de conservação deve levar também os visitantes a prestar atenção a secções da muralha menos estabilizadas.
Uso Turístico Corrente: O Castelo, apesar de ser um ponto de interesse da aldeai de Castelo Melhor, não é muito visitado devido aos motivos enunciados no parágrafo anterior. Por outro lado, apenas existe um painel informativo que apresenta dados sumários acerca do Castelo e que portanto não faz jus à sua rica história.
Objetivo de Conservação: Por estar em delicado estado de conservação, obras de conservação e restauro são necessárias a curto prazo.

Descrição da atração

Nome: Igreja Matriz de Almendra, freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Localiza-se no Largo da Igreja na aldeia de Almendra.
Pontuação: 13 em 17.

Descrição: Embora se conheçam referências documentais à existência de um templo em Almendra cerca de 1320, a Igreja de Nossa Senhora dos Anjos foi construída no terceiro quartel do século XVI, estando a obra de reedificação concluída possivelmente em 1565. Nas centúrias seguintes, a estrutura do edifício foi alterada por algumas campanhas construtivas, nomeadamente no interior, com a edificação de capelas laterais. O templo maneirista desenvolve-se em planta longitudinal composta por três naves rectangulares e capela-mor quadrangular, esta com contrafortes exteriores e remate em platibanda com gárgulas de canhão formando uma espécie de torreão. A fachada principal, de linhas sóbrias e gosto erudito, é rasgada ao centro por portal de volta perfeita enquadrado em alfiz com pilastras e rematado por frontão triangular com medalhão ao centro, onde foi gravada a data 1565. Este conjunto é ladeado por dois contrafortes e encimado por óculo. Do lado direito da fachada foi edificada a torre sineira.
No interior, as naves dividem-se em quatro tramos marcados por arcos de volta perfeita que assentam sobre colunas, sendo a nave central coberta por abóbada de madeira e as laterais por abóbada de aresta. Possui púlpito de talha e presbitério com teia de madeira. O arco triunfal de volta perfeita abre para a capela-mor, cujo espaço é coberto por abóbada estrelada. Ao fundo foi edificado retábulo de talha dourada e policromada, de estilo rococó. Classificado como Imóvel de Interesse Público de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: Para além do horário normal em que a Igreja está aberta, a realização de cerimónias religiosas pode constituir-se como uma natural barreira a uma visita por parte do público em geral.
Uso Turístico Corrente: Visitada de forma esporádica pelos turistas que percorrem a região.
Objetivo de Conservação: Em estado aceitável de conservação.

Descrição da atração

Nome: Casa de Almendra, freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Localiza-se na aldeia de Almendra.
Pontuação: 14 em 17.

Descrição: De planta rectangular, a Casa de Almendra inscreve-se no modelo da denominada casa comprida, que caracterizou a arquitetura civil do nosso país no século XVIII, e que se pauta por um desenvolvimento em comprimento, materializado numa longa fachada, apenas dinamizada pelos elementos decorativos, que lhe emprestam uma imagem cenográfica própria do barroco. De acordo com os dados disponíveis, a obra de edificação da casa teve início em data próxima de 1743, mas foi interrompida em 1758, não chegando nunca a ser concluída. As vicissitudes que envolveram a história do solar conheceram novos desenvolvimentos com a instalação das tropas napoleónicas, responsáveis pelo incêndio que em 1810 destruiu boa parte do imóvel, que só viria a ser reconstruída a partir de 1895.
Edificada em blocos de granito, sem reboco, a casa desenvolve-se em dois pisos, cujas fachadas são abertas por vãos regulares e simétricos. Estes, caracterizam-se pelos aventais e lintéis decorados com enrolamentos e concheados rococó, repetindo o mesmo modelo, que apenas se diferencia entre o piso térreo e o andar nobre, este último mais complexo. É, no entanto, na fachada principal, que se concentra a mais importante decoração, pelo dinamismo e movimento que a composição imprime ao edifício. O ritmo dos vãos converge, ao centro, na secção definida por pilastras, e rematada pelo telhado de linhas onduladas, em cujo tímpano se inscreve o brasão, que não apresenta qualquer elemento heráldico. O portal, flanqueado por duas colunas, é encimado pela varanda de planta contracurvada, com balaustrada que antecede a porta de moldura profusamente trabalhada. Classificado como Imóvel de Interesse Público de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: Ver próximo parágrafo.
Uso Turístico Corrente: Não visitável pois está ao abandono por falta de capacidade dos proprietários.
Objetivo de Conservação: Recuperação da Casa de modo a torná-la mais um polo de atracão da região quer seja pela sua transformação em unidade de turismo rural ou Museu dedicada a um dos vários temas ligados à vida local tais como sejam a vida agrícola, o cultivo da vinha ou a ecologia regional.

Descrição da atração

Nome: Pelourinho de Almendra, freguesia de Almendra, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Localização: Localiza-se na aldeia de Almendra.
Pontuação: 15 em 17.

Descrição: O foral de Almendra foi concedido por D. Manuel em 1510, em documento que refere a existência de um foral antigo, mas que aparentemente nunca terá existido. O pelourinho datará dos anos seguintes à atribuição do foral manuelino, de acordo com a sua feição quinhentista. Ergue-se num largo central da povoação, diante da antiga Casa da Câmara e cadeia comarcã. Sobre um soco de quatro degraus octogonais, de pedra aparelhada, acrescidos de um quinto que forma a base do fuste, levanta-se o conjunto da coluna, capitel e remate. A coluna possui fuste oitavado e liso, e é rematada por uma moldura decorativa igualmente oitavada a pouca distância do topo, criando uma espécie de colarinho, ou arremedo de capitel, encimado por ábaco oitavado. O remate é em gaiola, constituída por oito colunelos entre dois troncos de pirâmide oitavados, sendo o da base invertido. Esta mesma base, moldurada, é decorada com elementos vegetalistas e cabecinhas de anjos. Os colunelos são cilíndricos, assentes em pequena mísulas, e rematados por cogulhos no topo; o chapéu da gaiola, em pirâmide oitavada de faces lisas, assenta num colunelo central, também cilíndrico e liso. O coroamento é feito por uma pequena esfera armilar, encimada por uma diminuta peça terminal.
Este pelourinho é muito semelhante a vários outros no distrito, tal como os de Aguiar da Beira, Carapito, Algodres, Almendra, Castelo Mendo, Castelo Rodrigo, Moreira de Rei, Muxagata, Trancoso, Marialva (este mais singelo), Alverca da Beira, Aveloso, Cedovim (restaurados), entre outros. Classificado como Imóvel de Interesse Público de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: Sem restrições.
Uso Turístico Corrente: Visitada de forma esporádica pelos turistas que percorrem a região.
Objetivo de Conservação: Em estado aceitável de conservação.

Descrição da atração

Nome: Igreja Matriz de Algodres, freguesia de Algodres, concelho de Figueira de Castelo Rodrigo.

Localização: Localiza-se na aldeia de Algodres.
Pontuação: 16 em 17.

Descrição: De fundação românico-gótica, a igreja matriz de Algodres encerra, na sua estrutura arquitetónica, as várias campanhas de obras de que foi objeto desde os séculos XIII-XIV, integrando, nas intervenções a que foi sujeita, vários elementos de épocas anteriores. A fachada principal termina em empena interrompida, sobre a qual se ergue o campanário com duas sineiras, rematado por três pináculos. É marcada pela abertura do portal de volta perfeita, ao centro. O portal Sul, originalmente em ogiva, foi entaipado já no século XVIII e substituído por um outro em arco abatido. Na verdade, as intervenções posteriores alteraram a configuração original do templo, de que a cachorrada interrompida é um dos exemplos mais evidentes. A torre, à esquerda, é uma construção bem posterior, como indica a lápide com a data de 1777 e os seus motivos decorativos concheados e em volutas, que enquadram a janela.
No interior, o espaço é marcado pela cobertura em duas águas e pelos arcos diafragma quebrados, com contrafortes no exterior. É possível que tenha sido objeto de obras de conservação ou reestruturação, pois num dos arcos encontra-se gravada a data de 1627. O arco triunfal, com três arquivoltas, mantém a mesma configuração, e é flanqueado por retábulos colaterais do início do século XVIII, dispostos em ângulo. A capela do lado da Epístola encontra paralelo no altar do lado oposto. Quanto à capela-mor, o retábulo de talha dourada é de traçado maneirista, com telas representando santos, e a cobertura de caixotões, com motivos geométricos. Classificado como Imóvel de Interesse Público de acordo com a Lei do Património portuguesa.
Barreiras: Para além do horário normal em que a Igreja está aberta, a realização de cerimónias religiosas pode constituir-se como uma natural barreira a uma visita por parte do público em geral.
Uso Turístico Corrente: Visitada de forma esporádica pelos turistas que percorrem a região.
Objetivo de Conservação: Em estado aceitável de conservação.

Descrição da atração

Nome: Quinta de Chão d'Ordem, freguesia de Longroiva, concelho de Meda.

Localização: Localiza-se junto à EN 102, a cerca de 10 kms de Vila Nova de Foz Côa.
Pontuação: 17 em 17.

Descrição: A Quinta de Chão d'Ordem Unidade de turismo rural localizada numa ampla quinta que pertenceu aos cavaleiros da Ordem do Templo. Vários abusos dos cavaleiros do Templo levaram o Papa João XXII, a pedido do Rei D. Dinis, a consentir que os bens, direitos e honras dos Templários passassem para a recém-nascida Ordem de Cristo. Esta Ordem, de origem portuguesa, prestou a sua melhor atenção a estas terras e às suas fortificações, pagando-lhes o povo, por seu lado, com cereais, azeite, vinho e outros produtos da melhor qualidade. Alguns lugares, como Quintãs, Quintas da Relva e Canameira, no termo de Longroiva, retribuíam com géneros a sua proteção. Poucos lugares eram por eles explorados diretamente, mas entre esses se contava a Quinta do Chão de Ordem, cuja denominação ainda hoje se mantém. Com a extinção das Ordens Religiosas e Militares, as propriedades que pertenciam a estas instituições foram alienadas, passando para a posse de algumas casas familiares da região.
Dispõe de oito quartos decorados com requinte, duas salas de estar, um pequeno bar, biblioteca, sala de refeições, campo de ténis e uma piscina exterior. Encontra-se rodeada por extensas vinhas e uma zona para pastoreio. A Quinta do Chão D'Ordem integra-se num tipo de paisagem onde a placidez da Beira se casa com a dignidade do Alto-Douro, qualidades naturais que já os Cavaleiros Templários e depois os da Ordem de Cristo aqui souberam descobrir e apreciar. A parte habitacional da Quinta tem uma traça simples e convidativa. A escada que conduz ao primeiro andar continua pela varanda, como quem envolve os visitantes num único abraço. A nobreza do acolhimento revela-se naturalmente no piso superior, mas, à boa maneira dos antigos, a maior franqueza tem lugar ao nível do piso térreo.
Barreiras: A Quinta é propriedade privada.
Uso Turístico Corrente: Constitui-se como uma unidade de turismo rural.
Objetivo de Conservação: Manter o atual estado de conservação.

	Atrações	Atratividade	Concorrência	Resistência	Acessibilidade	Adequação às mensagens	Total
1	Catedral de Évora	9	5	4	2	5	25
2	Capelo dos Ossos	8	5	2	4	5	24
3	Templo Romano	10	5	5	5	5	30
4	Cromoleque dos Almendres	7	5	1	3	5	21
5	Praça do Giraldo	6	4	5	5	5	25
6	Universidade/Colégio Espirito Santo	5	5	4	3	5	22
7	Muralhas	4	4	5	5	4	22
8	Museu de Évora	3	3	4	5	5	20
9	Alto de S. Bento/Cástris/Aqueduto	8	3	4	4	5	24
10	Paisagem arqueo-ambiental de Montemuro	6	5	4	3	5	23
11	Ecopista	3	5	5	5	4	22
12	Área de Sto. António/Cartuxa Valbom	7	3	3	3	4	20
13	BIME	9	5	2	1	5	22
14	Fórum Eugénio de Almeida	8	4	3	4	4	23
15	Feira de S. João	3	5	5	5	3	21
16	Rota dos sabores	4	3	4	2	4	17
17	Teatro e cinema de rua	2	2	5	5	4	18
18	Jornadas de música da Sé de Évora	7	5	5	3	5	25
19	Rota dos vinhos	5	5	4	4	4	22
20	Festival "Évora Classica"	6	4	4	5	5	24

Evora – List of Identified Attractions in and around the World Heritage site.

Product Description Sheet

Name of Product:				
Principal Activity (-ies)	**Attraction(s)**	**Sector(s)**	**Zones** **Landscape:** **Attraction:**	**Time**
Financial Objective **Strategic Objective(s)**	**Product Description** (itinerary, experience opportunities, activities, and services)			
Message(s):				
Barriers **1.** **2.** **3.**	**Solutions** **1.** **2.** **3.**			

Description of Services (only high priority services)	**Service Providers/Agreement**
1. **2.** **3.** **4.**	**1.** **2.** **3.** **4.** **Whole Product:**
Needs: Training, Equipment, Management Capacities	**Visitor Profiles** (present/future) **1.** **3.** **2.** **4.**
Info sources:	
Sheet Authors:	**Date:**

ANNEX 11: Extract Cultural Heritage Guide Programme (2007) Unit 6, pp. 6-5 – 6-7

Strategies and Guidelines for Maximizing the Benefits of Tourism

In this section, we illustrate the practical ways in which tourism benefits could be maximised and directed towards heritage and the local community.

Maximising Tourism Benefits for Heritage

The following are a few of many ways that heritage guides can benefit heritage:
1. Ensure authenticity of interpretation. This is perhaps the most important contribution that can be made to a heritage site. The main purpose of protecting a heritage site is to connect present generations with the past and ensure that the message of a heritage site is passed on to future generations. Therefore, if interpretation is not authentic, the reasons for protecting the site are unclear.
2. Develop partnerships with the local community. This will make community members more aware of the values of a heritage site. This can also bring economic benefit to the local community.
3. Develop partnerships with heritage managers. By organising and coordinating visitor activities with heritage managers, heritage guides can make direct economic contributions to the site.
4. Encourage economic activities that help heritage sites and their settings. Heritage guides, for example, can promote local crafts to visitors and emphasise the authenticity of such crafts. Through this, heritage guides can help to foster the development of local crafts and local businesses.
5. Discourage harmful development. Indiscriminate tourism related development can have a very negative impact on heritage. Insensible development can have a very negative impact on heritage sites. By pointing this out, heritage guides can discourage visitors from supporting these facilities. This, in turn, can discourage the local community from engaging in such development.
6. Withdraw support from businesses that depend on supplies or services from outside the local community. This kind of business channels money away from the local community.
7. Emphasise the importance of economic sustainability. By doing this, visitors can be made aware of this very important requirement for the survival of a heritage site. This awareness may lead to the creation of a support group or individual donations to the site.
8. Voice concerns. By simply voicing concerns related to a site's protection in different forums or in the media, a significant contribution can be made towards safeguarding a heritage site.

Maximising Tourism Benefits for Local Communities

Heritage guides can help communities by contributing towards their economic and socio-cultural development. They can also contribute by reducing some of the negative impact of tourism.
The following are a few of the many ways in which heritage guides can share benefits with local communities:
1. Involve local communities in the planning and management of heritage interpretation. Through such involvement, community needs and aspirations can be included.
2. Whenever possible, employ or include members from the local community in your activities.
3. When possible, get supplies or services from the local community.
4. Create opportunities for cultural exchange between local communities and visitors. This develops better understanding between different cultures and in the long run leads to better appreciation of different cultures. However, this does not mean local people should perform for visitors.
5. Respect local traditions and values. Avoid including anything in site interpretation that could trivialise and/or commercialise a community's deeply held traditions and values. Respect the wishes of a community if it does not want visitors.
6. Brief visitors on appropriate behaviour to minimize impact on local communities.